Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 – Série VII – N.º 762
4 de Agosto de 1988
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX** **Tel. 76 97 22 / 25** **– Telex 18390** **Composição e impressão – Heska Portuguesa** **Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

Editorial

A vida e a luta não param

A visita da delegação do PCE

Um caloroso e fraternal encontro

- *entrevista com Julio Anguita*
- *a visita*
- *o comunicado conjunto*

págs. 1/2/3 **Semana**

CDU

eleições no dia 21

Benavente e Barrosa

«Uma obra realizada para construir o futuro»

págs. 4/5 **Em foco**

festa Avante!

A música da América Latina

Daniel Viglietti

Silly

Rock da RDA

Non Sense

O teatro de mímica da Checoslováquia

Lei de Bases da Reforma Agrária

Além de inconstitucional não serve ao país

- ***repúdio geral pela lei do latifúndio***

págs. 1/2/3 **Em foco**

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 762
4 de Agosto de 1988
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Editorial

A vida e a luta não param

A chegada da época estival marca a partida de milhares de trabalhadores para o justo descanso de um ano de labuta.

Milhares de outros não partem, os ganhos não dão para tanto. Ficam onde moram. Jogam talvez o chinquilho com os vizinhos, uma vez ou outra juntam as famílias e fazem uma passeata com os miúdos até à praia mais próxima...

Mas muitos outros não gozam sequer do direito ao descanso porque os privaram durante o ano do direito ao trabalho. A outros o trabalho precário e a prazo nega-lhes quaisquer garantias sociais, inclusivé do direito a férias.

Não é um quadro que pintamos de negro mas a dura, sabida, e crua realidade. É o quadro do agravamento da situação social dos trabalhadores portugueses sob a égide do cavaquismo.

Naturalmente a direcção política do País não pára — os ministros não gozam férias todos ao mesmo tempo. É preciso dar andamento aos negócios correntes do Estado, a vida nacional de todos os dias coloca exigências a que é preciso responder de uma forma ou de outra independentemente do carácter da equipa governante.

O Governo PSD/Cavaco Silva não foge obviamente à regra. E como é velho hábito dos governos de direita empenhados no processo restauracionista do poder dos monopólios, também este marcou o começo da época estival com uma vasta operação de «corta-a-fita» por membros do Governo, com destaque para o PM, como cortina de fumo para uma catadupa de leis e medidas antipopulares, antidemocráticas, anticonstitucionais que surpreenderão os pacíficos cidadãos no regresso das suas férias com novos agravamentos da existência do dia-a-dia, novas restrições, novos encargos, novas nuvens no horizonte da exploração de classe. A política da direita não entra visivelmente em férias...

Nos últimos dias da sessão legislativa, na véspera das férias parlamentares, o Governo PSD/Cavaco Silva fez aprovar com a sua maioria absoluta e a colaboração ultra do CDS, uma caterva de «pacotes» e de autorizações legislativas para o fabrico pelo Governo de leis antidemocráticas durante a época estival.

O «novo» pacote laboral; o pacote agrícola — em que se destaca a lei anti-Reforma Agrária; o pacote das privatizações; a reforma fiscal; os aumentos de vencimentos para os cargos políticos, etc, etc...

Na última sexta-feira o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, em jeito de balanço do «Ano I» do actual governo do PSD, falou da «obra» realizada, das 14 «reformas de estrutura» todas conseguidas ou quase nestes 12 meses de gestão governativa.

Com idêntico objectivo, o secretário de Estado do Conselho de Ministros, Marques Mendes, em sintonia com o Primeiro-Ministro, debitou em entrevista à Antena 1 o complemento necessário do balanço de Cavaco, numa clara operação concertada de desinformação da opinião pública.

Cavaco pintou um quadro «risonho» deste primeiro ano de governo após as eleições de 19 de Julho de 1987.

Sete das suas «reformas» não foram ainda promulgadas. Em particular três delas preocupam altamente o Governo do PSD: a legislação laboral, a da delimitação dos sectores e a da reforma agrária — que os parlamentares do PSD ainda agravaram em sede da comissão parlamentar.

Cavaco Silva endossa a «batata quente» da promulgação destas leis para o Presidente da República, numa clara manobra de corresponsabilização de Mário Soares nas suas medidas legislativas impopulares e inconstitucionais.

São significativas as suas palavras: «O Governo compromete-se a fazê-las não se compromete a promulgá-las». E também as de Marques Mendes: «O Governo não vai esperar pela revisão constitucional para as reformas fundamentais da sociedade portuguesa».

Aliás, o Primeiro-Ministro nada explicou da «mecânica interna» de algumas das suas «reformas», passou em silêncio algumas gritantes realidades, sacudiu a água do capote relativamente a algumas medidas mais escabrosas como as dos escandalosos aumentos de vencimentos de 27 a 36% para os cargos políticos em que são incluídos os ministros, deputados e altos cargos do funcionalismo em contraste com o iníquo «acordo de rendimentos» aprovado no Conselho de Concertação Social pelos representantes do Governo, das confederações patronais e da UGT — embora esta o tenha denunciado — «acordo» que prescrevia o tecto salarial de 6,5% que os trabalhadores têm rompido no essencial com as suas firmes lutas, acções e greves.

«Os aumentos de vencimentos para os cargos políticos não são da responsabilidade do Governo — disse Cavaco Silva — foram decretados pela Assembleia da República...» Não disse que na AR foram os seus deputados, os deputados do PSD, que os aprovaram. E diz agora, perante a evidência das falsas taxas de inflação com que o Governo baseou o injusto tecto salarial para os trabalhadores — e depois de ter ameaçado com sanções os empresários que o ultrapassassem — que o «acordo de rendimentos não é um colete de forças que impede a negociação salarial entre patrões e sindicatos». Os trabalhadores não precisaram nem precisam para isso do beneplácito do Sr. Primeiro-Ministro. É no terreno da unidade e da luta que o afirmam.

E concerteza todos nos lembramos das declarações indignadas de governantes e das sanções decretadas pelo Governo nas últimas semanas contra os empregadores da mão-de-obra infantil. Simplesmente, simplesmente... a autorização legislativa dada ao Governo para reprimir a exploração do trabalho de crianças caducou por ter ultrapassado os 60 dias legais e tudo vai continuar como dantes!...

Não interessou a Cavaco falar disto na sua falação da efeméride do Ano I do seu Governo...

Não falou também o Primeiro-Ministro de uma outra «reforma estrutural» operada em 5 de Maio, cerca de mês e meio antes da efeméride do 1.º aniversário do Governo, com uma nova e simples revalorização das reservas de ouro do Banco de Portugal.

Já em Maio de 1980, Cavaco Silva, então ministro das Finanças do Governo da «AD», tinha conseguido com um simples golpe de magia revalorizar o ouro das nossas reservas, de 42,22 para 200 dólares/onça, apropriando-se depois em favor do Governo de 74% da mais valia de 20 milhões de contos assim obtida, em vez de os contabilizar como reserva do nosso Banco central, como aconselharia uma boa gestão financeira.

Agora, em Maio de 1988, o PM repetiu o golpe de mágica e, depois de ter ordenado a venda em Janeiro de 124 toneladas de ouro das reservas do Banco de Portugal, conseguiu este milagre de assombro: a tonelagem do ouro das nossas reservas perdeu 19,8% do seu peso concreto, mas cresceu em valor, com a varinha de condão do Primeiro-Ministro, cerca de 68%!

E mais uma vez, sem dar cavaco do destino da mais valia obtida, que entrou inteirinha no «saco azul» do Governo... Enfim, uma «reforma» de que é melhor não falar.

Esta questão das «reformas estruturais» é, aliás, uma «terminologia» ainda por definir.

Para o PS, por exemplo, as «reformas» de Cavaco Silva não são «estruturais» mas «funcionam como pensos»... Não entendemos bem o PS, principalmente conhecendo as suas propostas de «reformas» na revisão constitucional, quando nas suas críticas «bipolarizantes» ao Governo do PSD preconiza verdadeiras «modificações de fundo». Que são para o PS as «modificações de fundo»? As reprivatizações, a liquidação da Reforma Agrária, a «atenuação» de direitos e liberdades?

Para o PCP «as reformas de fundo» de que o País necessita significam a correcção dos desequilíbrios regionais, sectoriais e sociais, dos atrasos da nossa economia; significam soluções de fundo para os problemas do desemprego, da saúde, do ensino, da habitação, da segurança social, do nosso atraso tecnológico.

Mas quando ouvimos agora o principal negociador do PS para a revisão constitucional com o PSD, António Vitorino, dizer que os dois partidos «já foram muito longe no acordo» para a revisão constitucional, quando conhecemos o clima das conciliações e os pontos de convergência nesta matéria entre o PS e o PSD, têm os democratas portugueses — e em primeiro lugar os socialistas — tem o povo português, razões de sobra para estarem preocupados com a «lonjura» dos acordos entre o PS e o PSD em matéria de revisão da nossa lei fundamental.

É legítimo que nos perguntemos sobre quem fala verdade: a direcção do PS, que anunciou suspender até Setembro as negociações nos domínios da revisão constitucional com o PSD, ou as opiniões de Vitorino de que «as férias não são problema» para a efectivação de um acordo de revisão com o partido de Cavaco Silva?

Também a luta — apesar da natural quebra da época estival — não pode entrar em férias. Pode e deve naturalmente mudar de formas: Intensificar o esclarecimento popular de massas, levar a política aos centros de lazer, suscitar o estudo e a reflexão dos graves problemas nacionais da hora actual e das soluções que a defesa do regime democrático, da melhoria das condições de vida do povo, da independência nacional, do ambiente e da Paz colocam a cada instante às forças democráticas e aos democratas mais consequentes e conscientes das suas responsabilidades.

Esse é o papel e o dever indeclinável dos comunistas portugueses onde quer que se encontrem — no local de trabalho, na vida social, nos centros de férias, em toda a parte onde trabalhem, vivam ou descansem.

Terrenos específicos de acção reclamam o trabalho criador, o dinamismo e a dedicação revolucionária dos membros e amigos do nosso Partido.

Na preparação do XII Congresso, no debate das questões candentes do momento presente que solicitam a intervenção e a acção esclarecedora e dinâmica dos comunistas, no terreno e nos trabalhos de implantação e de promoção da Festa do «Avante!», não faltam motivos de interesse para a actividade dos comunistas neste período de férias.

A vida e a luta não param!

Resumo

27
Quarta-feira

O Presidente da República envia ao Tribunal Constitucional o diploma da Assembleia da República que autoriza o Governo a alterar a delimitação de sectores ■ Os trabalhadores dos serviços de portagem da Ponte 25 de Abril paralisam a 100 por cento exigindo aumento do subsídio de falhas ■ O Instituto Nacional de Estatística anuncia que o défice comercial aumentou 17,1 por cento em relação a igual período de 1987, atingindo nos quatro primeiros meses do ano a soma de 214,4 milhões de contos ■ Dirigentes e activistas do STAL aprovam exigência de redução do horário de trabalho, durante a vigília efectuada em frente à residência do Primeiro-Ministro ■ Governo da Nicarágua autoriza a reabertura do jornal «La Prensa», após suspensão de 15 dias por «incitamentos à violência» ■ No prosseguimento dos contactos com vista à obtenção da paz no conflito Irão-Iraque, Perez de Cuéllar encontra-se com Tark Aziz, chefe da diplomacia iraquiana ■ O Presidente Mengistu Haile Mariam, de visita à URSS, é recebido no Kremlin por Mikhail Gorbatchov ■ O primeiro-ministro do Kampuchea, Hun Sen, revela que o príncipe Sihanuk aceita a proposta de presidir a um Conselho de Reconciliação Nacional ■ Estado-Maior General das FAPLA divulgam resultados de operações contra os terroristas — 72 «unitas» abatidos e seis prisioneiros.

28
Quinta-feira

Enquanto é entregue ao Presidente da República uma petição de 124 juristas pedindo a entrega ao Tribunal Constitucional da proposta de Lei de Bases da Reforma Agrária, neste diploma são detectadas «gralhas gramatico-legislativas» pela Comissão Permanente da Assembleia da República ■ Chega a Lisboa, a convite do

PCP para visitar Portugal, uma delegação do Partido Comunista de Espanha, dirigida pelo seu secretário-geral, Julio Anguita ■ Regressam a Lisboa as deputadas da Assembleia da República que visitaram a União Soviética. A delegação era composta por Luísa Ferreira, do PSD, Helena Roseta, independente do PS, Natália Correia, independente do PRD, Ilda Figueiredo, do PCP, e Maria Santos de «Os Verdes» ■ Em conferência de imprensa, Vítor Constâncio faz o ponto das negociações entre o PS e o PSD afirmando que «tem de haver um adiamento» ■ Os Primeiros-Ministros de Portugal e de S.Tomé assinam acordos de cooperação nas áreas de telecomunicações, transportes e alojamentos para cooperantes ■ Termina em Bongor a reunião sobre o Kampuchea, com a criação de um grupo de trabalho integrado por representantes das doze delegações participantes ■ Uma delegação de 28 partidos comunistas de toda a Europa parte para Ankara a fim de entregar às autoridades turcas um documento de solidariedade para com os dirigentes Kutlu e Sargin, presos pela ditadura ■ A casa de Winnie Mandela é destruída em consequência de incêndio provocado por engenhos explosivos.

29
Sexta-feira

A Comissão Executiva da direcção nacional do STAL decide decretar uma greve nacional na administração local para os dias 11 e 12 de Agosto em virtude do Governo continuar a manter uma posição de silêncio face aos problemas que afligem os trabalhadores ■ O PCP, num comentário a declarações de Cavaco Silva, afirma que as «reformas estruturais» de que fala o Primeiro-Ministro e o PSD «longe de serem passos de avanço e modernização do País, constituem, sim, passos de retrocesso e de reconstituição e ampliação de factores de injustiça, exploração e desigualdade na vida da sociedade portuguesa» ■ Num parecer emitido a propósito da Lei de Bases da Reforma Agrária, o professor catedrático Orlando Carvalho afirma, em conclusão, que o «direito da terra volta a ser, hoje em dia, o direito do mais forte» ■ O governo do Kampuchea propõe um novo plano de paz para o país o qual prevê a formação de um Conselho Nacional de Reconciliação ■ O chefe da polícia sul-africana ordena a confiscação de todas as cópias do filme «Grita Liberdade», do

realizador Richard Attenborough ■ É anunciado em Pequim um encontro em Setembro entre o presidente chinês e o chefe do Estado soviético, Andrei Gromyko.

30
Sábado

O deputado António Vitorino, do PS, referindo-se ao processo de revisão constitucional afirma que o seu partido e o PSD «já foram muito longe» no esforço de aproximação ■ A CGTP-IN afirma em comunicado que o Governo não concretizou as promessas de agravamento de multas ao patronato que utiliza mão-de-obra infantil ■ O vice-ministro iraniano dos Negócios Estrangeiros admite que o seu país está pronto para iniciar conversações directas com o Iraque ■ O Presidente moçambicano Joaquim Chissano reafirma no decorrer dos trabalhos da nona sessão do Comité do Partido e empenhamento da Frelimo no «processo de construção do socialismo» ■ O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, manifesta-se convicto de que o cessar-fogo no Golfo poderá ser anuncido em breve.

31
Domingo

Morre em Lisboa, em resultado de um enfarte cerebral, o cançonetista Francisco José ■ O Primeiro Encontro Nacional de Insuficientes Renais solicita ao Governo que os medicamentos específicos consumidos regularmente por essa categoria de doentes sejam comparticipados a 100 por cento ■ Freitas do Amaral afirma em Angra do Heroísmo que o «Partido Comunista continua paradoxalmente, a condicionar a política portuguesa, tanto no plano interno como externo» ■ O Presidente do Equador anuncia a sua intenção de restabelecer relações diplomáticas com a Nicarágua ■ Uma explosão, seguida de incêndio, destrói parcialmente as instalações do mensário parisiense «Globe».

1
Segunda-feira

Oito mortos e cerca de 50 feridos é o balanço de um acidente de viação que envolveu um autocarro na auto-estrada do Norte, perto de Vila da Feira ■ Empresários da construção civil advertem que as fortes limitações ao crédito conduzirão inevitavelmente ao aumento da pressão inflaccionista e a um decréscimo da produção ■ Dirigentes do PS, em conferência de imprensa, pedem a demissão do ministro do Trabalho ■ A Quimigal, perante a contestação dos trabalhadores, inicia o desmantelamento da creche da sua fábrica instalada em Ansião ■ O Exército Republicano Irlandês reivindica a autoria de um atentado à bomba que provocou a morte de um soldado britânico e ferimentos em outros quinze ■ A União Soviética destrói os seus primeiros mísseis «SS-20» ao abrigo do Tratado sobre eliminação de mísseis de alcance intermédio.

22
Terça-feira

Dirigentes da Federação Nacional dos Médicos encontram-se com Leonor Beleza em audiência de quatro horas ■ Eleitos locais do distrito de Évora denunciam em Lisboa o encerramento de ramais e a eliminação de comboios na região ■ Deputadas do PSD e do CDS visitam o quartel-general dos terroristas da UNITA ■ Morre em São Paulo, Brasil, o coronel Francisco Sarmento Pimentel, com 93 anos de idade ■ Os dirigentes dos partidos comunistas do Azerbaijão e da Arménia encontram-se em Nargorni-Karabakh com o dirigente desta região e com um representante do Presidium do Soviete Supremo da URSS ■ Delegações de Angola, EUA Cuba e África do Sul iniciam em Genebra nova sessão de conversações.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Julho 26 400 exemplares

Semana

Avante!

Ano 58 – Série VII
N.º 762
4 de Agosto de 1988
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

***Um encontro fraternal** com Julio Anguita reuniu no Centro de Trabalho Vitória uma sala cheia de militantes da Organização de Lisboa do PCP. Uma longa conversa que permitiu aos comunistas portugueses presentes saber como vai o PCE, como vai a Espanha, e como é importante a troca de experiências entre os dois partidos*

A visita de Julio Anguita
Um caloroso e fraternal encontro

Dois dias são pouca coisa. E muito menos quando sabem a pouco, isto é, quando dentro deles couberam tantas e tão promissoras coisas ficaram anunciadas. É assim, deste modo informal, que nos parece ser a melhor maneira de noticiar a visita do secretário-geral do Partido Comunista de Espanha ao nosso país, a convite do PCP. Uma visita informal decorreu também, de modo caloroso e fraterno, desde o momento em que a delegação do PCE, dirigida por Julio Anguita e composta por Salvador Jove, do Secretariado e da Comissão Política do CC, e por Antonio Herreros, do Comité Central e secretário-geral da região de Castela-Leão, foi recebida em Santa Apolónia pelos dirigentes do PCP, Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado, e por Albano Nunes, do Comité Central.

A delegação do PCE encontrou-se ainda na manhã de quinta-feira com uma delegação do PCP, dirigida por Álvaro Cunhal e composta por Albano Nunes, Aboim Inglês e Carlos Carvalhas, todos do Comité Central do Partido, encontro que deu origem ao comunicado conjunto que publicamos na íntegra neste número. E logo por esse documento se pode verificar que as relações entre os comunistas portugueses e espanhóis não vão ficar por aqui, pois nele se regista a «avaliação muito positiva» que ambas as delegações fizeram sobre a «cooperação existente entre os dois partidos» e o propósito de desenvolver «trocas de experiências e opiniões sobre temas específicos» e a cooperação e colaboração em diversos campos.

Apesar de curto, o tempo não deu apenas para as conversações mas também para uma visita à Magque, onde a delegação espanhola se encontrou com representantes dos trabalhadores, e à Câmara de Loures, onde foram recebidos pelo camarada Severiano Falcão, presidente da autarquia e membro do CC do PCP, e para a entrevista que Julio Anguita concedeu ao «Avante!».

Momento alto desta visita foi certamente o encontro com quadros da Organização de Lisboa, no Centro de Trabalho Vitória, na quinta-feira à noite.

Antes da hora já a sala se encontrava cheia. E tratou-se de um verdadeiro encontro entre camaradas, sem a solenidade formal de uma sessão, apenas as palavras que sobressaíam atrás do lugar onde se sentaram os convidados, davam conta da importância especial deste encontro: «Viva a amizade PCP/PCE». Calorosamente recebidos e aclamados de pé, o secretário-geral do PCE e os seus acompanhamentes foram brevemente apresentados pela camarada Fernanda Barroso, suplente do CC do PCP. A delegação portuguesa também lá estava, com Álvaro Cunhal.

Foi uma longa conversa. Em mangas de camisa. Julio Anguita não deixou de observar que esta parecia uma reunião do seu próprio partido, sublinhando que elas são já coisa frequente no PCE. E pediu que, após a breve introdução que se propôs fazer, lhe colocassem todas as perguntas que quisessem.

Ninguém se fez rogado, aliás. A clareza da exposição do dirigente espanhol, a sua vontade nítida de não ficar pela rama das questões, encorajaram os presentes às perguntas. E muitas havia, que de Espanha se tem conhecido tão pouco, apesar de ser aqui ao lado.

O secretário-geral do PCE começaria por lembrar o XII Congresso do seu partido, referindo-se às três linhas de trabalho em que os camaradas espanhóis estão fundamentalmente empenhados – o reforço do PCE; o desenvolvimento, aprofundamento e extensão da Esquerda Unida; a unidade dos comunistas do PCE. Falou seguidamente da nova postura do PCE, colocando-se hoje como alternativa ao Governo e construindo-a, e, por outro lado, apostando na mobilização permanente, ideia que classificou de fundamental para um partido comunista. Julio Anguita referiu-se ainda ao trabalho do PCE no reforço ideológico do Partido e sublinhou a aposta que o PCE faz decididamente na recomposição do movimento comunista internacional, terminando a introdução considerando o trabalho dos últimos meses dos comunistas espanhóis como muito frutífero e muito importante.

Foi então muito fácil conversar. Os temas brotaram em forma de perguntas. Os militantes presentes tiveram oportunidade não apenas de conhecer os aspectos mais importantes da realidade espanhola, a nível político, económico e social, como de ficar a saber como pensa e actua o Partido Comunista de Espanha no quadro nacional e internacional. E de como se situa em relação a questões tão importantes como a CEE ou as propostas de paz da URSS, sobre a NATO, sobre o movimento comunista internacional ou sobre a questão da unidade dos comunistas espanhóis que em breve, assegurou, será uma realidade e para ela se caminha com firmeza.

Emocionadamente aplaudido, por fim, Julio Anguita e os outros dirigentes do PCE, despediram-se. Não sem ouvirem as breves palavras de Álvaro Cunhal que certamente exprimia a opinião e o sentir de todos quantos ali participaram num fraternal encontro. O secretário-geral do PCP sublinhou a alegria que este encontro proporcionou, a aproximação que permitiu. E, referindo-se às conversações que tinham tido lugar nessa manhã, falou não apenas do clima caloroso em que tinham decorrido mas também do esclarecimento, da aproximação e da identidade de pontos de vista que se tinham verificado, terminando por afirmar a certeza de que se irá concretizar o estreitamento das relações entre os dois partidos.

Foi breve a visita. E deixou saudades. Mas, como dissemos, moramos mesmo aqui ao lado...

***A visita foi curta,** mas deu ainda para um encontro com os trabalhadores da Magque e para a delegação do PCE ser recebida em Loures pelo seu presidente da Câmara, camarada Severiano Falcão, do Comité Central do PCP*

no n.º 166 da **revista internacional** problemas da paz e do socialismo
revista dos partidos comunistas e operários

Os comunistas e a juventude

As raízes dos preconceitos

Preço 70$00

À VENDA

a Talhe de FOICE

Santa ignorância

Anda muita gente a dizer por aí que cada vez as pessoas, pelo mundo fora, estão melhor informadas. Mercê das novas tecnologias. Que, é claro, favoreceriam os povos dos países mais desenvolvidos. Estes saberiam tudo o que lhes faz falta saber. Ou quase tudo. Pelo menos aquilo que é essencial.
Diz-se mesmo que isto — o mundo — se está a tornar numa espécie de «aldeia global», onde cada um sabe tudo acerca do seu vizinho, mesmo que o vizinho more ao fundo da rua, isto é, do outro lado do planeta.
Mercê das novas tecnologias.
Do banco de dados.
Do computador.
Da parabólica.
Sobretudo, acentua-se por aí, se tudo isto for bastante privado — o banco de dados, o banco propriamente dito, a parabólica, a estação TV e o computador... pessoal.
Nada temos contra as novas tecnologias.
Pelo contrário. Até sabemos que, por exemplo, a máquina a vapor, o caminho de ferro e outras invenções e descobertas do passado de há tantos anos deram a volta completa ao mundo de então, à sociedade, às classes que a compõem. Que a imprensa, uma tecnologia nova há séculos, mudou completamente a face das coisas, alargou o saber, aprofundou-o, forneceu a possibilidade de o saber e a informação virem a ser partilhados por amplas massas, saindo para a luz, do esconso e do bafio onde se guardava em privilégio.
A questão das tecnologias, ontem como hoje, porém, é a do uso que delas se faz. É a do que produzem. É a do que distribuem. É a de quem as possui. É a do poder sobre elas e sobre os homens que as utilizam ou a quem são negadas.
Que me perdoe o leitor se o exemplo que vou usar — e que está afinal na base desta conversa toda — se trata de uma caricatura, isto é, de um exemplo carregado nos seus contornos, impiedoso no traço, tristemente risível no conteúdo. É que a caricatura, apesar de tudo isso, não é menos exemplar. E vem mesmo a talhe de foice.
Num matutino, uma pequena notícia chamou-nos a atenção. Trata-se de uma «curiosidade» que nos dá conta do que sabem os americanos em geral, devidamente tratados pela estatística, revelada por um estudo da National Geographic Society. Ali se diz que a generalidade dos americanos, de geografia não percebe nada, que nem sequer sabe apontar num mapa-mundo a posição do seu próprio país, quanto mais do Vietname, da Nicarágua ou do Golfo. O escândalo não seria nenhum, se se tratasse de um povo à míngua de tecnologia da informação. Ou à míngua de informação propriamente dita — onde não abundassem jornais, rádios e cadeias de TV, quanto mais computadores e coisas assim tão civilizadas. Não seria tão-pouco escândalo se se tratasse de um povo que do Vietname nada soubesse, que ignorasse a Nicarágua ou mesmo o Golfo onde os EUA se intrometeram, a meio da guerra Irão-Iraque.
Mas fiquem sabendo que há mais: diz a «curiosidade» publicada que «muitos norte-americanos, quando lhes perguntam onde é que os «contras» combatem os sandinistas, respondem Noruega, Austrália, Grã-Bretanha e até mesmo Luxemburgo. Um terço dos americanos não sabe dizer um só país da NATO, e metade da nação tem a mesma ignorância em relação aos países do Pacto de Varsóvia»...
Será que eles não se interessam pelos problemas da paz e da guerra? Não podemos crer, as posições do povo americano em apoio da paz desmentiriam tal afirmação.
Mas a quem serve tal ignorância, se não a quem quer decidir em nome desse povo tão profusamente intoxicado com informações tecnologicamente adiantadas e tão pouco informado sobre o lugar das coisas e das pessoas?
Há certamente quem, defensor extremo da tecnologia «global», esfregue as mãos de contente.
E diga: «Santa ignorância!»

■ LM

PCP

«Uma resposta comum dos trabalhadores ao Mercado Comum» — defende o PCE

«O PCE, para além de mobilizar, tem que dar alternativas, se quer ser alternativa» — uma afirmação feita na recente reunião do CC do PCE, realizada nos primeiros dias do passado mês de Julho. E que aqui reproduzimos porque de certo modo sintetiza ideias avançadas em relação à etapa actual na vida do Partido Comunista de Espanha — a primeira questão abordada na nossa entrevista com o camarada Julio Anguita, secretário-geral e os camaradas Salvador Jove, do Secretariado do Partido, ligado aos problemas de planeamento económico e António Erreros, membro do CC e do secretariado político de Castilla-Leon.

Entrevista com Julio Anguita

O crescimento do número de militantes é o primeiro dado salientado quanto à realidade actual do PCE. Sublinhando Julio Anguita que **O mais importante é a planificação do trabalho a realizar** neste momento de **recuperação a muitos níveis.**

Muito trabalho está programado para Outubro-Dezembro, nomeadamente uma Conferência sobre a CEE, que os comunistas espanhóis salientam como particularmente importante, pois, nas suas palavras, **sem coordenação e um programa básico comum** não é possível defrontar a frente monopolista.

A necessidade de estudo e elaboração de programas alternativos à política do capital é uma questão por diversas vezes repetida por Anguita. **O nosso Partido, para além de mobilizar, tem de apresentar alternativas.** Alternativas fruto de estudo, debate, elaboração de propostas.

Situarmo-nos como alternativa, é definir e esclarecer de como faríamos nós. Concretamente como fariam os comunistas espanhóis e os seus aliados no seio da esquerda unida — a UI.

Um exemplo concreto: **Não estamos de acordo com a forma como entrámos na CEE. À pressa. Os danos assim causados à agricultura e a toda a economia.**

Mas — sublinha o secretário-geral do PCE — **como marxistas temos que assumir o repto.**

Para os comunistas espanhóis, assumir o desafio é, antes do mais, avançar com uma frente unida dos comunistas, no seio da Europa capitalista, frente unida que englobaria também outros sectores políticos.

Trata-se — face aos riscos para a economia e para os trabalhadores, que a perspectiva de 1992 comporta — de **formar um bloco inter-europeu, que gire em torno de propostas comuns dos partidos comunistas e outros.**

Uma resposta comum dos trabalhadores ao Mercado Comum. Uma resposta programática. Antes do mais dos partidos comunistas da zona mediterrânica, unindo também sindicatos e outras forças de esquerda.

Este sublinhar do papel a desempenhar pelos partidos comunistas face aos desafios da Europa capitalista, leva-nos inevitavelmente a uma questão central: a realidade e perspectivas do movimento comunista internacional.

Reforçar o movimento comunista internacional é um dos objectivos avançados pelos comunistas espanhóis. Nomeadamente através do debate conjunto de uma série de questões, que o camarada Anguito enumera: revolução técnico-científica; o problema da «dívida» dos países em vias de desenvolvimento; as relações Norte-Sul; o papel do Mediterrâneo; a nova ordem económica internacional, no contexto de relações económicas cada vez mais interdependentes; a paz e o desarmamento.

Como metodologia de acção, preconiza-se a elaboração de um programa básico, elaborado por diferentes partidos comunistas da Europa. Que deveria entretanto abrir campo a uma unidade de esquerda no velho continente.

Unidade com quem?

Com as forças que estiverem de acordo com o nosso programa. É a esclarecedora resposta do secretário-geral do Partido Comunista de Espanha. Que sublinha ainda a necessidade de aprendermos a saber conciliar os interesses nacionais e os interesses globais.

A Espanha de hoje

O governo espanhol não tem política externa própria — afirma o secretário-geral do PCE.

E exemplifica:

Em política económica deveríamos ter muito boas relações com a América Latina, com os países do terceiro mundo, com os países mediterrânicos. A verdade é que, também nesse plano, a Espanha se colocou na dependência do capital da RFA, dos Estados Unidos, da França. **São esses os interesses a que se está ligada.**

No plano político-militar, **são mais atlantistas que os que criaram o pacto do Atlântico.**

O processo de integração na CEE surge como particularmente condicionante do desenvolvimento económico do país.

O camarada Salvador Jove sublinha que, apenas dois anos decorridos, se passaram coisas particularmente preocupantes.

Por exemplo: anteriormente o défice comercial era equilibrado com as receitas provenientes do turismo. Este ano os resultados vão ser negativos.

Salvador Jove afirma mesmo que se está a verificar uma destruição do tecido económico do país, em particular no sector naval e no domínio da agricultura.

Dizia-se que a integração económica seria benéfica a largo prazo na medida em que os produtos mediterrânicos poderiam contar com um mercado ampliado. A verdade, entretanto, é que actualmente, mais de 60% da produção agrícola espanhola, não consta de produtos mediterrânicos, mas continentais, como o leite e o gado.

Uma situação boa para a banca, mas má para os trabalhadores, é o comentário do camarada Anguita, que se refere a direcções políticas fundamentais da acção do Partido neste contexto.

O desenvolvimento equilibrado da Unidade de Esquerda, que passa nomeadamente pela elaboração de um programa económico alternativo e ainda de um desenvolvimento constitucional no sentido de um Estado federal.

A mobilização e a luta dos trabalhadores, de que são direcções fundamentais; a luta contra o desemprego e por subsídios de desemprego; contra a marginalização dos jovens; pela actualização das pensões; o grave problema da pobreza; educação e saúde; a luta pela paz e o desarmamento; a democratização do aparelho de Estado.

PCs, relações actuais

Agora queremos reforçar os laços entre os nossos dois partidos — também com acções concretas, diz-nos o secretário-geral do PCE, depois de referir um período de relações frias entre o PCE e o PCP.

Julio Anguita aposta numa nova etapa de vida para os comunistas, também no âmbito da Península Ibérica. **Um modelo de trabalho e de responsabilidade comum.** E sublinha que **é hora de trabalho concreto.**

Julio Anguita e os outros componentes da delegação do PCE em entrevista ao «Avante!»

PCP

Comunicado conjunto PCP-PCE

A convite do Partido Comunista Português, visitou Portugal, nos dias 28 e 29 de Julho, Julio Anguita, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha, à frente de uma delegação que integrava ainda Salvador Jove, membro do Secretariado e da Comissão Política, e Antonio Herreros, membro do Comité Central e secretário-geral da Região de Castela-Leão.

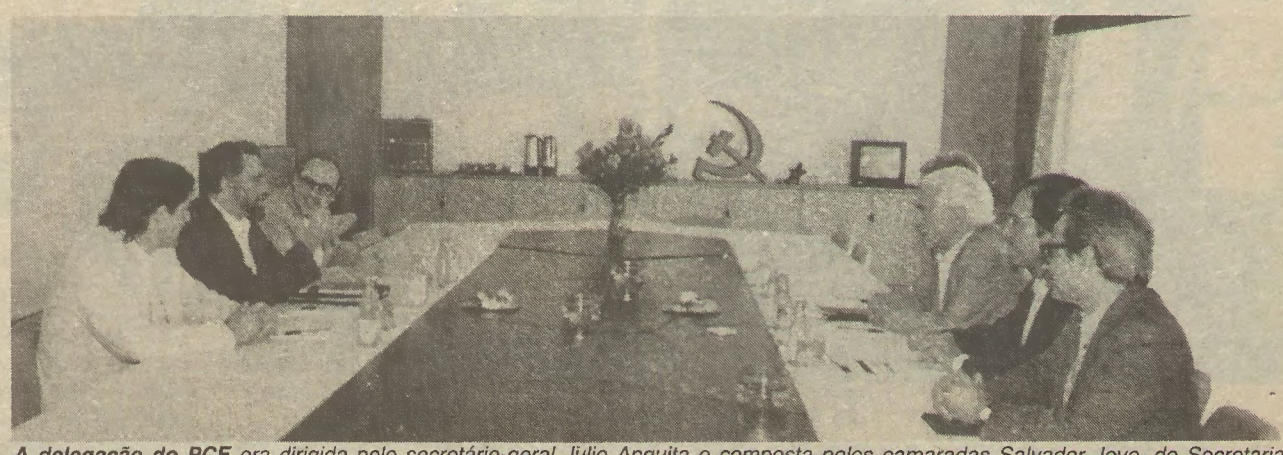
A delegação do PCE realizou conversações com uma delegação do PCP, dirigida por Álvaro Cunhal, secretário-geral, e de que faziam também parte Albano Nunes, Carlos Aboim Inglês e Carlos Carvalhas, todos membros do Comité Central.

Durante as conversações, foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos e aspectos mais relevantes da situação internacional e do movimento comunista e operário.

Abordando os problemas da luta pela salvaguarda da paz, ambas as delegações sublinharam a importância dos progressos já alcançados no sentido do desarmamento e do desanuviamento, valorizaram altamente a activa política de paz da URSS e dos países socialistas e reafirmaram a sua vontade de agir e cooperar activamente entre si para tornar a Península Ibérica um importante factor de paz e cooperação na Europa e no mundo, designadamente através da sua transformação em zona livre de armas nucleares.

As duas delegações efectuaram uma ampla troca de opiniões acerca das implicações para os respectivos países decorrentes da integração na CEE. Tendo constatado, a par de situações e problemas específicos e a existência de importantes problemas comuns, as duas delegações decidiram prosseguir e aprofundar o exame conjunto da problemática da CEE e estreitar a cooperação na luta pela defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e dos países respectivos.

As duas delegações avaliaram muito positivamente a cooperação existente entre os dois partidos e tomaram decisões para o seu ulterior desenvolvimento, designadamente: troca de experiências e opiniões sobre temas específicos,



***A delegação do PCE** era dirigida pelo secretário-geral Júlio Anguita e composta pelos camaradas Salvador Jove, do Secretariado e da Comissão Política, e António Herreros, secretário-geral da região de Castela-Leão; pelo PCP participaram nas conversações o secretário-geral Álvaro Cunhal, e os camaradas Albano Nunes, Aboim Inglês e Carlos Carvalhas, todos do Comité Central*

cooperação entre organizações regionais dos respectivos partidos, colaboração no quadro do Parlamento Europeu, intercâmbio entre os seus órgãos centrais e participação recíproca nas festas do «Avante!» e do PCE.

Pronunciando-se pela necessidade de fortalecer os laços de amizade, cooperação e solidariedade entre partidos comunistas, alcançar uma maior sintonia de posições e promover a realização de iniciativas comuns, o PCP e o PCE consideram do maior interesse e actualidade a troca de experiências e opiniões, não apenas numa base bilateral, mas multilateral, sobre o movimento comunista e operário dos países capitalistas da Europa.

As duas delegações expressaram a sua solidariedade para com todos os povos em luta pela sua emancipação e contra a política de ingerências e agressões do imperialismo, designadamente para com os povos de Angola e da Nicarágua.

No Centro de Trabalho Vitória do PCP, teve lugar um Encontro de Amizade com quadros da Organização Regional de Lisboa, em que participaram Álvaro Cunhal e Julio Anguita. A delegação do PCE visitou ainda a Câmara Municipal de Loures, onde foi recebida pelo respectivo presidente, Severiano Falcão, membro do Comité Central do PCP, e a empresa metalúrgica Mague, onde se encontrou com as organizações representativas dos trabalhadores.

As conversações e encontros da delegação do PCE decorreram num ambiente de fraternal amizade que caracteriza as relações entre os dois partidos.

30.7.1988

Comentário da SIP do PCP

Às declarações do Primeiro-Ministro

Num primeiro comentário às declarações do Primeiro-Ministro, em conferência de imprensa enfaticamente dedicada às alegadas «reformas estruturais do primeiro ano do XI Governo», a SIP do PCP considera necessário salientar:

1. Aquilo a que Cavaco Silva, o PSD, o grande capital e a direita em geral chamam repetidamente de «reformas estruturais» não passa de um eufemismo que encobre a realidade absolutamente contrária de uma política que afronta, combate e procura destrutir todas as grandes e verdadeiras reformas democráticas realizadas com o 25 de Abril e que, ao mesmo tempo, procura inviabilizar todas as outras verdadeiras reformas (na saúde, no ensino, na regionalização, na administração pública, etc.) que são necessárias e indispensáveis para o progresso e o desenvolvimento de Portugal.

No essencial, as «reformas estruturais» de que falam Cavaco Silva e o PSD, longe de serem passos de avanço e modernização do país, constituem sim passos de retrocesso e de reconstituição e ampliação de factores de injustiça, exploração e desigualdade na vida da sociedade portuguesa.

2. Diferentemente do que afirmou o Primeiro-Ministro, o que efectivamente marcou a última sessão legislativa foi o desenvolvimento pelo Governo de uma estratégia inconstitucional de antecipação da revisão da Constituição através de sucessivos «pacotes» gravemente lesivos dos interesses da população e do país e que por isso mesmo defrontaram uma ampla oposição dos trabalhadores e de outras camadas da população.

3. Não se duvida de que o Governo disponha dos meios bastantes para fazer um grande espalhafato publicitário em torno do conjunto de legislação antidemocrática e antipopular cuja aprovação conseguiu impor à AR, através da obediente e submissa maioria parlamentar com que conta.
Mas isso não chegará para fazer escamotear a realidade indiscutível de que entre Julho de 1987 e Julho deste ano o dado essencial da vida política nacional – e o de mais relevantes consequências próximas e futuras – é o da acentuada redução da base social e política de apoio ao Governo e ao PSD e a crescente aspiração a uma nova política no quadro de uma alternativa democrática.

29.6.88

O agravamento do défice comercial

1. Os resultados preliminares sobre o comércio externo no primeiro quadrimestre de 1988 e agora divulgados pelo INE, mostram que o défice comercial atingiu os 214,4 milhões de contos, representando um agravamento de 17,1% em relação a igual período do ano passado, e que a taxa de cobertura das importações pelas exportações é agora apenas de 67,1% (contra 69,5% em Abril de 1987).

2. O contínuo aumento do défice comercial e o elevado peso de bens de consumo nas importações e de bens das indústrias tradicionais nas exportações, conjugado com a diminuição da taxa de cobertura das importações pelas exportações, constituem índices reveladores de que as vulnerabilidades estruturais do aparelho produtivo e da economia portuguesa se continuam a agravar.

3. A substituição da produção nacional pela estrangeira e o agravamento do défice comercial que só tem sido mascarado por uma conjuntura externa favorável não pode deixar de causar sérias preocupações.

4. O PCP chama a atenção do povo português para o facto de, em vez de se preparar, o mais possível, a economia portuguesa para o embate do Mercado Interno de 1992, o Governo estar empenhado na organização de um verdadeiro leilão do património público o que se traduz numa ofensiva desestabilizadora em relação às formações económicas onde se situam as alavancas fundamentais da economia, diminuindo assim as potencialidades produtivas, quando o que se impunha era o reforço e a modernização do aparelho produtivo nacional e a efectivação de medidas tendentes a melhorar o perfil da nossa especialização, matéria sobre a qual o PCP apresentou vinte e uma propostas no seu recente encontro sobre «Portugal e a CEE hoje».

29.7.88
A SIP do PCP

Fogo no Porto de Abrigo
PCP exige apoios para pescadores de Sesimbra

A Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP tornou público um comunicado onde, a propósito do recente fogo no porto de abrigo, se solidariza com os pescadores daquela vila.

A estrutura do PCP lembra que «a precariedade das instalações ali existentes e a falta de meios de combate a incêndios, faziam há muito a população de Sesimbra considerar o porto de abrigo como uma autêntico paiol de pólvora». E o sinistro acabou por se dar, destruindo mais de duas centenas de barracas com todo o seu recheio, num prejuízo avaliado em muitos milhares de contos.

Os comunistas da vila de Sesimbra lembram que há já alguns anos que as autoridades competentes estavam alertadas para o caso. No entanto, «não tomaram quaisquer medidas de segurança que pudessem evitar situações como a que agora se viveu».

O incêndio destruiu bens «fundamentais para a actividade dos pescadores e, nalguns casos, para a sua sobrevivência».

A Comissão Concelhia de Sesimbra considera que se trata de uma situação de verdadeira «catástrofe» para muitos pescadores e suas famílias, e que, como tal, devem ser indemnizadas adequadamente.

Exigir soluções

Considerando que os pescadores, não apenas têm haveres, mas direitos que urge defender, e que «ao longo dos anos têm contribuído com centenas de milhares de contos para os organismos do Estado», a Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP decidiu exigir:

- Que a Junta Autónoma de Setúbal, como entidade responsável pelo porto de abrigo, **encontre de imediato** uma solução provisória para aquelas centenas de pescadores, agora atingidos pelo incêndio;
- Que o Governo considere esta situação como uma calamidade e atribua indemnizações compensatórias de acordo com os bens e haveres perdidos;
- Que a Direcção-Geral de Portos indique, tão breve quanto possível um local, e se responsabilize por instalações definitivas e adequadas que sirvam os interesses de todos os pescadores.

Trabalhadores

Sumário sindical

FSTTL — A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, organização intermédia da CGTP, com sede no Porto, divulgou recentemente as propostas de revisão das convenções colectivas de trabalho dos subsectores de **chapelaria, cordoaria e redes**. No que respeita às duas últimas actividades, a Federação propõe a seguinte tabela salarial:

GRUPO	SALÁRIO ACTUAL	SALÁRIO A PROPOR
A	60 000$00	67 450$00
B	51 700$00	58 300$00
C	47 750$00	53 700$00
D	42 250$00	47 700$00
E	39 300$00	44 500$00
F	35 600$00	40 450$00
G	33 750$00	38 500$00
H	32 300$00	36 850$00
I	31 650$00	36 100$00
J	30 300$00	34 750$00

No que respeita à chapelaria a proposta sindical é a seguinte:

GRUPO	REMUNERAÇÕES
A	53 400$00
B	43 150$00
C	39 300$00
D	35 950$00
E	95%
F	80%

Federação e sindicatos, que fazem um forte apelo à sindicalização, para melhor defesa das propostas do **Contrato/88**, que «correspondem a sugestões e anseios de muitos trabalhadores», apresentam ao patronato **novas reivindicações,** conforme decisões aprovadas no 5.º Congresso da Federação. Além da redução do horário de trabalho e da redução do trabalho extraordinário, merecem destaque especial a **Idade de admissão** do trabalhador, que deve passar para os 16 anos, e um «aumento mínimo de 4500 escudos mensais para os trabalhadores que não beneficiarão da tabela salarial a acordar» com o patronato.

CGTP-IN — A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional protesta junto do Governo contra o novo regime jurídico do subsídio de doença e de protecção da maternidade. Para a Central unitária, a entrada em vigor dos Decretos-Lei 132/88, de 20 de Abril, e 154/88 de 29 do mesmo mês, aliena **«milhares de pessoas do âmbito da segurança social»**, sobretudo devido à precariedade do emprego (contratos a prazo, à tarefa, etc.) que afasta os trabalhadores nessas condições de alguma vez virem a beneficiar do tempo de garantia suficiente para o acesso aos serviços da segurança social. A CGTP protesta ainda pelo facto de o subsídio de doença não ser extensivo aos pensionistas, que exerçam uma actividade profissional, e contra o chamado «índice de profissionalidade», que afasta também muitos trabalhadores do direito ao subsídio por doença.

FSTIQF — A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica de Portugal, num telex de 26 de Julho findo, referindo-se ao plenário efectuado nesse dia pelos trabalhadores da **Petroquímica e Gás de Portugal** (PGP), reafirmava «a firme disposição de lutar contra o **tecto salarial de 5,5 por cento** que o Governo lhes quer impor». **Para hoje, dia 4**, ficou marcada nova reunião com o conselho de gerência. Novas formas de luta, no seguimento das 48 horas de greve da semana passada, só serão adoptadas se não resultarem «os esforços que estão a ser desenvolvidos no sentido de desbloquear o conflito».

FESTRU — A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos, num comunicado difundido em 27 de Julho findo pelo departamento de informação da CGTP, protesta contra **«uma brincadeira de mau gosto» da Rádio Renascença**, que divulgou «uma falsa notícia» sobre uma greve presumivelmente marcada pela FESTRU para quarta-feira da semana passada, 27. A FESTRU «desmente categoricamente a convocação de tal greve», que teve origem num comunicado falso. A notícia da Rádio Renascença baseou-se nesse comunicado, que a Federação dos Rodoviários considera de «origem desconhecida e de um teor inqualificável, insultuoso e provocatório para os trabalhadores da empresa». A Federação explica que a atitude daquela estação de rádio, no caso de não se tratar de brincadeira de mau gosto, é de cariz ainda pior. Tratar-se-ia, então, de «incúria perigosa e inaceitável», pois existe de facto «uma situação de conflito na RN decorrente do processo de revisão salarial». Recorde-se que os **5,5 por cento de aumentos salariais** propostos pelo conselho de gerência levaram efectivamente os trabalhadores da RN à realização de uma greve de 24 horas no passado dia 19, com uma adesão da ordem dos 90 por cento, segundo a FESTRU. O SITRA, outro sindicato representativo de trabalhadores da RN, não aderiu a essa greve. O SITRA, que já aderiu a outras paralisações com a FESTRU no sector, é filiado na UGT. No comunicado a que aludimos, a Federação destaca que a situação de conflito se mantém e pode levar a novas lutas na empresa. A «exclusiva responsabilidade» por isso é atribuída ao conselho de gerência e ao Governo, «em resultado da posição rígida que mantêm, como ficou confirmado em reunião ainda hoje (27-7) efectuada entre a FESTRU e o conselho de gerência da RN no Ministério do Emprego e Segurança Social». No mesmo comunicado, a FESTRU repudia «o comportamento irresponsável da Rádio Renascença, que objectivamente brinca (e com mau gosto) com os sentimentos dos utentes e dos trabalhadores da RN». O comportamento da estação de rádio, neste caso, «deverá ser corrigido e não repetido», conclui a FESTRU.

Quadros da Função Pública

Decreto defrauda expectativas

Quadros e quadros superiores da Função Pública (técnicos) sentem-se defraudados nas suas «legítimas expectativas». Afirma-o a Federação Nacional dos Sindicatos do sector (FNSFP) que, juntamente com os sindicatos respectivos, distribuiu aos trabalhadores um documento contendo «sérias críticas» ao Decreto-Lei 265/88, publicado quinta-feira passada. O decreto previsto na autorização legislativa constante do Orçamento do Estado para 1988, ao contrário do que se afirma no seu preâmbulo, **«não teve qualquer participação dos sindicatos dos trabalhadores da Função Pública a quem o projecto não foi enviado sequer para conhecimento»**, sublinha a FNSFP.

No que se refere às **chefias administrativas,** o decreto contempla, segundo a FNSFP, «promessas do Governo que vêm de 1985, portanto com grande atraso, mas que não correspondem ainda às propostas sindicais».

Quanto aos **técnicos,** ou quadros, superiores ou não, substitui-se no decreto «uma categoria de acesso por um estágio», o que proporciona aumentos que podem situar-se entre 4484 escudos e 7931 escudos, em valores líquidos.

Mas, além de alterar «explicitamente só uma parte da **carreira informática,** criando um novo desenquadramento», o decreto mantém o salário máximo dos técnicos superiores e técnicos, «não cria quaisquer atractivos, não adopta o princípio da dedicação exclusiva» e tão-pouco «reduz os efeitos das remunerações acessórias que discriminam os trabalhadores conforme o organismo em que exercem a sua actividade», afirma ainda a FNSFP.

Os sindicatos interessados e representativos, incluindo a Federação, **«reafirmam as suas propostas de moralizar e dignificar as profissões; criar mecanismos que permitem compensar as remunerações acessórias; equiparar, nas categorias de ingresso, os salários dos técnicos superiores aos docentes universitários e investigadores; desenvolver as carreiras por graus e escalas, fazendo depender a progressão nos graus da prestação de provas adequadas a cada situação; fixar dotações globais para as carreiras a fim de evitar o bloqueamento das progressões; instituir o regime de dedicação exclusiva, análogo a outros já existentes».**

Entre outras acções sindicais, vão dinamizar-se reuniões nos locais de trabalho com vista à revisão do estatuto das carreiras técnica e técnica superior, refere a Federação.

Vitória sindical em Albergaria

O secretariado da zona sindical de Águeda da União dos Sindicatos de Aveiro considera o aumento salarial de 8,84 por cento, conseguido pela greve, uma vitória dos trabalhadores da empresa metalúrgica **Minas e Metalurgia** de Albergaria-a-Velha.

Depois de os trabalhadores iniciarem um período de paralisação de 24 horas na madrugada de 20 de Julho findo, duas horas depois (8 da manhã) o patronato aceitava as reivindicações sindicais que foram apoiadas pelo pessoal dos escritórios e por «muitas das chefias», afirma aquele secretariado sindical.

O comportamento da administração da empresa perante a greve leva o mesmo secretariado sindical a afirmar que não existiam motivos válidos para recusar as propostas sindicais. Nota ainda aquele departamento sindical da União dos Sindicatos de Aveiro que «o conflito podia ter-se evitado».

Mas a administração quis «apalpar o pulso» aos trabalhadores. «Recebeu a resposta que merecia», conclui o secretariado sindical.

Banca e Seguros

Ameaçado o nível do emprego

O Movimento Alternativa, corrente sindical dos Seguros, comissões de trabalhadores da banca nacionalizada e o SBSI (Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas) protestam de um modo geral contra as condições que este Governo cria ao capital privado em detrimento da banca nacionalizada e da actividade seguradora, pondo em grave risco direitos legítimos e interesses conquistados pelos trabalhadores desses sectores.

Em documentação recente a que tivemos acesso, o Movimento Alternativa interroga-se muito seriamente sobre o futuro da actividade seguradora em Portugal e cita o caso da Espanha onde, **«em dois anos, cerca de 60 por cento do mercado passou para o controlo do capital internacional e 150 empresas ou delegações desapareceram».**

Refere-se naturalmente aquele Movimento à «criação do Mercado Único em 1992, no âmbito da adesão à CEE». Em Portugal, no entender do Movimento Alternativa, as situações serão «análogas» à do país vizinho. Haverá instabilidade de emprego para muitos trabalhadores dos Seguros.

Ao mesmo tempo, o Governo «insiste e persiste em colocar nas mãos do patronato a lei do livre despedimento, um documento que contraria as regras do equilíbrio e do bom senso».

No BNU (Banco Nacional Ultramarino) a comissão de trabalhadores (CNT) protesta mais uma vez contra a transformação do Banco nacionalizado em sociedade anónima.

No Totta & Açores (BTA), numa moção entretanto aprovada, a CNT protesta também contra a intenção governamental de «privatizar 49 por cento do capital» do Banco, nacionalizado também. A CNT e a mesa coordenadora dos órgãos deliberativos centrais do SBSI afirmam que a privatização parcial do BTA, entre outros aspectos negativos, retira ao Estado «alavancas fundamentais para a orientação do desenvolvimento económico do País».

Ainda o SBSI, através da direcção, compara desta forma a banca nacionalizada e a privada:

Banca Nacionalizada a enteada	Banca privada a filha pródiga
– contribui de forma significativa para o Orçamento Geral do Estado, que se traduz em proveito para todos os cidadãos;	– os lucros são utilizados em proveito exclusivo dos seus accionistas;
– contribuiu para minimizar os efeitos da crise bolsista;	– utiliza a Bolsa para proveito próprio;
– não pode conceder crédito acima dos limites estabelecidos pelo Governo;	– concede o crédito que quer e a quem quer, não lhe sendo impostos quaisquer limites;
– é-lhe recomendado que reduza o número de balcões.	– pode aumentar o número de balcões.

Transportes

Anunciado para hoje um plenário nacional

Um plenário que pode ser decisivo efectua-se hoje em Lisboa no sector sindical dos transportes. Anunciado pela FESTRU o plenário é de âmbito nacional. Segundo informação obtida quinta-feira passada, o plenário nacional de ORTs (organizações representativas) seria precedido de «plenários com todos os trabalhadores para analisar a situação» nos transportes rodoviários e urbanos.

O motivo principal da reunião do plenário é «a drástica redução dos salários reais dos trabalhadores em cerca de 3 a 4 por cento face a valores da inflação que rondaram os 9 por cento».

A FESTRU (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos), com sede em Lisboa, sublinha que, relativamente à **Rodoviária,** o conselho de gerência mantém a sua recusa de negociar os **acordos de empresa** — o geral e o dos quadros técnicos.

A movimentação sindical no sector dos transportes, depois da greve da **RN** (Rodoviária Nacional) destina-se, conforme anunciou a FESTRU, a «exigir do conselho de gerência, assim como dos ministros dos Transportes e do Emprego a apresentação de novas propostas que possibilitem um acordo.

Essas entidades (CG e ministérios) são responsabilizadas pela continuação do conflito na **RN,** assinala a FESTRU.

Esta última Federação recorda que os membros do conselho de gerência da **Rodoviária** foram aumentados 10,64 nos seus vencimentos e que os membros do Governo se aumentaram a si próprios «em cerca de 27 por cento reportados a Janeiro».

Médicos

Diálogo em clima de unidade

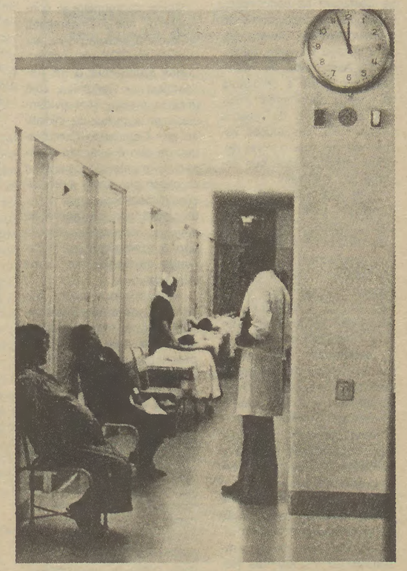
O diálogo com o Ministério da Saúde e o empenho em «manter o actual clima de unidade e cooperação entre as várias estruturas representativas dos médicos» pode ser considerada a conclusão geral da reunião da comissão executiva da Federação Nacional dos Médicos efectuada em Coimbra no passado dia 26. A Fename, como passou a ser conhecida a Federação, recorda que a primeira reunião com o Ministério da Saúde, anunciada para ontem, «surge após um período prolongado de conflito entre os médicos e a tutela, constituindo elemento de grande expectativa, na medida em que se acredita na abertura de um novo clima de diálogo».

Antes de sublinhar que pretende ver concretizadas no mais curto espaço de tempo «as justas aspirações e reivindicações socioprofissionais da classe», a Fename espera «obter nessa reunião com o Ministério da Saúde uma compreensão clara do valor do diálogo» que, no entender da Federação médica dos sindicatos, «deve preceder os conflitos e se possível evitá-los».

No futuro, acrescenta a Fename, não deverá ser necessário «percorrer etapas dolorosas que desperdiçam energias e geram mal-entendidos».

A Federação dos sindicatos médicos, numa «atitude de inequívoco empenhamento negocial», decidiu entregar no passado dia 28 no Ministério da Saúde um extenso documento que aprovou naquela reunião em Coimbra.

Segundo a Fename, a entrega do documento no Ministério da Saúde destina-se a proporcionar à ministra, Leonor Beleza, «uma prévia análise das questões nele contidas, de modo que na reunião marcada para ontem, dia 3, aquela titular «disponha já de posições claras quanto à forma de solucionar o actual conflito».



Um ano de mau Governo para a Função Pública

O Governo, que «recusa debater uma proposta de revisão intercalar das tabelas salariais, apesar de reconhecer já a falência das previsões quanto à inflação de 1988», é acusado pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) de faltar às promessas feitas em 19 de Julho do ano passado, quando o seu partido obteve a maioria nas urnas. Numa resolução da sua Comissão Executiva (direcção), a FNSFP relembra essas promessas, confirma a incompetência do Governo para as levar a cabo, lavra o seu protesto e reclama «a negociação das matérias que foram objecto de autorização legislativa concedida ao abrigo do OE/88» (Orçamento do Estado). Transcrevemos na íntegra o teor da resolução:

Relembrar promessas do PSD em 19 de Julho de 1987: «Facilitar a vida aos portugueses, servindo melhor os utentes da Administração Pública (AP), dignificar os funcionários, tornando a AP atractiva e motivadora para a expansão das suas potencialidades e aspirações, gerir melhor, rentabilizando os recursos afectos ao sector sem acréscimos de despesas públicas».

Confirmar que o Governo se revela incompetente para implementar as medidas necessárias a uma verdadeira reforma administrativa. Autoritarismo e prepotência são traços dominantes no relacionamento do Governo com os trabalhadores da Função Pública e as suas organizações sindicais.

Não existe, de facto, vontade política do Governo para resolver os graves problemas que afectam a Administração Pública e os seus trabalhadores.

Denunciar a conduta antinegocial e eticamente reprovável do Governo, que:

- recusa a negociação e decide unilateralmente sobre projectos legislativos respeitantes a horário e duração de trabalho, férias, faltas e licenças, estatuto de aposentação, vínculos,o recrutamento e selecção, carreiras;
- Aprova um diploma sobre horário e duração de trabalho (DL 187/88) discriminatório do pessoal operário, não tendo em conta a realidade e provocando a confusão e o mau funcionamento em muitos serviços;
- persiste em não aplicar, em muitos organismos, o DL 248, de Julho de 1985 (reestruturação de carreiras) e em não negociar propostas sindicais de revalorização de carreiras — técnica, técnica superior, técnico-profissional, administrativa, operária, auxiliar;
- condicionou o «aumento» salarial de 6,5% dos trabalhadores da Função Pública à inflação que ele próprio previu para 1988:
- recusa debater uma proposta de revisão intercalar das tabelas salariais, apesar de reconhecer já a falência das previsões quanto à inflação em 1988:
- faz-se aumentar a si próprio (através do seu partido na Assembleia da República) em 27% com retroactividade a Janeiro.

Repudiar o conjunto de medidas que o Governo fez aprovar na Assembleia da República, exclusivamente com os votos do PSD — pacote laboral, lei de delimitação dos sectores, reforma fiscal e pacote agrícola. Ele, constitui uma autêntica revisão antecipada da CRP e visa, tão-só, reforçar o poder económico e político dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros e, consequentemente, restaurar interesses e valores apeados em 25 de Abril de 1974.

Reclamar a negociação das matérias que foram objecto de autorização legislativa concedida ao abrigo do OE/88:

— A negociação das propostas sindicais de revalorização de carreiras;

— O debate urgente de uma proposta de revisão intercalar dos salários dos trabalhadores da Função Pública;

— A alteração, negociada com os sindicatos, do DL 187/88 (horário e duração de trabalho).

PCP

• Encontro na Madeira confirma

Defender as autonomias e as populações é objectivo comum dos comunistas

Numa reunião sem precedentes, quer a nível partidário, quer a nível nacional, as estruturas regionais dos Açores da Madeira do PCP e o Grupo Parlamentar reuniram-se este fim-de-semana na Madeira para fazer uma análise e discussão da actividade e das iniciativas do Partido nas Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores e na Assembleia da República em defesa das autonomias e dos interesses das populações das duas Regiões Autónomas.

Da análise dos factos, a conclusão de que o PCP é o único partido que se pode reclamar de inteira coerência na intervenção em todas as instâncias em defesa da autonomia.

«Esta atitude contrasta fortemente com a duplicidade de posições do PSD, em que se destacam as concepções e práticas centralizadoras do Primeiro-Ministro Cavaco Silva e do seu Governo, apoiado na Assembleia da República por actos e omissões da maioria parlamentar PSD. Não está isento da mesma crítica o PS, que muitas vezes não sustenta a nível nacional compromissos que assume nas Regiões».

Posições que estão em contraste com a actuação dos deputados comunistas «na defesa dos interesses das populações, no combate às práticas governamentalizadoras dos governos regionais do PSD e na luta contra as preversões, tanto de natureza centralista como de cariz separatista, desvirtuadoras do sistema da autonomia regional, conquistada com o 25 de Abril e consagrada na Constituição da República».

Nesta reunião, «foi também considerada positiva a actividade dos deputados comunistas na Assembleia da República, na esfera própria da competência deste órgão de soberania (em estreita articulação com as organizações do Partido nas Regiões), pela permanente atenção prestada aos problemas da autonomia regional e no combate às tentativas de invasão dos poderes constitucionais dos órgãos regionais, atitude bem evidenciada, a título de exemplo, em todos os debates orçamentais e na firme oposição à obstrução da maioria PSD na Assembleia da República, que vem impedindo a admissão e discussão de propostas de leis oriundas das Regiões (designadamente quanto à organização dos tribunais na Madeira)».

Fundamental reforçar e continuar

Saída da reunião, a conclusão de que é fundamental «reforçar a articulação da actividade do PCP nas Assembleias Regionais e na Assembleia da República, cuja eficácia resulta bem evidenciada no sucesso da iniciativa dos Deputados Comunistas, de que é exemplo o desenvolvimento do complexo processo que levou à reposição, já conseguida, da constitucionalidade da legislação sobre a elaboração, discussão e aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores».

A conclusão ainda de que se deve **«continuar a acompanhar com todo o rigor a situação das Regiões no processo de integração europeia**, designadamente: enriquecendo, como se tem vindo a fazer com contactos, visitas e consultas, o Relatório sobre o Apoio ao Desenvolvimento dos Açores e da Madeira (atribuído ao Grupo Comunista do Parlamento Europeu); insistindo na aplicação da preferência comunitária na importação de produtos das Regiões Autónomas, como foi recentemente feito por Deputados Comunistas em relação à importação da banana, bordados e produtos de vime da Região Autónoma da Madeira; assegurando as salvaguardas comunitárias tidas por necessárias para a defesa das economias regionais e das suas principais produções».

Propostas e iniciativas

Na reunião, considerou fundamental também que sejam elaboradas rapidamente propostas e iniciativas, designadamente «— o aperfeiçoamento das regras de **financiamento das Regiões Autónomas**, tendo em conta a situação de insularidade.

«— A concretização das disposições constitucionais e estatutárias respeitantes à **adaptação do sistema fiscal** às realidades das duas Regiões Autónomas.

«— A adopção de medidas que permitam que a Região Autónoma da Madeira seja dotada de um **Estatuto definitivo**, para o que, após o acto eleitoral de 9 de Outubro, a representação parlamentar do PCP desenvolverá as diligências necessárias».

A mesa da conferência de imprensa em que foram anunciadas as conclusões do encontro entre as delegações

Debruçando-se sobre os **actos eleitorais de 9 De Outubro próximo**, a reunião «congratulou-se com o estado de adiantamento da preparação das listas da CDU, bem como o facto de, por acção determinante do PCP, ter sido aperfeiçoado o regime eleitoral nos Açores, impedida a distorção adicional da Lei Eleitoral da Madeira e ter sido assegurado o direito de voto dos jovens recenseados em 1988 nas eleições de Outubro» e «manifesta a sua **preocupação relativamente às condições de liberdade e democraticidade de que se deverão revestir os actos eleitorais**, nomeadamente no que toca à igualdade de tratamento das candidaturas na comunicação social, bem como a imparcialidade das administrações regionais.

«Com vista a assegurar a fiscalização do processo eleitoral em todas as suas fases, serão desenvolvidas iniciativas em diferentes níveis, incluindo contactos com os demais partidos da oposição».

Nova reunião

Neste encontro, em que participaram uma representação da Direcção Regional da Madeira do PCP constituída por António Casmarrinha, Mário Aguiar (deputado à Assembleia Regional, João Lizardo e Rui Nepomuceno; uma representação da Direcção Regional dos Açores do PCP constituída por José Decq Mota (deputado à Assembleia Regional), Mário Abrantes e Manuel Martins, e uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP constituída por João Amaral, José Magalhães e Carlos Brito (presidente do Grupo Parlamentar e membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, foi decidida a realização de uma nova reunião a curto prazo, em que também participará uma delegação dos deputados eleitos pelo PCP ao Parlamento Europeu...

Esta reunião realizar-se-á em Ponta Delgada no próximo dia 17 de Setembro e «deverá apreciar o desenvolvimento das iniciativas programadas», tendo como «objectivo especial a apreciação da evolução do processo de Revisão Constitucional».

Nacional

Évora vivifica e revitaliza o seu património

A Câmara Municipal de Évora, na sequência da discussão pública realizada em torno do projecto de remodelação da Praça do Giraldo, e após alguns comentários que a este propósito têm vindo a lume nalguns jornais, tornou público na passada semana um comunicado onde reafirma que o referido projecto «não altera a estrutura arquitectónica da Praça», visando simultaneamente a sua execução a «melhoria das condições de trânsito local e a sua utilização como espaço de convívio e de lazer».

Recorda o Executivo municipal que o projecto mereceu já o parecer favorável de entidades idóneas e responsáveis, nomeadamente da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, da Comissão Municipal de Trânsito e do Instituto Português do Património Cultural, tendo este último, por unanimidade, considerado que a «solução apresentada procura aproveitar o mais possível o existente, embora dando mais um passo em frente no sentido da valorização da praça para os peões».

Respondendo a algumas das opiniões entretanto surgidas considerando que seria preferível proceder ao arranjo de algumas das ruas da cidade, replica a Câmara de Évora que durante o corrente ano está a levar a cabo um plano de arruamentos no valor de 100 mil contos, verba esta que, segundo diz, «comparada com o investimento que vai ser efectuado na Praça, revela a fraqueza do argumento apresentado».

O Município chama ainda a atenção para o facto de a classificação da cidade de Évora como Património Mundial ter constituído um «importante factor de desenvolvimento económico local», como o atesta o progresso sentido em todo o comércio e o surto de crescimento registado na indústria hoteleira.

Neste contexto, salienta a Câmara de Évora, para além de conservar é «necessário valorizar e vivificar o património eborense, criando mais e mais condições de atracção que passam nomeadamente pela adaptação da cidade às exigências de uma vida moderna, sem contudo a descaracterizar».

Consideram ainda os eleitos autárquicos da cidade histórica que se é importante a «recuperação e conservação do património», não é menos importante a «criação de condições para a sua sua revitalização e vivificação».

Nesse sentido, entendem-se que ser património mundial não significa que Évora «tenha uma função e uma utilização museológica», antes significa a «capacidade de a utilizar contemporaneamente», o que implica igualmente, garantem, «a sua adaptação, sem que se injurie o passado ou se traia a sua identidade».

Dirigindo-se aos «Velhos do Restelo», reafirma por último o Executivo da Câmara de Évora a sua vontade de «exercício de uma política de defesa do património que promova princípios que, longe de conduzir ao passadismo, constituam um incentivo à criação, não se limitando à manutenção pura e simples de uma herança que nos foi legada de séculos passados, mas, procurando sim, a sua integração na vida contemporânea».

Distrito de Setúbal em movimento

A Câmara Municipal de Sesimbra assinou um protocolo com o Instituto Nacional de Habitação referente ao empréstimo para a construção de 49 fogos no Largo Almirante Gago Coutinho, naquela vila, informa em comunicado chegado à nossa redacção a Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal.

Por outro lado, refere a mesma nota, a Câmara Municipal do Seixal decidiu abrir concurso público para arrematação da empreitada de construção do edifício da biblioteca municipal, com o preço base de licitação de 161 mil contos e com o prazo de execução de 640 dias. O exame do processo é feito pela divisão de infra-estruturas, equipamento e ambiente do departamento de engenharia, arquitectura e planeamento. Entretanto, a Câmara do Seixal tem a funcionar desde o passado dia 1 de Junho a Piscina Municipal da Torre da Marinha.

A Câmara Municipal de **Palmela** por sua vez, aprovou por unanimidade uma proposta que visa a isenção total de pagamento de taxas e encargos de mais-valia respeitante ao projecto de construção do centro social de apoio à criança, que a associação Sol Crescente pretende edificar em Águas de Moura.

No concelho da **Moita** decorrem entretanto durante os meses de Agosto e Setembro várias festas populares, designadamente a festa em honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, de 10 a 18 de Agosto, a festa de Nossa Senhora da Graça, em Sarilhos Pequenos, e a festa de Nossa Senhora da Atalainha, na Barra Cheia.

No mesmo período, irão também realizar-se o concurso de fotografia do município da Moita, o festival de folclore Caramelos em Romaria, passeios fluviais no Tejo nos barcos tradicionais «O Boa Viagem» e «A Pombinha» e o Festival Ibérico de Folclore, integrado nas festas de Nossa Senhora da Boa Viagem.

A Associação de Municípios tornou ainda público que a Câmara Municipal de **Sines**decidiu proceder, através dos seus serviços de fiscalização, ao levantamento das barracas clandestinas existentes desde a zona de São Torpes até à praia do Burrinho, por as considerar um atentado contra a paisagem e um factor de degradação do meio ambiente e do próprio movimento natural das dunas.

Após a operação de levantamento, salienta o comunicado, encetar-se-á o processo de demolição das barracas.

Do **Barreiro** chegou-nos também a informação do adiamento para 19 de Novembro do Seminário relativo a **«Transportes, Desenvolvimento Urbano e Regional»** devido ao empenhamento dos serviços camarários na implantação da Barrind-88 e nas Festas do Barreiro, acções que, segundo aquele município, «transcenderam as expectativas». Diversas entidades confirmaram já, entretanto, a sua presença naquele Seminário.

Camaradas Falecidos

Jorge Paulo Baptista Pinto

Faleceu, vítima de acidente de trabalho, o camarada Jorge Paulo Baptista Pinto, de 38 anos. O camarada tinha regressado a Portugal em 1987, após 10 anos de trabalho na emigração. A sua morte foi muito sentida pela comunidade portuguesa na região de Cannes, França.

Rui Manuel Pratas Dias Melo

Faleceu na sequência de doença grave, no passado dia 23, com 38 anos de idade, o camarada Rui Manuel Pratas Dias Melo, mecânico-auto, membro da célula da Auto-industrial de Coimbra.

***

Aos familiares, amigos e companheiros dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta profundo pesar.

Internacional

CC do PCUS discutiu calendário da reforma política

O secretário-geral do PCUS propôs na reunião plenária do CC realizada na sexta-feira a convocação para Novembro de uma sessão do Soviete Supremo da URSS para examinar um projecto de alterações à Constituição soviética e o projecto de lei eleitoral. Mikhail Gorbatchov considerou ainda – anunciaram a TASS e a Novosti – que será possível efectuar em Março de 1989 as eleições dos deputados do povo e reunir em Abril o primeiro congresso dos sovietes de deputados do povo da URSS.

No relatório apresentado por Gorbatchov ao CC do PCUS assinala-se a importância da próxima campanha de balanço e eleições nos organismos do partido. «É importante que as reuniões e conferências das organizações do partido sejam realizadas de forma democrática e transparente, estando no centro das discussões a seguinte questão: que há que fazer para imprimir mais dinamismo e eficácia à *perestroika*» – afirma-se no despacho daquelas agências.

Mikhail Gorbatchov abordou ainda a questão das relações entre as nacionalidades e as causas do seu agravamento recente. Entre as propostas concretas do secretário-geral do PCUS para resolver os problemas nesta área destaca-se no referido despacho a delimitação das competências da URSS e das repúblicas federadas, a transferência para as repúblicas de uma série de funções administrativas, a determinação das hipóteses de adopção pelas repúblicas e regiões dos princípios da autogestão económica, a preparação de um projecto de lei sobre o livre desenvolvimento e utilização em pé de igualdade das línguas dos povos da URSS.

Na intervenção de Gorbatchov foram ainda tocadas outras questões, como o desenvolvimento da economia, a agricultura e o problema alimentar, a ciência, ecologia, teoria revolucionária.

O dirigente do PCUS considerou necessário e importante iniciar desde já a preparação de um plenário do CC especialmente dedicado aos problemas da juventude – objecto de um projecto de lei actualmente em discussão na URSS e que será em breve discutido no Soviete Supremo.

URSS iniciou destruição de mísseis

A URSS destruiu segunda-feira os primeiros quatro mísseis «SS-12» (de curto alcance), dando cumprimento ao tratado INF assinado em Dezembro de 1987 por Gorbatchov e Reagan. Ao acto, em Sariozek – no Cazaquestão, a 200 quilómetros de Alma-Ata, assistiram inspectores militares norte-americanos e representantes de movimentos pacifistas do Ocidente e do Leste, bem como numerosos convidados soviéticos e estrangeiros.

A partir de agora e durante 18 meses haverá em Sariozek uma deflagração diária – informou o coronel Stanislav Petrenko, que chefia o departamento soviético encarregado da destruição dos mísseis.

Prosseguindo uma intensa actividade diplomática, a URSS recebeu no fim da semana passada a visita do MNE federal-alemão, Hans-Dietrich Genscher, que se encontrou com Mikhail Gorbatchov e Eduard Chevardnadze. Na segunda-feira chegou a Moscovo, para uma visita a convite do ministro da Defesa da URSS, o secretário da Defesa dos EUA, Frank Carlucci.

Portugal-URSS

Uma delegação do Sindicato dos **Jornalistas** partiu anteontem para a URSS, onde visitará as cidades de Moscovo, Leninegrado, Riga e Ialta. Joaquim Letria Eduardo Miragaia e Artur Miranda deslocam-se à URSS no âmbito de um protocolo de cooperação com a União dos Jornalistas soviéticos.

Na semana passada regressaram da URSS uma delegação da Assembleia Regional dos **Açores**, chefiada pelo seu presidente e integrando um deputado de cada partido, e uma delegação de **deputadas** da Assembleia da República. Os camaradas José Decq Mota e Ilda Figueiredo fizeram parte das delegações.

A Novosti divulgou entretanto declarações do presidente da Câmara de **Santarém** – que regressou dia 28 da URSS – acerca das relações do município escalabitano com Tiráspol, cidade gémea moldava. Segundo Ladislau Botas, poderá ser criado a médio prazo um curso de língua portuguesa em Tiráspol, ministrado por um professor português e destinado sobretudo a intérpretes e profissionais de turismo. Está prevista a deslocação à Moldávia de um técnico português da construção civil e «é ponto assente» a realização em Santarém de um curso de 3 a 4 meses para monitores, dado por uma professora de educação física em Tiráspol.

Paz para o sudoeste africano reúne «quatro» em Genebra

Devem terminar hoje, segundo as previsões avançadas na imprensa, as negociações entre representantes de Angola, Cuba, África do Sul e EUA para uma solução global do conflito no sudoeste africano. Esta reunião segue-se aos encontros quadripartidos efectuados em Londres (3 e 4 de Maio), no Cairo (24 a 26 de Junho), Nova Iorque (11 a 13 de Julho) e no Sal (22 e 23 de Julho).

Como ponto de partida para esta reunião, que teria por objectivo passar dos princípios gerais — nomeadamente os 14 princípios acordados em Nova Iorque — para a sua aplicação a questões concretas — em particular o fim do apoio dos EUA e da África do Sul à Unita e a marcação de uma data para a independência da Namíbia.

O presidente José Eduardo dos Santos, num comentário que condiz com o ambiente de optimismo que rodeia esta reunião, considerou entretanto, na mensagem de dia 1 de Agosto dedicada aos 14 anos das FAPLA, que os resultados das conversações para a paz no sudoeste africano «já são estimulantes».

Quanto à independência da Namíbia, o primeiro ponto do texto aprovado em Nova Iorque e ratificado no dia 20 por Angola, Cuba e África do Sul, falou-se na possibilidade de a Resolução 435 da ONU começar a ser implantada em 29 de Setembro, dia do seu 10.º aniversário.

Anatoli Adamichine, que no domingo e na segunda-feira se encontrou em Genebra com Chester Crocker, disse aos jornalistas não estar em condições de confirmar se o entendimento entre a RPA, Cuba, EUA e RAS seria alcançado até essa data; o vice-MNE soviético admitiu, no entanto, que tal venha a concretizar-se «num futuro o mais próximo possível».

Savimbi: o tiro pela culatra

«O silêncio final não indica outra coisa se, não o desanimador balanço de um périplo de que o bando ao serviço da África do Sul pretendia tirar dividendos políticos, acabando por sair o tiro pela culatra» — afirma a Angop num comentário acerca da viagem do chefe da Unita pela América, Europa e África.

A agência noticiosa angolana salienta que Savimbi apenas conseguiu pisar o solo de seis países contra a projectada vintena. E mesmo nos países visitados (EUA, Inglaterra, Suíça, RFA, Marrocos e Côte d'Ivoire) «a viagem teve de decorrer frequentemente na clandestinidade para evitar, a Savimbi e seus sequazes, desgraças com manifestantes».

Afirmando que de todos os indicadores qualitativos do fracasso diplomático de Savimbi «a proibição da entrada em Portugal é, sem dúvida, o de maior realce», a Angop sublinha ainda as *negas* recebidas dos governos de França, Holanda, Bélgica, Itália e do Vaticano.

Assim, conclui a Angop, o périplo do chefe da Unita foi «um real fracasso político» e «confirmou mais uma vez a crescente impopularidade e o isolamento de uma *causa* identificada ao serviço do *apartheid*».

URSS desmente «Expresso» e Lusa

A embaixada da URSS em Lisboa desmentiu anteontem as notícias divulgadas pela agência Lusa e pelo semanário «Expresso» sobre alegados encontros entre representantes soviéticos e da Unita.

No comunicado da embaixada soviética distribuído pela Novosti recorda-se que «semelhantes invencionices não são originais e têm sido lançadas com certa regularidade» e afirma-se que «as informações veiculadas pela Lusa e pelo "Expresso" estão também destituídas de quaisquer fundamentos e, naturalmente, não podem deixar de ser qualificadas como obviamente falsas e deturpando a política da União Soviética».

«Chile a criar» pela democracia

Mais de duas centenas de cientistas e artistas de vinte países, reunidos na capital chilena sob o lema «O Chile está a criar», aprovaram uma declaração onde acusam o governo de Pinochet de querer implantar uma «cultura de massas» que reprime a criatividade do povo e, deste modo, também a democracia no país.

«O dever cívico dos artistas progressistas do Chile consiste em tornar inseparável a sua arte da luta pela autêntica democracia e o progresso do país e encorajar as massas populares», assinalou no encerramento do encontro o pintor chileno Jose Balmes.

Apoiado internacionalmente por figuras tão conhecidas como Graham Greene, Claudia Cardinale, Marcello Mastroiani e o realizador soviético Serguei Bondartchuk, o encontro foi um acto sem precedentes no Chile desde o golpe de Estado de 1973, escreveu a «Prensa Latina». As autoridades chilenas não tiveram campo para impedir o encontro, limitando-se a fazer algumas prisões entre os delegados.

Paralelamente ao encontro realizaram-se cerca de três mil exposições, concertos e comícios em várias cidades chilenas. Os participantes na reunião exortaram já à convocação de um novo encontro internacional de cientistas e artistas, desta feita sob o lema «A América Latina está a criar».

Manobras dos EUA nos Jogos Olímpicos

Os Estados Unidos planeiam enviar em Agosto um grupo de ataque chefiado pelo porta-aviões atómico «Nimitz» para o litoral da península da Coreia, «numa ampla demonstração de força durante os Jogos Olímpicos de Seul», anunciou a agência noticiosa japonesa «Kyodo Tsushin».

O grupo, composto por dez navios dotados de mísseis antiaéreos polivalentes «Aegis», após terminarem os exercícios navais «Rimpac 88», que decorrem actualmente no Pacífico, deverá entrar a partir da segunda quinzena de Agosto no Mar do Japão, tendo previsto ancorar em vários portos sul-coreanos, dirigindo-se em seguida para o Oceano Índico.

Durante as Olimpíadas, as águas próximas da península da Coreia serão controladas por um grupo de ataque capitaneado pelo porta-aviões «Midway». O comando da marinha de guerra dos EUA tenciona enviar também os couraçados «Missouri» e «Nova Jersey» para o litoral da Coreia.

...e na América Central

Exercícios militares conjuntos americano-hondurenhos, sob o nome de código de «General Jose Guardiola – 88», começaram dia 1 no departamento hondurenho de Morazan, com a participação das forças terrestres e aéreas das Honduras, assim como um batalhão de infantaria dos EUA.

Mais de um milhar de soldados norte-americanos foram enviados da Califórnia para as Honduras para participarem nos exercícios, segundo a televisão cubana.

Entretanto, no último mês, os bandos de «contras» intensificaram acentuadamente as investidas na Nicarágua. Segundo se refere num comunicado do Ministério da Defesa da Nicarágua, os «contras» efectuaram 79 ataques armados às posições do exército sandinista, em resultado dos quais 204 somozistas foram postos fora de combate. Os ataques dos «contras» provocaram a morte de 29 civis e ferimentos em 25. Cem foram aprisionados e levados como reféns.

Simultaneamente, aumentou a frequência dos voos de aviões norte-americanos, fornecendo armas e munições aos «contras», assim como com fins de reconhecimento.

Criado grupo de trabalho para a regularização no Kampuchea

A decisão de constituir um grupo de trabalho para estudar os aspectos específicos da regularização política do problema do Kampuchea foi o principal resultado do «encontro informal» que dia 28 terminou em Bogor, cidade indonésia a 60 km da capital, onde se reuniram as forças político-militares deste país da Indochina – o governo de Pnom Penh e três movimentos de guerrilha.

Numa resolução aprovada no encontro, que durou 3 dias e decorreu em duas etapas, a segunda das quais com a participação do Vietname, do Laos e dos países da «ASEAN», diz-se ainda que o grupo de trabalho, integrado por representantes de alto nível de todos os participantes, deverá ter terminadas as suas actividades até Dezembro próximo e apresentar recomendações referentes à realização de um próximo encontro.

A decisão representa assim uma ultrapassagem das divergências que ainda muito recentemente se faziam sentir, devido à recusa dos «Khmers Vermelhos» de Pol Pot, o grupo derrubado em 1978 do poder por tropas rebeldes «khmers» e vietnamitas, em aceitar as propostas trazidas ao encontro pelo primeiro-ministro kampucheano Hun Senn. Estas previam a criação de um «Conselho de Reconciliação Nacional» com as quatro facções, presidido pelo príncipe Sihanuk. Hun Senn avançou depois a proposta de criação de um «grupo de trabalho», que merecia também a rejeição inicial dos «Khmers Vermelhos».

Internacional

Liberdade para Kutlu e Sargin — exigem comunistas europeus em Ancara

Uma história de solidariedade

No dia 28 de Julho chegou a Ancara uma delegação de que faziam parte Maxime Gremetz (da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCF), Martins Coelho (do Comité Central do PCP), Georg Polikeit (da Comissão Política do CC do DKP) e Klaus Feske (da Comissão Política do CC do Partido Socialista Unificado de Berlim Leste).

Estes camaradas tinham a seu cargo entregar às autoridades turcas uma declaração subscrita por 28 partidos comunistas da Europa exigindo a libertação de Haydar Kutlu e Nihat Sargin, a amnistia geral para todos os presos por delito de opinião e o livre exercício das liberdades democráticas naquele país da NATO e candidato a membro da CEE.

Uma história de solidariedade, que aqui se conta com base no relato do camarada Martins Coelho.

Desde Paris foi feito um contacto prévio com o gabinete do primeiro-ministro turco, dias antes da partida para Ancara, informando da ida da delegação e solicitando uma audiência.

A «audiência» no jardim de Ozal

Chegada à capital turca, a delegação entrou de novo em contacto com o gabinete do primeiro-ministro e foi informada de que deveria dirigir-se à residência oficial de M. Ozal às 16 e 30 horas para ser aí recebida.

Mas aqui o forte dispositivo de segurança afirmou «desconhecer» tal encontro e não deixou que a delegação desse mais do que alguns passos no jardim de acesso à residência oficial do primeiro-ministro turco.

Face à determinação demonstrada pelos representantes comunistas, que se manifestaram dispostos a permanecer no local até que alguém os recebesse, começou uma sucessão de telefonemas, enquanto o nervosismo aumentava entre o pessoal da segurança. Foram pedidos reforços e, passado pouco tempo, chegaram várias carrinhas da polícia; alguns polícias vinham mesmo equipados com capacetes.

Perante mais de 25 jornalistas turcos e estrangeiros que acompanhavam a delegação, veio do gabinete do primeiro-ministro a «informação» de que não estava marcado qualquer encontro, pelo que os representantes dos partidos comunistas deveriam abandonar o local.

Estes recusaram-se a acatar tal ordem e sentaram-se nos degraus da entrada à espera de serem recebidos; face à forma como as coisas se estavam a passar, resolveram distribuir ali mesmo à imprensa o documento assinado pelos 28 partidos comunistas europeus – o que estava previsto apenas para depois da audiência e da entrega oficial da declaração às autoridades turcas.

E viva a «democracia»!

Foi então que, de forma violenta, com empurrões, socos, pontapés e usando as coronhas das metralhadoras, a polícia e a segurança expulsaram a delegação e os seus acompanhantes: Yves Cholim (colaborador do CC do PCF), José Fort (jornalista do «l'Humanité»), uma camarada intérprete alemã e uma intérprete turca contratada.

Foi uma cena demonstrativa dos «métodos democráticos» e do «processo de democratização» na Turquia.

No exterior, e apesar das ameaças e da presença crescente da polícia, os delegados dos partidos comunistas deram uma conferência de imprensa.

Todos estes acontecimentos duraram cerca de hora e meia e despertaram a curiosidade dos transeuntes, provocando natural aglomeração no local.

No regresso ao hotel a delegação foi seguida por inúmeros polícias que, a meio caminho, detiveram a intérprete turca para identificação.

Isto significa – num país que é o único na Europa onde os comunistas estão na clandestinidade e onde permanecem nas prisões mais de 60 mil presos políticos; num país de onde dezenas e dezenas de milhar de pessoas foram obrigadas a sair e refugiar-se no estrangeiro; num país cujo governo retirou a nacionalidade a 14 mil cidadãos; num país onde centenas de comunistas e outros democratas foram executados e assassinados; num país que continua a ocupar pela força parte da ilha de Chipre e que oprime o povo curdo, negando-lhe até o direito de se exprimir na sua própria língua – que aquela jovem poderá ser detida a qualquer momento e perder o seu trabalho.

Tal procedimento intimidatório gerou nova discussão, com os representantes comunistas a protestarem e a denunciarem tais processos perante vários jornalistas que, por sua vez, tinham seguido os polícias.

«Vê-los? Vão mas é beber chá!»

No dia seguinte, sexta-feira, a delegação – a que se tinha entretanto juntado George Papapetros, do CC do PC Grego – apresentou-se na prisão central de Ancara para se avistar com Haydar Kutlu e Nihat Sargin. Na véspera fora já contactado com este objectivo o gabinete do ministro da Justiça, mas o silêncio foi a única resposta que de lá veio.

Após várias peripécias com os elementos do exército encarregues da guarda da prisão e face à firmeza dos delegados comunistas, veio à porta o responsável máximo da prisão. Com muitos sorrisos e amabilidades, respondeu com um convite para tomar chá à exigência de um encontro com Kutlu e Sargin.

Com a delegação comunistas a reafirmar que beberia chá com os camaradas detidos, o chefe da prisão foi perdendo o sorriso. Daí a pouco reconhecia que do Ministério da Justiça tinham dito que o ministro estava de férias, era difícil contactá-lo, teriam que se dirigir ao ministro dos Negócios Estrangeiros...

Tal resposta só se podia entender como um claro **não**, encoberto com manobras burocráticas.

Prontamente a delegação dos 28 partidos deu no próprio átrio da prisão nova conferência de imprensa, exprimindo a sua solidariedade para com Kutly e Sargin, em nome das dezenas de milhões de comunistas da Europa.

Igualmente foi dado a conhecer aos jornalistas que os camaradas Haydar Kutlu e Nihat Sargin tinham conseguido fazer chegar à delegação, no fim do dia 28, uma mensagem em que exprimem a sua alegria e grande satisfação pela presença dos camaradas em Ancara e pela solidariedade combativa dos partidos que ali representavam, atribuindo a esta iniciativa uma grande importância para a luta pela democracia real na Turquia.

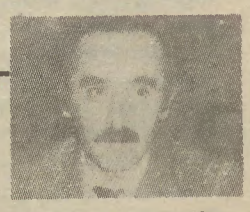
A democracia em tribunal

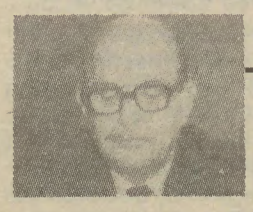
É de realçar a forma corajosa como alguns jovens democratas turcos apoiaram a delegação nos vários momentos da estadia em Ancara.

Os representantes dos 28 partidos comunistas europeus encontraram-se ainda com vários advogados que defendem os camaradas Kutlu e Sargin e que deram conta do andamento do processo, das dificuldades, arbitrariedades e irregularidades com que se têm defrontado.

O julgamento do secretário-geral do Partido Comunista da Turquia e do secretário-geral do Partido Operário da Turquia, com início marcado para o dia 1 de Agosto, é considerado como o «julgamento do século» no país. A atenção com que é seguido pela opinião pública, a preocupação e a esperança com que os democratas o encaram mostram que é muito importante o que está em jogo: o significado final da sentença será **sim** ou **não** à democracia.

No seio do próprio governo e entre os militares estalam as contradições, face à intensa luta pela democracia no interior do país, apoiada por uma forte pressão da opinião pública mundial. Também isto vem realçar ainda mais a justeza da decisão de regressar à Turquia, corajosamente assumida pelos camaradas Kutlu e Sargin.





Da prisão veio uma mensagem

Na conferência de imprensa dada no átrio da prisão, Maxime Gremetz falou aos jornalistas da mensagem que Haydar Kutlu e Nihat Sargin fizeram chegar aos delegados comunistas.

– Kutlu e Sargin – disse o dirigente do PC Francês, segundo o relato do enviado especial do «l'Humanité» – sabem que a delegação dos 28 partidos comunistas da Europa está actualmente em Ancara, sabem que nos encontramos neste momento a alguns metros apenas da sua cela. Na quinta-feira à noite fizeram chegar até nós uma mensagem. Nela expressam a sua grande satisfação pelo texto comum a favor da sua libertação e por uma verdadeira democratização da Turquia assinado pelos partidos comunistas da Europa. Eles consideram a nossa iniciativa extremamente importante, não apenas para eles e para o seu país; consideram também esta acção exemplar. Kutlu e Sargin afirmam que têm uma moral de aço e agradecem a todos os democratas que em todo o mundo se mobilizam pela sua libertação.

A declaração conjunta

«Haydar Kutlu e Nihat Sargin, respectivamente secretário-geral do Partido Comunista da Turquia e secretário-geral do Partido Operário da Turquia, regressaram do exílio ao seu país no dia 16 de Novembro último, com a intenção de criarem um Partido comunista unificado que possa participar abertamente na vida política do seu país.

Eles foram imediatamente presos, ante os olhos dos deputados e juristas de numerosos países europeus que os acompanhavam. Encarcerados e longamente torturados, são perseguidos por delito de opinião e ameaçados com as penas mais graves, com desprezo dos direitos do homem.

O seu processo, várias vezes interrompido, decorre em condições que entravam os seus direitos de defesa.

Os partidos comunistas subscritores saudam a coragem de Kutlu e Sargin e asseguram-lhes a sua total e fraternal solidariedade. Congratulam-se com o largo movimento pela sua libertação que reúne forças políticas, deputados, juristas, homens e mulheres de todas as opiniões e filiações, e comprometem-se a contribuir para o reforço desta acção pela liberdade e os direitos humanos. Eles exigem das autoridades turcas:

— a libertação imediata de Haydar Kutlu e Nihat Sargin e dos seus co-acusados;

— a amnistia geral para os presos por delito de opinião;

— A legalização do Partido comunista unificado da Turquia e de todas as formações democráticas;

— o livro exercício das liberdades sindicais e políticas.

Eles decidem fazer a entrega desta declaração por uma delegação comum, representativa dos subscritores, em Ankara.»

Subscrevem: Partidos Comunista Alemão (RFA), Partido Comunista da Áustria, Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste, Partido Socialista Unificado da Alemanha (RDA), Partido Comunista da Bélgica, Partido Comunista Búlgaro, Partido Progressista do Povo Trabalhador do Chipre (AKEL), Partido Comunista da Dinamarca, Partido Comunista de Espanha, Partido Comunista da Finlândia, Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grã-Bretanha, Partido Operário Socialista Húngaro, Partido Comunista da Grécia, Partido Comunista da Irlanda, Partido Comunista Luxemburguês, Partido Comunista de Malta, Partido Comunista da Noruega, Partido Comunista da Holanda, Partido Operário Unificado Polaco, Partido Comunista Português, Partido Comunista Sanmarinense, Partido Suíço do Trabalho, Partido da Esquerda — os Comunistas (Suécia), Partido Comunista da Turquia, Partido Comunista da Checoslováquia, Partido Comunista da União Soviética, Liga dos Comunistas da Jugoslávia.

Avante!
ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«A repressão salazarista acaba de vibrar novos golpes contra o Partido Comunista Português.

Mais uma vez, a quarta, **Francisco Miguel Duarte**, membro do Comité Central do PCP, caiu nas mãos da odiosa PIDE. Preso na zona fronteiriça de Elvas-Badajoz, Francisco Miguel era um dos 10 camaradas evadidos da Fortaleza de Peniche em 3 de Janeiro último.

Com 52 anos de idade e mais de 20 passados nos cárceres fascistas, os verdugos salazaristas arruinaram-lhe a saúde e destroçaram a sua vida pessoal mas não abalaram a sua confiança no futuro e o seu devotamento ao povo e ao País.

Sem família próxima, entregue ao ódio mortal dos esbirros da PIDE, a sua preciosa vida corre perigo se o povo português a quem ele tudo sacrificou não acorrer em seu auxílio.

O governo de Salazar mantém em regime de prisão perpétua outros destacados patriotas há longos anos encarcerados. **Manuel Rodrigues da Silva**, igualmente com 20 anos passados nas prisões fascistas, viu agora a sua prisão prolongada por mais 3 anos ao abrigo das celeradas «medidas de segurança». A PIDE prorrogou o encarceramento de Manuel Rodrigues sob o pretexto deste patriota não renegar o seu ideal comunista e se recusar mais uma vez a fazer declarações sobre a sua actividade como membro do Comité Central do Partido Comunista.

Também **Manuel Guedes**, membro do CC do PCP, terminada há cerca de 3 anos a condenação aplicada pelos tribunais, tem visto sucessivamente prolongada a sua prisão à sombra das «medidas de segurança». Manuel Guedes conta já 13 anos de prisão.»

(«Façamos recuar a repressão!» – «Avante!», VI Série, n.º 292, Agosto 1960)

AVANTE! PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS!

«Depois do secretário-geral do PC do Iraque e de milhares dos seus companheiros, do nosso camarada Julian Grimau, em Espanha, e do deputado democrata grego Lambrakis, foi agora cometido um novo crime na pessoa do secretário-geral do Partido Comunista do Paraguai, **Wilfredo Alvarez Jara**, morto na sua residência por agentes do ditador Stroessner, no dia 12 de Junho.

O povo do Paraguai responde ao assassinato do secretário-geral do PC reforçando a sua unidade e a sua luta, constituindo uma Frente Unida de Libertação Nacional (...).»

(«Novo crime da reacção» – «Avante!», VI Série, n.º 332, Agosto 1963)

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

«Uma das maiores glórias da pintura mexicana, o conhecido pintor **Siqueiros**, depois de preso há longo tempo, foi condenado em Março último a 8 anos de prisão. Juntamente com ele foi também condenado em igual pena o venerando jornalista Filomeno Mata. Estas condenações por «delito de dissolução social» constituem um grave atentado à liberdade política e aos interesses dos trabalhadores no México. Outros dirigentes políticos e sindicais foram ou estão para ser condenados.

Protestemos junto da Embaixada Mexicana e do Presidente da República do México (...).»

(«Solidariedade aos presos políticos mexicanos» – «Avante!», VI Série, n.º 320, Agosto 1962)

Em Foco

Avante!

Ano 58 – Série VII
N.º 762
4 de Agosto de 1988
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Lei de Bases da Reforma Agrária

Além de inconstitucional não serve ao País

Depois da aprovação final com os votos do PSD e do CDS e sanado que foi o incidente no envio para Belém originado pelas «gralhas» gramático-legislativas que alteravam o seu conteúdo, a proposta de Lei de Bases da Reforma Agrária (n.º 31/V) encontra-se neste momento para eventual promulgação na Presidência da República.

Alvo de generalizada contestação por parte dos mais diversos sectores democráticos — todos eles coincidentes na opinião de que a Proposta de Lei vai levar à reconstituição do latifúndio, não serve o desenvolvimento da agricultura e é inequivocamente inconstitucional — o diploma suscitou simultaneamente e de imediato um generalizado consenso segundo o qual o seu texto deverá ser remetido ao Tribunal Constitucional para fiscalização prévia da sua constitucionalidade.

Proveniente das mais variadas áreas — desde a Igreja Católica a especialistas do sector, passando por reputados juristas e constitucionalistas —, esta posição de repúdio geral assenta em razões largamente fundamentadas e que se prendem não apenas com a gravidade das soluções contidas no diploma como também no seu carácter profundamente inconstitucional.

Inconstitucionalidade que perpassa todo o articulado da Lei — e que por esse motivo vinha já sendo objecto de uma firme denúncia por parte dos trabalhadores e suas organizações desde o início do processo em Fevereiro último — e que subitamente foi ainda substancialmente agravada com a introdução no decorrer do debate na especialidade de alterações pela mão do PSD e do CDS. A este propósito, em declaração de voto produzida em nome do Grupo Parlamentar comunista, o deputado Lino de Carvalho afirmaria mesmo que se a Proposta de Lei entrou na Assembleia da República gravemente ferida de inconstitucionalidade a verdade é que acabou por sair dela, em resultado das alterações introduzidas pela maioria de direita, «constitucionalmente moribunda».

Isso é de resto fácil de aferir pela observação das alterações introduzidas em sede de especialidade (ver artigos seguintes), alterações essas que vieram privilegiar ainda mais o direito absoluto de propriedade em relação ao direito de exploração, sendo igualmente manifesto o objectivo de liquidar a Reforma Agrária.

Mas é ainda para a inconstitucionalidade global que enferma a Proposta de Lei que os trabalhadores alentejanos e ribatejanos chamam a atenção da opinião pública e dos órgãos de soberania, lembrando a este respeito que o diploma inverte o sentido do texto constitucional quanto a esta matéria, seja no que se refere aos artigos 81.º-h), 83.º, 96.º, 97.º e 99-2, seja quanto aos artigos 13.º-1, 20.º-2 e 268.º da Constituição da República.

Nos textos que publicamos nas duas páginas seguintes deste «Em Foco», dando conta das posições assumidas pelas organizações da Reforma Agrária, pelo Grupo Parlamentar do PCP e por um grupo de 124 juristas que entenderam endereçar ao Presidente da República uma petição sobre esta importante matéria, poderá o leitor ajuizar melhor do carácter profundamente nefasto de uma lei que tem por exclusivo propósito a liquidação da Reforma Agrária e a reconstituição do caduco latifúndio, podendo ainda nos mesmos textos encontrar-se em simultâneo a vontade indomável dos homens e mulheres que souberam com coragem e determinação ser os protagonistas de uma das mais importantes transformações operadas depois do 25 de Abril, fonte de riqueza, emprego e bem-estar, cujo papel a vida provou já ser insubstituível no futuro agrícola dos campos do Sul. ■

Repúdio geral pela lei do latifúndio

Uma lei profundamente desestabilizadora que não tem em conta as transformações sociais que ocorreram no Alentejo e Ribatejo, que privilegia o direito absoluto de propriedade em relação ao direito de exploração, que se destina à liquidação da Reforma Agrária, que conduzirá à reconstituição da propriedade latifundiária, que não serve o desenvolvimento da agricultura, e, por último, que está ferida de grosseira inconstitucionalidade, eis, sumariamente, os principais aspectos que do ponto de vista dos trabalhadores agrícolas e técnicos das UCPs/Cooperativas caracterizam a Proposta de Lei de Bases da Reforma Agrária aprovada pelo PSD e CDS na sessão plenária que encerrou faz hoje quinze dias o primeiro ano da V Legislatura.

Alarga-se a corrente de opinião que defende que o texto deverá ser remetido ao Tribunal Constitucional para fiscalização prévia da sua constitucionalidade

Uma opinião que está bem longe de ser isolada, sendo hoje partilhada por organizações e personalidades dos mais diversos quadrantes, de que se podem destacar, entre outros, a Comissão Nacional de Justiça e Paz (estrutura reconhecida como porta-voz da Igreja Católica para as questões sociais), especialistas nesta área como o Prof. Henrique de Barros e o Dr. Fernando Oliveira Batista (ex-ministro da Agricultura), reputados juristas e constitucionalistas como o Prof. Gomes Canotilho, Prof. Orlando Carvalho, Dr. Almeida Santos, todos os partidos da oposição à esquerda do PSD representados na Assembleia da República (PS, PCP, PRD, ID, Os Verdes), todo o movimento sindical, 98 por cento dos 528 pareceres enviados à Comissão de Agricultura da Assembleia da República no âmbito do processo de consulta pública e inclusive opiniões oriundas do interior do próprio PSD e de círculos que lhe são afectos que, neste contexto, não quiseram deixar de manifestar a sua preocupação face ao conteúdo da nova Lei.

O caso não é para menos se se atender à gravidade de que se reveste a proposta e ao seu carácter profundamente inconstitucional, tendo-se até verificado o facto de deputados do próprio PSD, segundo foi tornado público, terem optado pela abstenção no decorrer do debate na especialidade na Comissão de Agricultura face aos aspectos gravosos da Lei nalguns dos seus artigos fundamentais, como sejam os critérios de pontuação, os indivisos e o recurso para os Tribunais.

Alterações para pior

Mas mais chocante ainda é sem dúvida o facto de a Lei ter saído da Assembleia da República ainda mais profundamente ferida de inconstitucionalidade do que quando para lá entrou no início do processo, em Fevereiro último. Com efeito, segundo foi referido pelas organizações da Reforma Agrária em recente conferência de imprensa, as alterações introduzidas pelo PSD com o apoio do CDS durante o debate e votação na especialidade agravaram consideravelmente o texto da Lei.

É manifestamente o caso da nova tabela de pontuação quanto às áreas sobcoberto que, sem qualquer critério técnico e contraditória mesmo com as tabelas de pontuação para as restantes áreas, vem permitir, por exemplo, que um reservatário tenha mais de 1000 hectares só de montado de sobro, tornando-se deste modo o número e a área de reserva ainda mais indeterminados.

É ainda o caso do agravamento registado na redacção quanto aos indivisos e às sociedades, circunstância que permite de acordo com o texto aprovado a multiplicação sem limites das reservas, o que, só por si, quase dispensaria qualquer outro artigo no articulado da Lei para liquidar a Reforma Agrária e reconstituir o latifúndio.

Por outro lado, salienta a nota distribuída aos órgãos de comunicação social a que nos temos vindo a reportar, foi agravado o artigo que permite a reversão dos prédios que estando expropriados e nacionalizados estejam ilegalmente na posse dos reservatários, nova redacção que sem dúvida foi feita a pensar nas herdades respeitantes aos 531 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que estão por executar e que, com o novo texto, «deixam de ter qualquer possibilidade prática de um dia virem a ser executados», tornando-os assim sem efeito.

No que se refere a reservas a demarcar em áreas entregues para exploração com contratos, nem mesmo as 23 UCPs/Cooperativas e os poucos pequenos agricultores que têm contratos de arrendamento celebrados expressamente com o MAP escapam à fúria destruidora do Executivo, podendo agora, com as alterações introduzidas, ser demarcadas reservas nessas áreas e serem expulsos das respectivas áreas.

Registe-se por último que foram agravados os impedimentos para as UCPs/Cooperativas poderem recorrer para os Tribunais, sendo ainda anuladas quaisquer possibilidades de os tribunais administrativos poderem suspender qualquer reserva por mais ilegal que esta seja.

PCP toma posição

Também o Grupo Parlamentar do PCP não quis deixar de se pronunciar sobre todas estas questões,

Agrários ao assalto

A realização no dia 1 de Outubro de um Encontro da Reforma Agrária em Montemor-o-Novo antecedido durante o corrente e próximo mês de Setembro de plenários e reuniões nas UCP's/Cooperativas constitui entretanto e desde já uma primeira resposta das estruturas representativas da Reforma Agrária à nova situação criada com a aprovação pela maioria de direita na Assembleia da República da lei do latifúndio.

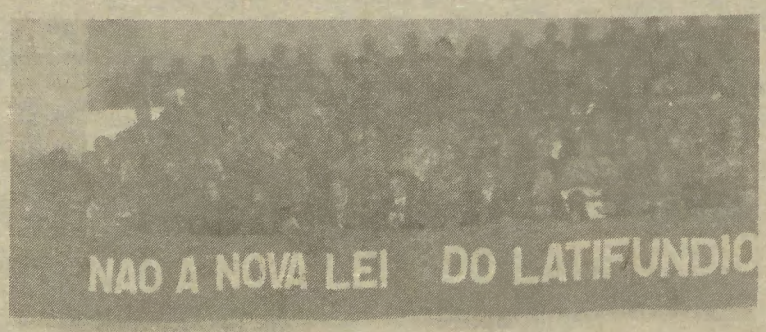
Aprovada no decorrer de uma reunião das organizações da Reforma Agrária realizada na semana passada em Évora, esta deliberação das organizações da Reforma Agrária foi acompanhada de um alerta aos trabalhadores e aos órgãos de soberania para as movimentações de agrários que se vêm registando nos últimos dias, indiciando a preparação de um assalto generalizado aos bens das UCP's/Cooperativas e uma tentativa de aplicação antecipada da lei aprovada com os votos do PSD e do CDS.

São disso exemplo, segundo refere uma nota da FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção), a actuação dos agrários da família Mariano Lopes, em Serpa, ao apresentarem-se nas terras da Cooperativa Centro-Sul com três ceifeiras-debulhadoras para tentarem roubar o trigo semeado pelos trabalhadores, bem como as diligências feitas por agrários em terras da Cooperativa 1.º de Maio, Avis, no sentido de saberem qual o seu efectivo pecuário e respectiva localização.

Para as estruturas da Reforma Agrária, este assalto a bens e investimentos das cooperativas exige no imediato uma pronta denúncia por parte dos trabalhadores, não devendo simultaneamente em sua opinião ser poupados esforços no sentido de reclamar dos órgãos de soberania — a quem compete garantir a legalidade e o respeito pela Constituição — uma intervenção capaz de impedir a criação de situações de esbulho das riquezas criadas pelos homens e mulheres dos campos do Sul.

A solidariedade para com a Reforma Agrária proveniente de todos os quadrantes continua por seu turno a ser um importante aspecto que caracteriza a situação presente, lembrando o comunicado da referida reunião a petição assinada por 124 juristas e um abaixo-assinado promovido pela CGTP-IN que à data contava já com 25 mil assinaturas.

Ao mesmo tempo que reafirmam o seu repúdio pelo carácter clara e grosseiramente inconstitucional da nova lei — facto que em sua opinião impõe a fiscalização prévia da sua constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional — os trabalhadores da Reforma Agrária e suas estruturas manifestam a disposição de prosseguirem a resistência contra a lei que justamente apelidam de latifúndio e de defender as suas UCP's/Cooperativas e impedir o roubo dos bens e investimentos, responsabilizando simultaneamente o Governo pelas situações de instabilidade que se venham a criar. ■



Plenários e reuniões nas UCPs/Cooperativas durante o corrente e próximo mês de Setembro antecedem a realização do Encontro da Reforma Agrária convocado para o próximo dia 1 de Outubro, em Montemor-o-Novo, no Teatro Curvo Semedo. Na agenda de trabalhos, a nova situação criada após a aprovação pela maioria de direita da lei do latifúndio. Na foto, o II Encontro Extraordinário da Reforma Agrária, realizado em Fevereiro deste ano, em Alcácer do Sal

convocando para o efeito uma conferência de imprensa, no decorrer da qual foi tornada pública a opinião de que as alterações introduzidas pela mão do PSD e do CDS no debate na especialidade «vieram agravar o texto inicial e reforçar o carácter inconstitucional da Proposta de Lei».

Depois de escalpelizarem um por um os artigos mais gravosos do diploma, pondo a nu as suas inconstitucionalidades, os parlamentares comunistas concluíram que se esta iniciativa legislativa fosse para a frente, tal significaria a «liquidação da Reforma Agrária e a reconstituição do latifúndio, proibido pela Constituição».

Os deputados do PCP presentes na conferência de imprensa fizeram ainda saber da sua disponibilidade para «usar até ao limite» as suas possibilidades constitucionais e regimentais no sentido de impedir que esta Proposta de Lei se transforme em Lei da República». ■

Como afirmam as estruturas das UCPs/Cooperativas e os Sindicatos Agrícolas, só uma perspectiva de vingança e punição social e de reconstituição total do latifúndio como a que orienta o Governo, o PSD e os agrários, pode pôr em causa a importância da Reforma Agrária, o seu papel insubstituível no desenvolvimento agrícola do Sul e os direitos de quem trabalha a terra

Um desafio à legalidade

● *Parecer do Prof. Orlando de Carvalho*

Depois dos pareceres do Prof. Henrique de Barros e do Prof, Dr. Gomes Canotilho, de que falámos já nas páginas do «Avante!» em anteriores edições, um novo parecer foi solicitado pelas estruturas da Reforma Agrária, desta feita ao proeminente especialista em Direitos Reais, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Dr. Orlando de Carvalho.

Elaborado a título gracioso, este novo parecer, tal como os anteriores, vem confirmar a inconstitucionalidade global da lei.

Eis as suas conclusões:

«Por todas estas razões, o projecto constitucional em matéria de Reforma Agrária é pura e simplesmente destruído, do modo mais desleal e mais grotesto, na afrontosa dissimulação que é a proposta da nova lei de bases. E porque destrói esse projecto, revogam-se **por dentro** os art.ºs 96.º e segs. da Constituição da República, convertendo o direito, aí imperativamente prescrito, dos beneficiários do Art.º 97.º, 2, numa coisa mesquinha e deprimente que não encontra paralelo em qualquer regime de bens da lei civil contemporânea (abolida que foi a colonia como pretenso *jus in re* de uma ideologia feudal não transformada).

É um reaccionarismo que já não vela o seu rosto e desafia **coram populo** a legalidade portuguesa. Já não falando dos nobres propósitos da reconversão das estruturas, de transformação das relações de produção e das relações de poder, que foi o *leit-motiv* da Revolução de 74.

O ideal de «a terra a quem a trabalha» é para os novos Cem Negros uma ideia a proscrever. Por obra do legislador ordinário — e esperemos que não por obra do legislador reconstituinte — o direito da terra volta a ser, hoje em dia, o direito do mais forte. Teremos ainda hoje irmãos Graco para servirem aos vindouros como referentes de heroísmo?». ■

Juristas entregam petição em Belém

No âmbito das iniciativas e tomadas de posição que nas últimas semanas têm vindo a lume a propósito da Reforma Agrária, um especial destaque merece a entrega em Belém de uma petição subscrita por cento e vinte e quatro juristas na qual se solicita ao Presidente da República que requeira ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade da Lei de Bases da Reforma Agrária.

No entender dos juristas (advogados, professores e assistentes universitários) a Proposta de Lei aprovada com os votos do PSD e do CDS «enferma de várias inconstitucionalidades», sendo tal facto particularmente notório nas normas que tornam indefinidos os limites máximos das explorações agrícolas privadas, nas que prevêem a reversão das nacionalizações, nas que aumentam a área das reservas e ainda nas que negam o direito das UCPs/Cooperativas ao recurso contencioso.

No texto da petição, onde fundamentam circunstanciadamente os seus pontos de vista ao longo de 33 páginas, os signatários afirmam tomar esta iniciativa «independentemente do seu posicionamento, seja em relação à existência e devir da Reforma Agrária, seja em relação ao que, na próxima revisão constitucional, for decidido sobre a matéria».

Assinam a petição os seguintes juristas: Luís de Azevedo, António Bica, Orlando Carvalho, Luso Soares, José Joaquim Gomes Canotilho, Xencora Camotim, Levy Baptista, Luís de Carvalho, Lopes de Almeida, Martins Ascensão, Alcina Bastos, Ivo Neto Madeira Nobre, Cunha Leal, Antonino Afonso, Abraão Magalhães Vicente, Ana Feio Vale, Suzana Roque de Carvalho, António Babo, António Quelhas, José Élio Sucena, Ricardo Augusto de Matos, Abílio Gonçalves, Álvaro Matos, Frederico Simões Nogueira, António Arnault, António Manuel Arnault, Daniel Santos Queiroz, Fernando Andrade Porto, Arménia Coimbra, Maria Regina Pinho, Diamantino Marques Lopes, Gabriel Veríssimo Figueira, Costa Fernandes, Alberto Vilaça, Luís Carlos Silva, Jorge Leite, Henrique Seixas Meireles, António José Avelãs Nunes, Aníbal Almeida, Maria Lucília Miranda Santos, Orlando Marcelo Curto, Rui Ottolini Castelo Branco, Miguel Nobre Ferreira, Álvaro Viegas Soares, Celso da Silva Almeida, Manuel Elísio, João Serrão de Moura, António Manuel Hespanha, Carlos Ferreira, Luís Francisco Rebello, Noémia Neves Anacleto, João Jovita Fernandes, Salvina Gonçalves de Sousa, Joaquim Babo, Lia Viegas, Helena Santana, Laura Lopes, Joaquim Azevedo Brandão, José Delgado Martins, António Simões de Melo, Joaquim Júlio Janeiro Varino, Albino Magalhães, José Guilherme Martins Alves, Fernando Silveira Ramos, Maria Leonor Ribeiro, Jorge Estima, Lucília Estima, Celeste Castilho, Rui Veiga Pinto, Luís Figueiredo Queijo, João Garcia Correia, Vítor Costa, António Gusmão Nogueira, Pedro Ramos de Almeida, Ausenda Ferreira, Manuel Ventura, José Morais e Castro, Wanda Ferraz de Brito, Duarte Mesquita, André Machado Jorge, António José Escaleira, Carlos Pessoa, Ana Vargas, Almiro Gaspar Marques, Mário de Carvalho, António Tavares, José Orozco Paneiro, Manuel Rodrigues, Fernando Fontinha, Armanda Carvalho da Fonseca, Zulmira Castro Neves, Maria José Simões, José António Ramos, Fausto Leite, Sérgio Pereira da Silva, Ana Serrano, António Filipe Rodrigues, Ferreira Bastos, Rosa Maria Antunes, Manuel Fernando Salazar, Rosa Maria Lima, José Armando Carvalho, Alice Brite, Canhoto Antunes, Jorge Pereira Abreu, Manuel da Silva Lopes, Eduardo Godinho, Manuel Frade, Celso Pinto de Almeida, Juvenal Bastos da Cunha, Victor Tomás, António Marques dos Santos, Helena Bruto da Costa, Inácio Fiadeiro, Maria Margarida Lucas, Maurício Lebreiro, Luzio Vaz, António Portugal, Daniel Andrade, José Morgado, Joaquim Ortigão, José Roque, Carlos Trincão Marques, Rui Santos. ■

No decorrer dos últimos anos, de todo o País, provenientes dos mais diversos sectores, não têm faltado as manifestações de apoio e solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária

■ *Henrique Custódio*

Eleições em Benavente e Barrosa

«Uma obra realizada para construir o futuro»

Cinquenta e tal quilómetros a sudeste de Lisboa encontramos Benavente, um concelho ribatejano sobejamente conhecido para dispensar apresentações. Pois é precisamente na Freguesia da vila que algo de novo vai acontecer já no próximo 21 de Agosto, dia em que se consumará, por via de eleições antecipadas, a criação de duas novas freguesias, em cumprimento duma determinação publicada oficialmente em 23 de Maio último, na sequência de uma proposta apresentada pelo PCP na Assembleia da República. Da freguesia-«mãe» de **Benavente** sairá a Freguesia da **Barrosa**, novinha em folha para tratar das suas coisas e das suas gentes com o entusiasmo de sempre (que muito contribuiu para a concretização deste alargamento autárquico) e no quadro de um estilo de trabalho — o dos comunistas e seus aliados — que trouxe à nova freguesia as infra-estruturas e o desenvolvimento social, material e cultural indispensável para o arranque da nova autarquia. Isto se, como se espera, a CDU se confirmar como a força maioritária que sempre foi, naquela zona, através dos comunistas e seus aliados.

O entusiasmo pelo enriquecimento autárquico agora concretizado e a confiança na vitória da CDU foram, aliás, as notas dominantes que colhemos numa breve visita ao local, quer da parte dos candidatos à antiga, quer à nova Freguesia.

Começámos por nos encontrar com dois dos candidatos da CDU às próximas eleições para a freguesia de Benavente. Ambos têm larga experiência autárquica e conhecem a sua Freguesia em pormenor, como facilmente se depreende pelo notável «curriculum» que apresentam a escrutínio: **Lúcio David Pereira Júnior** vai, actualmente, no seu segundo mandato como presidente da Junta (e é, de novo, cabeça de lista) enquanto **Daniel Augusto Massano**, actualmente secretário, foi tesoureiro no anterior mandato. São ambos membros do PCP e conversaram connosco enquanto nos mostravam um pouco da zona urbana da Freguesia, nomeadamente o excelente jardim central.

Segundo eles, «**a Barrosa já estava pronta para ser Freguesia no final do mandato de 1985**». É que à velha aspiração das suas populações, juntara-se, já nessa altura, o trabalho entretanto desenvolvido quer pela Junta de Freguesia-«mãe» quer pela Câmara Municipal, dotando a povoação da Barrosa de infra-estruturas básicas e equipamentos sociais e desportivos «**que muito contribuíram para fixar a população e estimular o florescimento da Barrosa**», segundo as palavras de Lúcio Pereira.

Observámos-lhes que a satisfação que demonstravam, como responsáveis autárquicos da Freguesia-«mãe», pela «perda» de uma fatia do seu território tradicional em favor de uma nova autarquia, contrastava com as situações conflituosas que de vez em quando afloram em casos semelhantes e de que Vizela é o exemplo mais conhecido. Riram-se muito, e Daniel Massano esclareceu:

«**Aqui não há conflitos de espécie nenhuma, nem lugar para rivalidades. Embora possa parecer uma frase batida, a verdade é que a preocupação geral dos responsáveis autárquicos dos diversos órgãos do concelho é servir os interesses das populações**».

Portanto, ali a «geografia» que conta é a do bem-estar das populações. Tomámos nota, pois claro. E nada surpreendidos, acrescente-se, pois se já sabíamos ser essa a prática corrente dos comunistas e seus aliados na generalidade da gestão autárquica, também conhecíamos, de visita anterior, o notável trabalho realizado em Benavente, em sucessivos mandatos maioritários, pelos diversos órgãos autárquicos chefiados pelos comunistas e seus aliados, primeiro na APU, agora na CDU.

«Estavas a gabar...»

E os nossos interlocutores fizeram questão em sublinhar um dos aspectos que, no seu entender, é dos mais significativos do tipo de relacionamento interórgãos autárquicos no concelho de Benavente: a efectiva descentralização que o executivo camarário pratica em relação às Freguesias.

Aproveitando o belo jardim que na altura visitávamos, o presidente da Junta de Benavente aproveitou para ilustrar:

«**Estavas a gabar o arranjo e a frescura disto tudo. Pois podes ver ali o parque infantil que a Junta dotou de casas de banho para as crianças e o ringue de jogos ao lado que ainda há pouco melhorámos com redes de protecção. E ali à frente também poderás apreciar os arranjos feitos no cemitério**».

Mas foram os trabalhos feitos na Barrosa (ou apoiados, aproveitando a iniciativa popular local) que os dois autarcas, naturalmente, pormenorizaram. Daniel Massano informou:

«**A Junta fez lá os balneários, o parque infantil e o polivalente desportivo, aproveitando, em relação a este último, a notável capacidade de iniciativa popular local. Além disso mantemos os ajardinamentos e olha que diz-se por aqui que a Barrosa é um jardim!**».

Isto, somado ao determinante trabalho da Câmara Municipal na implantação de infra-estruturas (água, esgotos, electricidade) e equipamentos sociais tão importantes como escolas do pré-primário e primário, ruas e estradas, um cemitério, etc., transformou a Barrosa num local onde apetece viver, o que fixou as populações e deu novo ímpeto ao povoado, conduzindo à criação da nova Freguesia.

Daniel Augusto Massano (à esquerda) e Lúcio David Pereira Júnior candidatam-se de novo, pela CUD, à Freguesia de Benavente, onde ambos são autarcas há já dois mandatos

Os nossos entrevistados da Barrosa, todos candidatos pela CDU à nova Freguesia. Em Baixo, da esquerda para a direita, Filomena Lúcio, Vitorino Semeano, Isabel Oliveira e Teixeira da Rosa; em cima e pela mesma ordem, Francisco Silva e Joaquim Semeano (cabeça de lista)

Ou, melhor dizendo, ao retorno do estatuto de Freguesia, existente há muito tempo no lugar de S. Brás da Barrosa.

Posto isto, era necessário visitar a Barrosa. Foi o que fizemos.

Só ficou quem quis

A Barrosa é um lugar eminentemente rural. As casas têm quintal e muitas árvores, as hortas são um hábito generalizado e a agricultura é a actividade fundamental, quer através da pequena exploração, da seara com terreno alugado à campanha ou do trabalho por conta de outrem, através dum numeroso operariado agrícola. O Sorraia, o principal afluente da margem esquerda do Tejo, desenha-lhe parte do novo contorno territorial e continua a servir uma pequena comunidade de pescadores na chamada Aldeia do Peixe, ao que consta vindos do Escaropim e ali fixados há gerações. Instalados na margem oposta à Barrosa, os pescadores da Aldeia do Peixe não viram qualquer vantagem em ser integrados na nova Freguesia, por terem sempre de passar por Benavente, a Freguesia-«mãe», dado não haver ponte no local. Foi-lhes naturalmente respeitado o desejo, expresso na altura em que foram ouvidas todas as populações da zona pelas autarquias directamente envolvidas no processo de criação da Fregueisa da Barrosa, ou seja a Freguesia-«mãe» de Benavente e, naturalmente, a Câmara Municipal. Trata-se de um pormenor que, se em si mesmo não tem peso especial (a Aldeia do Peixe é uma pequeníssima comunidade), ganha relevo pelo que significa de escrupuloso respeito pela vontade das populações.

E o nosso primeiro contacto com a população da Barrosa deu-se exactamente num local que diz muito da vontade das suas gentes: a Associação Livre de Trabalhadores, uma colectividade formada em 1975 pelo mesmo grupo que dinamizaria diversos empreendimentos na Barrosa, enriquecendo assim a vida associativa do lugar, que já fundara o «Sport Clube Barrosense» em 1973. Foi na Associação Livre de Trabalhadores que nos encontrámos com alguns candidatos da lista da CDU, partindo depois para uma breve visita à Freguesia. Mas tivemos ainda tempo para apreciar alguns jovens jogando «snooker» no amplo salão da colectividade, espreitar as instalações que incluem um palco funcional, um bom serviço de bar e várias outras salas ainda em acabamentos. Mais tarde os nossos entrevistados amiudariam a história que er-

Como se pode ver, utilizando a «escala» dos adultos, o parque infantil da Barrosa, além de bem apetrechado, está construído à medida das crianças (repare-se no pequeno fontenário)

Fomos encontrar o gimnodesportivo da Barrosa a cumprir cabalmente as suas funções!

O jardim central de Benavente é um local aprazível que a Junta de Freguesia cuida com esmero

Os méritos da iniciativa popular na Barrosa também foram enaltecidos. Vitorino Semeano fez questão de referir a criação da Associação Livre de Trabalhadores com exemplo ilustrativo dessa iniciativa:

«Logo após o 25 de Abril formou-se aqui na Barrosa uma Comissão Democrática; não havia sede, arrendámos um antigo café até fins de 1974 e depois pensou-se na criação de uma associação, que se veio a formar em Janeiro de 1975. Aumentou o número de sócios, começou-se o ringue gimnodesportivo e arranjou-se um terreno para o cemitério. Nos finais de 1975 formou-se uma cantina. Em 1978 comprou-se uma casa velha, remodelou-se e construiu-se um pavilhão com trabalho voluntário. Neste momento a Associação dinamiza diversas actividades, nomeadamente futebol de salão (participamos em campeonatos distritais), ténis de mesa, xadrez (já "forjámos" um campeão distrital na categoria juvenil), atletismo, etc. Quanto ao futebol, esse é dinamizado pelo Sport Clube Barrosense, que tem participado em campeonatos distritais».

A igreja da Barrosa sempre foi apoiada, nas obras de manutenção, pela autarquia antiga, de Benavente; quando a CDU tomar conta da nova Freguesia, como se espera, essa colaboração continuará, é claro (na foto, arranjos para as próximas festas)

Dizem que a Barrosa é um jardim. Os seus habitantes dão também uma grande «mão» nisso!

É claro que uma Freguesia nova também tem de ter muita juventude! E bonita, como sempre

gueu a Associação a golpes de vontade e empenho cívico. Ao passarmos também pela sede do «Sport Clube Barrosense» (por sinal na mesma rua da Associação) que não tem as dimensões, o espaço e as infra-estruturas da sua congénere mais nova, mas é igualmente servida por um bar agradável e dinamiza a actividade futebolística local, pudemos mais uma vez constatar o tanto que se faz por esse País fora em prol do desporto, da cultura e da ocupação dos tempos livres, apesar do Poder Central não dar qualquer incentivo ou apoio.

Exemplo de gestão

Os nossos entrevistados formavam um grupo apreciável de seis candidatos CDU, incluindo o primeiro e o segundo da lista: **Joaquim Firmino Semeano**, agricultor, 40 anos de idade e cabeça de lista, **Vitorino Vieira Semeano**, 49 anos, funcionário público e em 2.º lugar na candidatura, **Francisco Sousa Silva** 44 anos, operário metalúrgico, **António Teixeira da Rosa**, 29 anos, funcionário público, **Filomena Maria Castanheiro Lúcio**, 23 anos, educadora de infância e **Maria Isabel Semeano Oliveira**, 19 anos, operária fabril. São todos da Barrosa, embora a maioria trabalhe em Benavente que é, de resto, a dois passos dali.

A conversa decorreu numa zona muito aprazível da povoação, onde se alinham, entre canteiros de relva bem cuidada, flores e árvores jovens, um apreciável conjunto de equipamentos: um posto médico e uma escola pré-primária (construídos pela Câmara), um jardim infantil, um gimnodesportivo e uma escola primária (esta também construída pela Câmara).

«Antes do 25 de Abril não havia nada disto», disseram-nos. **«As ruas eram de terra batida, as estradas uns caminhos sem jeito, não havia água nem esgotos e a electricidade só chegava a uma parte da povoação. Hoje está tudo como se vê»**.

O contraste foi chamado à colação para evidenciar as profundas alterações ocorridas na povoação graças ao Poder Local democrático. O bom trabalho feito ao longo dos anos na Barrosa, quer pela Câmara, quer pela Freguesia, ambas da ex-APU, foi realçado com o mesmo entusiasmo que vimos em Benavente. **«Agora com a CDU vai ser a mesma coisa»**, garantiam, **«estamos aqui para prosseguir um trabalho que toda a gente reconhece ser uma coisa de que nos podemos orgulhar»**.

Entretanto a CDU tem já um projecto, a inserir no seu programa eleitoral: a revisão dos limites da área da Freguesia. Joaquim Firmino Semeano, cabeça de lista, explicou:

«Como havia urgência em fazer aprovar o projecto da criação da Freguesia da Barrosa, usou-se como limites referências naturais (o rio Sorraia e diversas estradas). Há, contudo, alguns lugares, nomeadamente os montes Novo, da Parreira e do Foro do Grilo, a que a população da Barrosa está efectivamente ligada e que ficaram de fora. Há que pô-los dentro!».

Uma coisa é certa — concluíram-nos, em jeito de remate — **a Barrosa é um excelente exemplo da gestão da CDU, herdeira da ex-APU, daí o nosso lema para esta campanha eleitoral: «Barrosa, uma obra realizada para construir o futuro».** ■

Rua principal, onde se situam as duas colectividades

DÍVIDA EXTERNA

O drama do Terceiro Mundo

A profundidade da crise económica capitalista e os seus efeitos adversos sobre os países subdesenvolvidos manifestam-se com particular crueza na esfera económico-financeira.

A situação neste domínio tem vindo a tornar-se cada vez mais crítica, uma vez que nos últimos meses não se registaram alterações substanciais que indiquem uma reversão da tendência extremamente desfavorável que se mantém desde o princípio da presente década.

Assim, o problema da dívida externa continua a revelar-se como a manifestação mais terrível da crise económica do Terceiro Mundo, dado que se transformou no principal obstáculo para que estas economias entrem na via do desenvolvimento e com ele alcancem níveis de vida mais justos e melhores para os seus povos.

É já hoje uma realidade inegável o carácter impagável desta dívida, que ultrapassa o milhão de milhões de dólares, e que os credores pretendem cobrar à custa da asfixia económica das nações subdesenvolvidas e do sacrifício da imensa maioria dos respectivos povos.

A tese da impossibilidade de pagamento, que há poucos anos atrás alguns catalogaram de «radical» e «alarmista», tem vindo a abrir caminho na mesma medida em que se agravou a crise económica dos países do Terceiro Mundo, não sendo mais do que um reflexo do reconhecimento praticamente generalizado, com diversos matizes, de que o problema da dívida continua a agravar-se e que as soluções ensaiadas até ao momento não passaram, na melhor das hipóteses, de simples paliativos ocasionais.

Acresce que as perspectivas imediatas da economia mundial parecem apontar para a persistência das tendências negativas registadas nos últimos anos, e que provocaram tão trágicos efeitos no mundo subdesenvolvido.

Assim, espera-se que os preços dos produtos básicos não recuperem de forma significativa nos próximos anos, que se mantenha a onda proteccionista nos principais países capitalistas industrializados e que se mantenham as políticas económicas e financeiras restritivas nestes últimos (com todas as suas consequências sobre as taxas de juros e os fluxos de capital para o Terceiro Mundo).

Isto, num contexto em que as nações subdesenvolvidas dedicam uma parte elevada das suas receitas de exportação ao pagamento do serviço da dívida a longo prazo. Só em 1986 dedicaram a esta rubrica mais de 140 mil milhões de dólares, o que representou aproximadamente a quarta parte do total das suas exportações.

O círculo vicioso

Perante tais perspectivas, evidentemente, impõem-se soluções «cirúrgicas» visando o fundo do problema e não simples medidas «cosméticas» que em última instância servem apenas para o adiar e evitar assim uma ruptura violenta do sistema financeiro internacional, que pelas suas conotações teria efeitos imprevisíveis para a banca internacional.

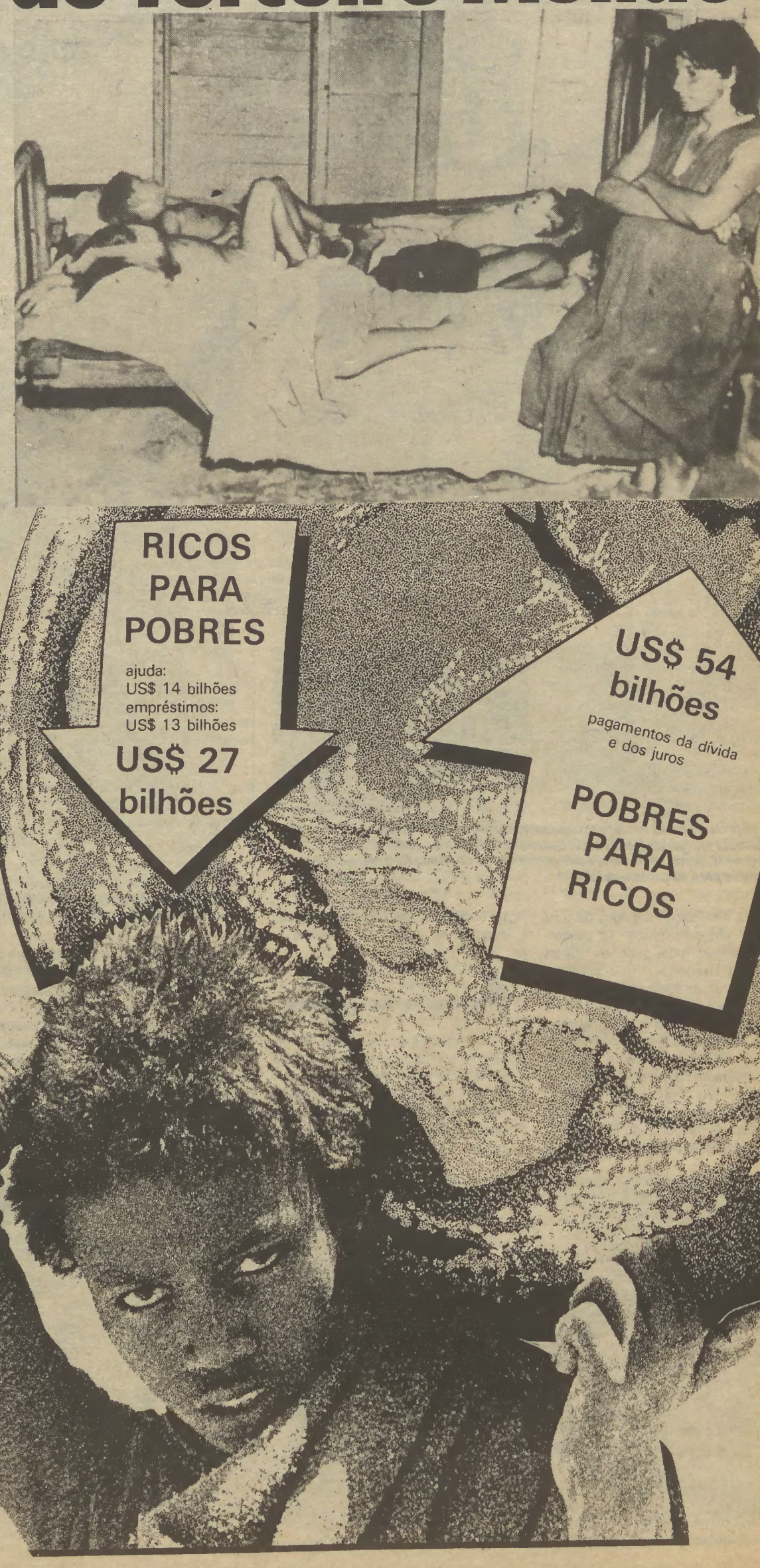
Deste modo, as acções dos credores mantêm intacto o selo da assimetria respeitante à transferência dos custos das políticas de ajustamento para as nações endividadas.

Nesse sentido, as receitas elaboradas pelo FMI, cuja adopção pelos endividados do Terceiro Mundo constitui na maioria dos casos uma condição prévia para a renegociação das suas dívidas externas e para receber novos créditos, visam apenas conseguir um certo equilíbrio financeiro que garanta à banca credora continuar a ter lucros à custa da miséria do mundo subdesenvolvido.

No essencial, trata-se de continuar a tratar o problema da dívida sem abandonar o tratamento «caso por caso», perpetuando desta forma o círculo vicioso em que se encontra o Terceiro Mundo, a endividar-se praticamente com o único objectivo de cumprir as obrigações criadas pela própria dívida.

Daqui derivam os enormes pagamentos feitos pelos países subdesenvolvidos para o serviço da dívida, que juntamente com a redução dos fluxos financeiros para as suas economias, levaram a que os países do Terceiro Mundo se tenham transformado em exportadores líquidos de capitais para os países capitalistas mais desenvolvidos.

Ilustrativo deste fenómeno é o caso da América Latina e Caraíbas, que entre 1982 e 1986 transferiu para o exterior mais de 130 mil milhões de dólares, o que significa que estas nações, paradoxalmente,



estão a financiar as economias capitalistas industrializadas, fundamentalmente a dos Estados Unidos, bem como a demente corrida armamentista levada a cabo pela actual administração norte-americana.

O Plano Baker

Como é evidente, esta impressionante sangria de recursos limita em grande medida as possibilidades dos países subdesenvolvidos de disporem dos recursos necessários para o investimento e consumo, o que praticamente exclui, numa perspectiva imediata, a necessária revitalização destas economias.

Neste sentido, as propostas apresentadas até ao momento para resolver o problema da dívida através da renovação dos fluxos financeiros para os países devedores não passaram de meras promessas acompanhadas de uma «sensacionalista» e «espectacular» propaganda.

O Plano Baker, anunciado pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos em Setembro de 1985, mediante o qual os quinze países subdesenvolvidos mais endividados receberiam em três anos um montante de 30 mil milhões de dólares, demonstrou o seu total fracasso na medida em que não recebeu o apoio da banca multinacional que se supunha ser um dos seus principais pilares. Acabou por ficar apenas como foco das mais diversas críticas, incluindo dos poucos que chegaram a depositar no Plano alguma esperança de melhoramento da sua situação económica e financeira.

Neste contexto, continuam a aparecer novas propostas que procuram encontrar a solução de tão angustiante problema sem ter em conta os mais elementares interesses dos países subdesenvolvidos.

De entre elas destaca-se, pelo potencial perigo que encerra para os países devedores e pela atenção que recebeu de alguns governos desses países, a que se refere à capitalização da dívida.

No essencial, trata-se da apropriação pelos bancos estrangeiros de uma participação nos activos dos países devedores com dificuldades no cumprimento do serviço da sua dívida. Implica a conversão de parte da dívida de um país em activos já existentes ou ao direito a novos investimentos.

O carácter negativo de tal variante, que poderá parecer «atractiva» para os países endividados a braços com as fortes pressões sobre as suas escassas disponibilidades de divisas, radica no prejudicial processo de colonização que, sem dúvida, traria consigo, principalmente quando alguns bancos acolheram com certo interesse esta opção em virtude de preferirem reduzir os seus níveis de comprometimento financeiro num país subdesenvolvido ainda que à custa de determinadas perdas, em vez de participar em continuados processos de renegociação.

A luta pelo desenvolvimento

Do que ficou dito uma conclusão se impõe: é que não são paliativos, nem remédios passageiros que são necessários para a situação económica dos países subdesenvolvidos, nem sequer se resolvem os problemas vendendo o património nacional precisamente àqueles que são os máximos responsáveis pela tragédia do Terceiro Mundo.

Só com acções enérgicas, que resultem da anulação da insuportável carga que representa a impagável dívida externa e que ponham fim à injusta ordem económica internacional que ainda persiste nos nossos dias, se poderão criar as condições para empreender o tão necessário processo de desenvolvimento que necessitam as economias do Terceiro Mundo.

Estas acções bem podem coordenar-se com a luta contra a irracional escalada armamentista, devido à qual são devorados fabulosos recursos para fabricar meios de destruição e morte cada vez mais sofisticados e perigosos. Como afirmou o Comandante em Chefe Fidel Castro, com apenas cerca de 15 por cento dos actuais gastos militares, os governos dos países capitalistas desenvolvidos poderiam assumir a dívida externa dos países subdesenvolvidos com a banca credora, e no entanto, os inúteis gastos para fins bélicos continuam a ser extremamente elevados e perigosos.

A luta pela paz é actualmente mais premente do que nunca e deve prosseguir unida com a luta pelo desenvolvimento do Terceiro Mundo e pelo saneamento das relações internacionais. ■

(Osvaldo Vallejo, in Boletim do Centro de Informação do Conselho Mundial da Paz para a América Latina).

Pontos Cardeais

A modéstia da UGT

Para quem tenha esfregado as mãos da imaginação até a deixar – à imaginação – em brasa, pensando que a UGT já era uma central sindical e até já acertava pela unidade e pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, veio agora a notícia, com a frieza dos números a condizer, para deitar água nessa fervura toda.

É certo que torres desarriscou o nome da UGT do tal acordo celebrado com o Governo sobre a Política de Rendimentos. É certo que, de há tempos para cá, o dirigente ugetista fala como um «sindicalista». É certo que tem alinhado no desmascaramento da política governamental.

O certo, também é que, de acordo com o «Expresso», que diz ter tido acesso aos números da FETESE, a UGT se mostra a «exigir» mais 1,1 por cento (!) nos salários negociados em 1987.

Isto quando o PSD obteve, para os seus governantes, para os deputados que são a maioria da AR e, em geral, para os cargos políticos, os aumentos que sabemos.

Não há nada como a modéstia para a gente ficar a saber com que conta.

Maneiras de dizer

A gente sabe que no fazer jornalismo o estilo conta muito. Até pelo estilo se pode conhecer que mão agarra a pena, que cabeça pensa, mesmo de que lado está o coração de quem escreve. E sabe-se que os assuntos não se resolvem todos com o mesmo estilo de escrita, que há estilos ligeiros e estilos graves segundo os temas, levezinhos e carregados até segundo as épocas do ano e as folhas onde as letras aparecem.

Sabe-se, por exemplo, que escrever em férias não é o mesmo que fazê-lo quando Outubro surge com os seus temas acutilantes. E também se sabe que há jornais para ler na praia, com o vento a agitar as folhas ao sabor da pouca atenção.Que há, por outro lado, jornais para tudo. Que há mesmo «O Diabo», ou «O Crime», ou «O Dia», ou «O Correio da Manhã», entre os muitos pasquins.

Mas às vezes a gente tem surpresas e pergunta-se se o estilo será como as doenças, se é coisa que se pegue.

Ninguém se surpreenderia, por exemplo, ao ler no «Correio da Manhã» de domingo, sobre a notícia de uma desgraça – a morte de turcos que no Verão costumam dormir sobre os telhados, nas zonas rurais – um título estranhamente humorístico: «Turcos "caem maduros"». Ninguém se espanta porque o tal «Correio» é assim mesmo.

O que é de espantar – ou talvez não? – é a ligeireza com que outros jornais se põem a titular coisas sérias em jeito de galhofa.

Exemplos disso lemos no outro dia em «O Jornal».

Ao continuar a triste história de um jovem desaparecido na Arrábida – sabe-se lá se morto –, quando toda a gente se angustia sobre a sua sorte, lê-se no título daquele semanário muito leve e muito fresco, que «Até videntes dão uma ajuda nas buscas da Arrábida».

Longe de nós pretendermos fazer «moral» ou desmentir sequer que os tais «videntes» se aproveitam da angústia das pessoas. Longe de nós, até, desmentir que seja verdade isso dos videntes. Longe de nós também desmentir que o secretário-geral do Partido Comunista de Espanha chegou a Portugal vindo de comboio para visitar o PCP. Veio mesmo. Mas titular, como faz esse semanário copiando a televisão, que «Líder do PCE veio de comboio» é mostrar como de facto se podem tratar com «leveza e fresquidão» as notícias importantes.

Será que os calores do Verão lhes subiram à pena?

Posso dizer um número?

Ele há semanas em que os números vêm todos à tona, há números por toda a parte, arriscamo-nos mesmo, se os lermos ao mesmo tempo, a afogarmo-nos neles.

Já contámos aquela do 1,1 por cento que a UGT quer exigir, certamente para repor o poder de compra dos trabalhadores. Lembramo-nos também dos números progressivamente alardeados na imprensa sobre a percentagem de vagas nos hotéis do Algarve, ora são cinquenta por cento, ora trinta e cinco, ora sessenta, o que a gente sabe é que o turismo anda muito mal por lá e nem por isso mais barato para os portugueses.

Agora o cúmulo dos números é-nos dado pelo ministro da Juventude, que afirma que um terço dos trabalhadores são patrões... de si mesmos, o que leva o pressuroso «Correio da Manhã» a fazer manchete afirmando: «⅓ dos "activos" são patrões». Com tais números não admira que haja tanta gente «inactiva», fora os que não têm mesmo trabalho.

Mas quanto a isto, outro governante descansa-nos, dizendo que a indústria dos tempos livres vai criar muitos empregos. Em suma, uma carga de trabalhos.

Com tantos números não haverá ninguém que acerte no totoloto?

Gazetilha

por Ignotus Sum

A história do Vitinho

Vitinho é a figura utilizada
no programa infantil da RTP.
Publicidade, pois, logo se vê,
dissimulada.
Sujeita-se a RTP, ao fim de tantos pontos,
à forte multa de vinte mil contos.

Todos os dias no Telejornal
o Cavaco lá está. E na verdade
não se encontra no campo visual
maior exemplo de publicidade.
Culpada, a RTP, e mesmo com descontos,
teria de largar mais de um milhão de contos.

Ai, Vitinho, porquê
não te filias tu no PSD...

A Finança Cadilhete

Justiça de canivete.
Pra quem trabalha, repete
o Cadilhe, não promete
mais que seis por cento. A sete,
só o diabo, a quem compete.
E no entanto, vinte e sete
para si próprio derrete...
Mas que frete!

Posto de lado o valete,
pra rimar só me fica a retrete.
Onde é que a gente a mete?...

A família

Um Barreto de beiça decadente.
Um Cadilhe discípulo de Acácio.
Um Pinheiro sorrindo e a dar ao dente.
Um Valente a olhar para um palácio.
Um Eurico pavão de sono e tédio.
Um Cavaco sedento de quizília.
Uma Beleza doente sem remédio...

...Vem Goya, vem pintar esta família...

Abutres

Pacote após pacote, nada é vão.
Cavaco fura, ilegalmente fura.
«Estas reformas — diz-nos ele — são
reformas de estrutura...»

Mas de qual estrutura? Canta o fado
engasgado
amarrotado
e vai-se a perceber
que essa tal estrutura que ele quer
é a do passado...

Voam abutres sobre Portugal.
Trazem no bico a «reforma estrutural»...

O crime

Não, não são lérias
quentes, ao sol do Verão:
Cavaco afirma que não vai para férias
para obter do PS a revisão...

Dizem os escritores policiais
algo que a situação perfeitamente exprime:
são os fortes calores estivais
mais propícios ao crime...

Atenção, atenção! Neste momento
há um crime em andamento...

Agenda

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 762
4 de Agosto de 1988
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Festas do PCP

SINES

Sexta, sábado e domingo, no Castelo

Festa da Terra e do Mar

- Desporto: atletismo, futebol de salão (infantis e veteranos)
- Bandas e grupos corais – **Noite do Fado Amador** e concerto pelos **Xutos e Pontapés** na sexta-feira – Baile popular com Tony Costa no sábado – Concerto por **Maria Guinot** no domingo
- Final distrital do **Festival da Canção Juvenil** no sábado à noite
- Exposições
- Venda de produtos agrícolas e artesanato
- Almoço-convívio com a participação de **António Borges Coelho** no domingo
- **Comício** no domingo às 22.30 com intervenção de **Dias Lourenço.**

CASEBRES

Sexta, sábado e domingo

- Ranchos folclóricos – Música popular portuguesa
- Comício no domingo às 18.30 com intervenção de **Dias Lourenço**

ERMIDAS-SADO

Sábado e domingo

Festa da Unidade

- Torneio de futebol de salão
- Grupos de música popular – Fado de Abril – Baile – Ranchos Folclóricos
- Quermesse
- Intervenção política no domingo

MELIDES

Sábado e domingo

- Jogos populares
- Música popular portuguesa – Ranchos folclóricos – Baile
- Intervenção política, no sábado, por **Conceição Morais**

QUINTA DO CONDE

Sábado e domingo

Festa Jovem

- Música popular portuguesa – Ranchos folclóricos e grupos corais – Baile
- Intervenção política no domingo à noite

ALCABIDECHE

Domingo

- Almoço-convívio no Centro de Trabalho com a participação de **Dias Lourenço**
- **2.ª Corrida para o Futuro**, entre Trajouce e Alcabideche, integrada no programa desportivo da Festa do Avante!

ANTOLOGIA

PICHA, Jean-Paul Walravens. (*Bélgica*) *in «Les chefs-d'oeuvre du dessin d'humour», Paris 1968*

TV O Programa

Quinta 4

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.20 – **Telenovela:** «Selva de Pedra» (80.º epis.)
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **A Ilha da Fantasia** (série)
14.15 – **Jogos Olímpicos** (série)
15.00 – **England Dan and John Ford**
16.00 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto por Ponto**
18.00 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.07 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Telenovela:** «Anos Dourados» (1.º epis.)

21.25 – **Primeiro Andamento** — A Orquestra Gulbenkian interpreta Bruckner
22.10 – **Telemundo**
22.45 – **Espelho Secreto** (série)
23.45 – **24 Horas**
00.10 – **Remate.**

RTP2

14.30 – **Filhos e Filhas** (série)
14.55 – **Joana** (série, 6.º epis.)
16.00 – **Quem Sai aos Seus** (série)
16.55 – **Telenovela:** «Helena» (22.º epis.)
17.30 – **O Regresso de Antilope** (série)
17.55 – **Equinócio** (série)
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Convite**
22.05 – **As Teias da Lei** (série, 18.º epis.)
22.50 – **A Guerra da Coreia** (segundo os americanos).

Sexta 5

RTP1

12.20 – **Telenovela:** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.25 – **Derrick** (série)
14.20 – **Volta a Portugal em Bicicleta**
14.50 – **Imagens da Arte Portuguesa**
15.15 – **Paul Horn**
16.10 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto Por Ponto**
18.00 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.08 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela:** «Anos Dourados»
21.15 – **Escolher Saúde** — Hipertensão
21.35 – **Os Homens da Segurança** (série)
22.25 – **Moçambique — Roda Viva** (série)
22.50 – **Tribunal de Polícia** (série)
23.20 – **24 Horas**
23.55 – **Remate**

00.20 – **Pela Noite Dentro:** «Dinheiro Fácil», real. Peter McCubbin (Canadá/1986).

RTP2

14.30 – **Filhos e Filhas** (série)
14.55 – **Agora, Escolha!**
16.25 – **Trinta Minutos Com...**
16.55 – **Telenovela:** «Helena»
17.25 – **Gente de Fora**
17.55 – **Futebol** — Benfica-Sampdória
19.55 – **O Fugitivo** (série)
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Clube de Jornalistas**

22.10 – **A História** (série)
23.05 – **Entre Barreiras**
23.30 – **Troféu.**

Sábado 6

RTP1

10.00 – **Juventude e Família**
12.05 – **Operação Open**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Os Fiscais** (série)
14.00 – **Parlamento**
14.30 – **Gala da Cruz Vermelha**

16.00 – **Sessão da Tarde:** «Sahara», real. Andrew V. McLaglen (EUA/1984)
17.40 – **Alô, Alô**
18.10 – **Vivamúsica**
19.10 – **Sete Folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
21.15 – **Boletim Meteorológico**
21.25 – **Alf, Uma Coisa do Outro Mundo** (série)
21.55 – **Clubíssimo**

23.05 – **Cinema da Meia-Noite:** «Dois Homens na Cidade», real. José Giovani (França-Itália/1973).

RTP2

10.00 – **Compact «Totally Live»**
13.05 – **Compacto «Selva de Pedra»**
16.00 – **Troféu**
20.00 – **Music Box**
20.50 – **Uma Boa Ideia**
21.15 – **Molière, Comédia e Drama** (série)
22.15 – **Concordo ou Talvez Não**
23.45 – **Música na América.**

Domingo 7

RTP1

10.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70x7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Um País de Floresta**
13.35 – **O Continente Americano** (série)
14.35 – **Primeira Matinée:** «A Última Caçada», real. Richard Brooks (EUA/1955)
16.15 – **Deixem Passar a Música** — Com António Pinho Vargas
17.25 – **Cinema Português:** «O Grande Elias», real. Artur Duarte (1950)
19.05 – **O Justiceiro** (série)
20.00 – **Jornal de Domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.45 – **O Colar Assassino** (série, 1.º epis.)
21.45 – **Cacau da Ribeira**
22.45 – **Domingo Desportivo.**

RTP2

10.00 – **Troféu**
12.20 – **Novos Horizontes**
12.40 – **Caminhos**
13.10 – **Troféu**
17.00 – **Ideias e Negócios**
17.55 – **5.ª Dimensão**
18.45 – **Piano Bar**
19.45 – **Quem Sai aos Seus...**
20.15 – **Artes e Letras** — «O Mistério Picasso»
21.30 – **Cineclube:** «A Guerra Acabou», real. Alain Resnais (França-Suécia/1966.

Segunda 8

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **O Império de Carson** (série)
14.20 – **Rotas do Ocidente** (série)
14.45 – **O violoncelista Paul Tortelier**
15.50 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto Por Ponto**
18.00 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Anos Dourados**
21.10 – **Documentário**
21.40 – **Jogos Sem Fronteiras**
23.30 – **24 Horas**
00.05 – **Remate.**

RTP2

14.30 – **Filhos e Filhas** (série)
14.55 – **Agora, Escolha!**
16.25 – **Trinta Minutos Com...**
16.55 – **Telenovela:** «Helena»
17.35 – **Um Amigo Especial** (série)
18.05 – **Histórias Maravilhosas**
19.05 – **Totally Live**
20.00 – **O Fugitivo** (série)
20.50 – **Cem Obras de Arte Portuguesa**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Onéguine** – Versão para ballet da ópera «Eugénio Onéguine» (poema de Pushkin, música de Tchaikovsky), com coreografia de John Cranko. Interpretação do Ballet Nacional do Canadá.

Terça 9

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.20 – **«Selva de Pedra»**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Dallas** (série)
14.20 – **Jogos Olímpicos** (série)
15.50 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto Por Ponto**
18.00 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Vamos Jogar no Totobola**
20.35 – **Anos Dourados**
21.30 – **Programa da Direcção de Informação**
22.35 – **Simenon**
23.40 – **24 Horas**
00.15 – **Remate.**

RTP2

14.00 – **Filhos e Filhas** (série)
14.55 – **Dois Dedos de Conversa**
16.25 – **Trinta Minutos Com...**
16.55 – **Telenovela:** «Helena»
17.35 – **Histórias Fantásticas de Ray Bradbury**
18.05 – **Music Box**
19.05 – **Totally Live**
20.00 – **O Fugitivo** (série)
20.50 – **Cem Obras de Arte Portuguesa**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.35 – **Adrian Mole na Crise da Adolescência** (série – 1.º episódio).

Quarta 10

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.20 – **«Selva de Pedra»**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Fama** (série)
14.20 – **Missões de Paz**
14.45 – **Os Fleetwood Mac no Crow Palace de S. Francisco**
15.50 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto Por Ponto**
18.00 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Anos Dourados**
21.15 – **Lotação Esgotada:** «O Réptil». Real. Joseph L. Mankiewicz (EUA/1970)
00.35 – **24 Horas**
01.10 – **Remate.**

RTP2

14.30 – **Filhos e Filhas** (série)
14.55 – **Agora, Escolha!**
16.25 – **Trinta Minutos Com...**
16.55 – **Telenovela:** «Helena»
17.40 – **Viagem do Mimi**
18.10 – **Hans na Maior** (série)
19.05 – **Totally Live**
20.00 – **O Fugitivo** (série)
20.50 – **Cem Obras de Arte Portuguesa**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.35 – **Joana** (série – 14.º episódio)
22.25 – **Clube de Imprensa**
23.10 – **Fantasia e Realidade.**

Tabela de assinaturas

(12 números)

Continente e ilhas	770$00
Europa	2070$00
P. Exp. Portuguesa	2870$00
Extra-Europa	3620$00

Pagamento em cheque ou vale de correio dirigido à Central Distribuidora Livreira, SARL
Av. Santos Dumont, 57, 2.º
1500 Lisboa

Álvaro Cunhal

FALÊNCIA DA POLÍTICA DE DIREITA DO PS (1983-1985) I e II

634 pp. / 900$00

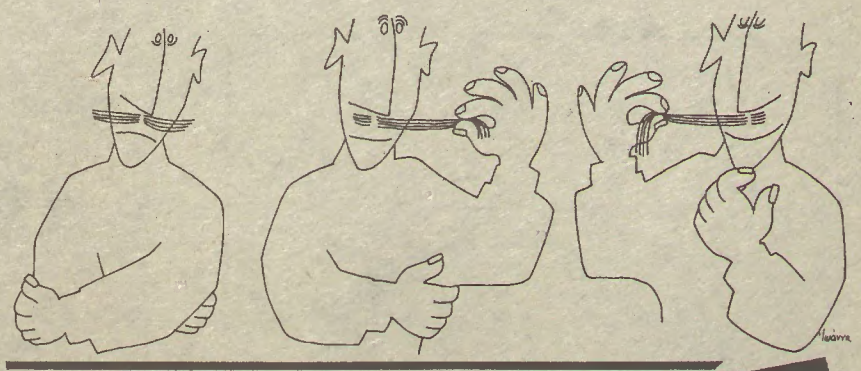
Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Império do Sol	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
B	A Insustentável Leveza do Ser	—	★★★	★★	★	★
C	Maurice	—	—	★★★	—	★★★
D	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Steven Spielberg – **Alfa/4** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Lisboa.
B — Real. Philip Kaufman – **Las Vegas** (15.00, 18.15, 21.30): **Londres** (15.00, 18.15, 21.30) – **Lisboa.**
C — Real. James Ivory – **Mundial/2** (15.15, 18.15, 21.30) – **Lisboa.**
D — Real. Bernardo Bertolucci – **Gemini** (15.00, 18.00, 21.30); **Las Vegas/2** (15.30, 18.45, 21.45) – **Lisboa.**



Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Casa dos Tabuenses, R. Poiais de S. Bento, 75-B. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Lisboa Monumental**, de Fialho de Almeida, enc. Silvina Pereira, pelo Grupo **Maizum**.

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Deus os Fez, Deus os juntou**, teatralização de quatro contos de Tchekov. Interpr. Manuela de Freitas, Mário Viegas.

Ritz Clube De 3.ª a Sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Baile**, adaptação e encenação de Hélder Costa, pelo Grupo **A Barraca.**

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45; dom. às 21.30; sáb. e dom. também às 16.00. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César de Oliveira/H. Santana/Gonçalves Preto, enc. de Paulo César.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. 6.ª, 4.ª e 5.ª às 21.30, 6.ª e sáb., às 20.00 e 22.30, dom. às 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz, Mário Zambujal, José Duarte.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• ALMADA

Teatro Municipal de Almada, R. Conde Ferreira. **Dona Rosinha Solteira**, de Federico Garcia Lorca, enc. Joaquim Benite, diariamente às 21.30, sáb. e dom. Também às 16.00 – **Companhia de Teatro de Almada.**

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Opereta**, de Gombrowicz, adaptação e encenação de Carlos Avilez – **Teatro Experimental de Cascais.**

• ÉVORA

Teatro Garcia de Resende. De 4.ª a sáb. às 21.30. **M. Moderado**, de Arthur Adamov, encenação de Luís Varela – **Companhia do Centro Cultural de Évora.**

Exposições

• LISBOA

Catarina Baleiras e **Pedro Campos Rosado**. Galeria Quadrum, R. Alberto de Oliveira (Coruchéus).

A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro». — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Filipe Rocha da Silva – Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00.

Jorge Martins — Desenhos. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30. (até 14/8)

José Cruz de Carvalho — Pintura. Museu Nac. do Trajo, Estrada do Lumiar, 12. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 5/8).

José Noel Perdigão – «Tauromaquias», desenho. Atelier 15, R. Freitas Gazul, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 21.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 6/8).

Lino António – Pintura. Gal. de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 13.30 e das 14.30 às 19.00.

Luís Caruncho Pintura e Gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113. (Até 13/8)

Martins Barata – Retrospectiva de pintura. Palácio Galveias, Campo Pequeno. De 3.ª a domingo das 14.00 às 19.00 (até 31/8).

Ourivesaria Portuguesa («Linguagem dos nossos ourives (séc. XII/XIX)» e «Linguagem dos novos materiais»). Galeria do Palácio da Ajuda.

Sam — Escultura. Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. De 2.ª a 6.ª das 13.00 às 23.00; sábado das 9.00 às 13.00 (até 20/8).

Vieira da Silva — Pintura (80 obras de várias colecções). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 31/8).

• PORTO

Manuel Baptista – Pintura. Gale. Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00 (até 19/8).

Nadir Afonso — Pintura. Quadrado Azul, R. Costa Cabral, 777. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00.

• OUTRAS LOCALIDADES

Raquel Zagallo e **Bernardette de Freitas** – Cerâmica. Das 10.00 às 18.00, até 15/9, Biblioteca Pública ALMADA.

António Pimentel Pintura. Até 9/9, Centro Cultural de S. Lourenço ALMANSIL.

1.ª Mostra de Escultura ao Ar Livre. Até 30/9, Parque Central — AMADORA.

1.ª Mostra Nacional de Artesanato. Até 16/8, Recinto Municipal de Feiras e Exposições AVEIRO.

Mostra de Arte Brasil-Portigal – Colectiva de novos pintores brasileiros. Até 15/8, Casa dos Crivos BRAGA.

A Arte da Miniatura em Barro (colectiva). Até 21/8, Museu José Malhoa CALDAS DA RAINHA.

Velloso Salgado – Pintura. Gal. de Colares, R. Fria. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 7/8) COLARES.

José de Guimarães – Pintura e escultura. Convento dos Capuchos (até 20/8) COSTA DA CAPARICA.

Janet Brown e **Jorge Mealha** – Gravura, cerâmica, escultura. Galeria de Arte Arcada, todos os dias excepto 2.ª feira, das 11.00 às 13.00 e das 14.00 às 20.00 (até 6/9) ESTORIL.

Aníbal Falcato Alves — Colagens. Galeria Municipal. ESTREMOZ.

Tapetes orientais da colecção do Museu Gulbenkian. Até fim de Setembro, no Palácio Nacional MAFRA.

Luís Ralha – Pintura. Junta de Freguesia de Santiago SESIMBRA.

Eurico Gonçalves – Desenho e pintura (retrospectiva anos 50-80). Até 20/8, Museu de Setúbal,

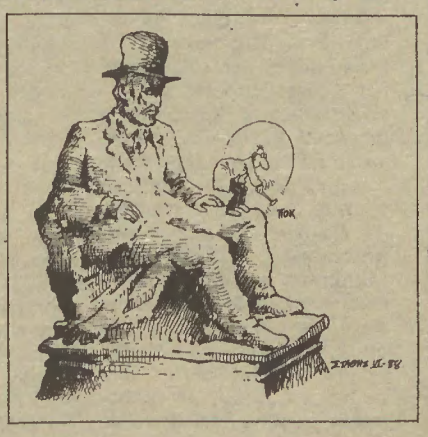
Ilda Reis – Pintura. Galeria Municipal de Artes Visuais/Casa do Bocage. De 3.ª a dom. das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00 (até 28/8) SETÚBAL.

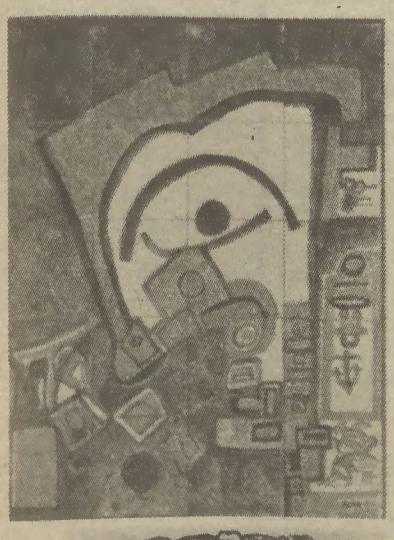
Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA

Arte Portuguesa Contemporânea – Exposição inaugural da Gal. Municipal de Vila Franca de Xira: pintura e escultura de Álvaro Perdigão, António Carmo, António Trindade, Carlos Calvet, Hélder Baptista, Hilário Teixeira Lopes, Isabel Sabino, João Duarte, Jorge Pinheiro, Maria João Franco, Nélson Dias, Rocha de Sousa, Rogério Amaral, Rogério Ribeiro, Virgílio Domingos. Até 21/8 VILA FRANCA DE XIRA.

Bartolomeu Cid dos Santos – Exposição de gravura integrada na VI Bienal Internacional de Arte VILA NOVA DE CERVEIRA.

Design Gráfico Português – Tema de várias exposições na VI Bienal de VILA NOVA DE CERVEIRA.





Azulejos de Raquel Zagallo e Bernardette de Freitas na Biblioteca de Almada

...e ainda

Música, debates, etc.

Perestroika em livro

A Editorial «Avante!» promove hoje às 18.30, na Sala de Conferências do Hotel Embaixador, uma sessão de lançamento do livro **Aprofundar a Perestroika** – compilação das intervenções de Mikhaíl Gorbatchov e Resoluções da XIX Conferência do PCUS.

A apresentação será feita pela escritora Natália Correia e pelo jornalista António Borga.

Jazz em Agosto

É o habitual ciclo estival de jazz na Gulbenkian, que se distingue pela qualidade da programação e pelo local dos concertos – o amplo Anfiteatro ao Ar Livre que parece ter sido feito para a música de noites de Verão.

Eis o programa:

– **hoje**, segundo e último concerto pela **Vienna Art Orchestra;**

– no **dia 10** o **Sexteto de António Pinho Vargas;**

– no **dia 12** o **Carlos Martins Colectivo;**

– nos **dias 17** e **18** Cecil Taylor e também o pianista Roger Woodward;

– nos dias 24 e 25, a encerrar, **Ornette Coleman** e também a **Prime Time Band.**

Preços: nos dias 10 e 12 bilhetes a 500$00, nos restantes a 800$00; assinatura para cinco concertos a 2600$00. Desconto de 50% para estudantes e jovens.

Mais música

Com um recital de piano por **Artur Pizarro,** que interpreta peças de Ravel, Debussy, Soler, Albéniz e Falla, prossegue no sábado às 21.30 o Festival de Música dos Capuchos. Este concerto realiza-se no próprio Convento dos Capuchos.

Noutro Convento, o da Arrábida (na serra da Arrábida) terá lugar o concerto seguinte: de **Jordi Savall,** em viola de gamba, para interpretar «O Deleite da Cortesã» — música do tempo de Shakespeare. Na quarta-feira, dia 10 de Agosto às 17.00.

No Estoril (Hotel Sintra-Estoril), a **Nova Filarmonia Portuguesa** sob a direcção do maestro Álvaro Cassuto interpreta obras de Braga Santos, Mendelsohn, Rossini e Prokofief em concerto que terá lugar sábado, dia 6, às 21. 30.

Férias jovens

Está actualmente em curso o plano de Campos de Férias para jovens, iniciativa das Câmaras Municipais de Amadora, Loures, Sobral, Vila Franca e Marinha Grande. A partir de amanhã e até dia 14 decorre o acompanhamento na Quinta da Piedade — **Vila Franca de Xira;** de 16 a 22 no Parque da Associação de Escuteiros de Portugal na **Caparica** e de 19 a 28 no Parque Municipal da **Marinha Grande.**

Informações e inscrições nas Câmaras organizadoras.

Torneio de natação

É o seguinte, nos próximos dias, o calendário das provas e exibições de natação com a participação de nadadores da RDA, organizadas por entidades locais e colectividades com o apoio da Festa do «Avante!»:

– dia 8, 17.00 – Festival Internacional de Natação na piscina municipal de Vila Franca de Xira;

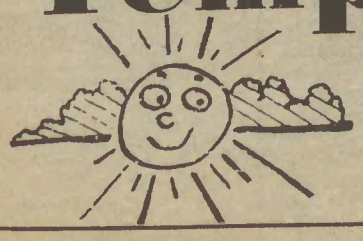
– dia 9, 18.00 – Treino-demonstração na piscina municipal da Torre da Marinha (Seixal);

– dia 10, 18.00 – Festival Internacional na piscina municipal de Évora.

As actividades prosseguem durante toda a próxima semana.

Tempo

Fim de Semana

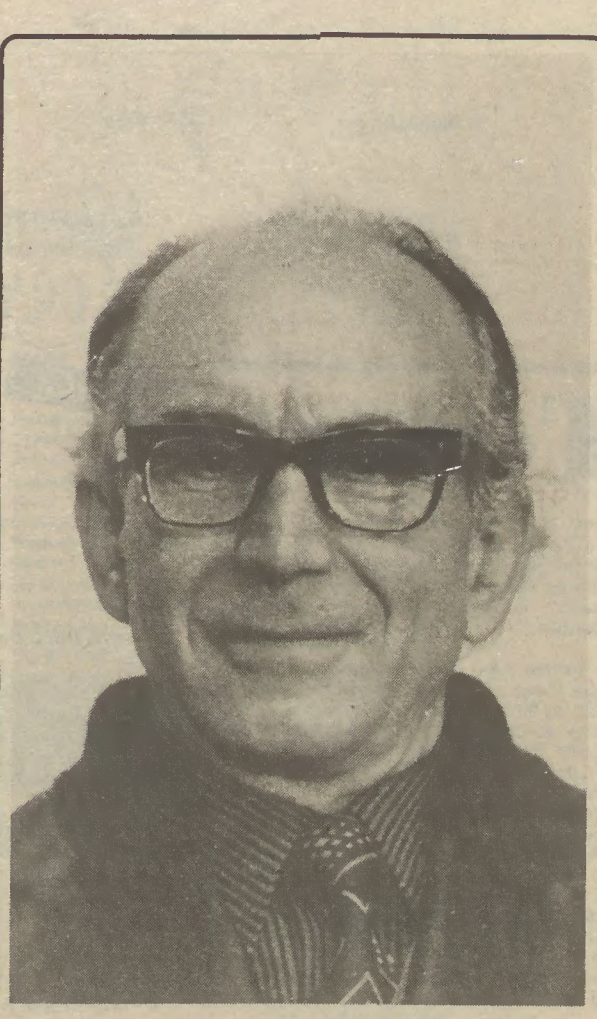


Céu pouco nublado, apresentando-se muito nublado durante a madrugada e a manhã no litoral a norte do cabo da Roca.
Vento fraco, soprando em regime de norte-da moderada durante a tarde na costa ocidental a sul do cabo Mondego.

Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

Avante!
Órgão Central do Partido Comunista Português

TABELA DE ASSINATURAS	12 N.os	25 N.os	50 N.os
Continente e Regiões Autónomas	625$00	1250$00	2500$00
Europa	1950$00	3875$00	7750$00
Países Africanos de Expressão Portuguesa	2350$00	4625$00	9250$00
Outros países	3025$00	6050$00	12 100$00



FRANCISCO MIGUEL
DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado por
Fernando Correia
Colecção «Resistência»

Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

Síntese semanal da IMPRENSA

O PS na revisão

Ele há suposições. E informações. Mas há sobretudo preocupações sobre a atitude do Partido Socialista no processo de revisão constitucional, nomeadamente no que toca às negociações com o PSD. Suposições porque não tem sido no local próprio, a Assembleia da República, que o PS e o PSD se têm entendido. Informações porque sempre se vai sabendo alguma coisa do que se passa nos bastidores. Preocupações porque não se adivinha nada de bom num tal processo. E as preocupações não são apenas dos comunistas. Outros democratas as partilham.

Revisão: ganha hipótese «suave»

«PS e PSD enveredaram por um acordo "mínimo" de revisão constitucional, segundo apurou o Expresso junto de fontes dos dois partidos. Assim, a moção de censura construtiva pretendida pelos socialistas foi posta de parte, bem como o mecanismo que permitiria executivos camarários maioritários, desejado pelos sociais-democratas.

A decisão de enveredar por um acordo "mínimo" de revisão foi tomada num encontro, realizado ao princípio da tarde de quinta-feira, entre Fernando Nogueira e António Vitorino, negociadores por parte do PSD e do PS. (...)

A rápida ultimação de um acordo passou a ser uma prioridade do PSD e o próprio primeiro-ministro, à saída do encontro habitual com o Presidente da República, declarou que o seu partido e o Governo estão **"dispostos a não ir para férias em Agosto"**. A este desejo de celeridade não seria estranha a convicção, que reina em meios sociais-democratas, de que o secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, poderá vir a ceder a críticas **"ao modo como está a dirigir o processo negocial"**, o que terá levado **"a uma deterioração da situação interna do Partido Socialista"**.

A verdade é que, nos últimos dias, dirigentes do PS mais ligados a Mário Soares têm acusado o líder socialista de estar a **"apressar"** o processo de revisão, quando isso deveria ser uma **"batalha do PSD"**. Um destes dirigentes diria, por outro lado, ao Expresso **"não compreender"** o que se passa. **"Estamos a parar o comboio em todas as estações para ver se eles** (o PSD) **entram"**, acrescentaria, referindo-se às facilidades concedidas aos sociais-democratas pelos negociadores do PS.

De qualquer modo, tanto para o PSD como para o PS, **as questões mais importantes estão resolvidas: para os socialistas, a consagração da necessidade de dois terços para alteração da lei eleitoral e, para os sociais-democratas, o estabelecimento de maioria simples para as privatizações.»**

(«Expresso», 30 Julho)

Acordo PS-PSD não serve a democracia

«Vítor Constâncio revelou a disposição de, sobre alguns pontos ainda em aberto, continuar a dialogar. Recordou: "Sempre disse que, mais do que cumprir datas, me importava fazer um bom acordo e uma boa revisão.» E sublinhou que o Partido Socialista atribuia particular importância às "leis paraconstitucionais, integrando garantias quanto às leis eleitorais, princípios e regras para as privatizações; moção de censura construtiva".

Com os resultados insatisfatórios das conversações entre o Partido Social-Democrata e o Partido Socialista, não se desvaneceu a disponibilidade negocial de Vítor Constâncio. Considera que a sua orientação relativa às negociações de revisão constitucional foi a aprovada "nos órgãos do partido", e que este adiamento, se contraria os sociais-democratas, não impedirá, todavia, o acordo a dois. Sendo esta disposição para o acordo a dois que, no juízo de muitos democratas e até de muitos socialistas, se afigura de difícil compreensão.

Claramente, da parte do PSD, existe a presunção de que é mais fácil chegar a acordo com o PS e abordar, posteriormente em sede parlamentar, a discussão da revisão constitucional com a garantia de que para um determinado articulado estão alcançados os votos de aprovação necessários. Do mesmo modo que, com autoritarismo político-partidário, fazendo funcionar mecanicamente a sua disciplinada maioria, o PSD impõe a legislação que lhe interessa, um acordo de revisão constitucional PSD-PS representa a garantia dos 2/3 necessários e a redução à impotência democrática de todos os outros partidos e correntes de opinião. A Constituição revista, a partir desta garantia prévia — um acordo PSD-PS —, será mais um acto prejudicial para o equilíbrio democrático e para a verdadeira estabilidade social. O texto revisto da Constituição, no fundo, e apesar da estrita legalidade democrática, apresenta-se à consciência dos cidadãos da minoria feita de diversas minorias como uma imposição enleante e marginalizadora. Representa — pelo efeito da "ditadura da maioria" — a irremediável subalternização cívica das minorias. E este resultado negativo terá sido a consequência de negociações bilaterais.

A Constituição revista não será o texto consensual que o bom fucionamento de uma democracia exige. Dois partidos maiores entenderam-se. Uns dirão que se entenderam para partilhar o poder (e os poderes), segundo a Constituição novamente revista. Outros dirão, e talvez com razão, que o Partido Socialista perdeu uma grande oportunidade política e que a revisão e a desideologização foi efectuada em seu prejuízo.»

(«Política de A a Z» – «Diário de Lisboa», 30 Julho)

«E o perigo seria que o PS, precisamente por dele depender (e do PSD da outra banda) a revisão, concluísse que poderia ignorar as opiniões dos outros partidos. Seria dramático que o PS quisesse ser, no campo da oposição, aquilo que o PSD pretende ser em relação à totalidade. Que não tivesse forças para fugir a essa infernal lógica política que durante as campanhas eleitorais talvez seja um pouco inevitável mas que no campo das ideias é inadmissível.

Digo isto por descargo de consciência e sem saber o que se passa. Penso em abstracto, digamos assim: ao fim e ao cabo, no plano da revisão, o PS tem um poder que os outros partidos da oposiçã não têm. E onde existe poder, o receio invade-me.»

(Augusto Abelaira, «O Jornal», 29 Julho)

Isto não é «clarificar» nem modernizar

«Ponderemos algumas das matérias ou propostas que se diz estarem no centro das negociações PSD-PS, confrontando-as com o proclamado objectivo de "clarificação" e "modernização" das citadas "regras do jogo político e económico".

De facto, não vemos como por exemplo, pode ser classificado como elemento de "clarificação" das regras do jogo político a tentativa de introduzir no nosso sistema constitucional a chamada "moção de censura construtiva", figura óbvia e descaradamente concebida para promover uma bipolarização forçada da vida política, para retirar poderes e capacidades de intervenção e decisão a dois órgãos de soberania — a Assembleia da República e o Presidente da República — assegurando em contrapartida a artificial sobrevivência e a impunidade relativa de governos minoritários, para dar a alguns partidos — o PS e o PSD —, por via da engenharia institucional, aquilo que a vontade dos cidadãos não lhes quis dar.

Como não vemos, por exemplo, que possa ser vista como uma contribuição para a tal "clarificação e modernização" a proposta para que a rejeição do programa do governo pela AR deixe de constituir fundamento automático da sua demissão.

Como não vemos, por exemplo, que se possa vislumbrar idêntico efeito de "clarificação e modernização" nas propostas para que, em intolerável distorção do voto popular, a lei eleitoral para as autarquias, através de um incrível bónus de mandatos, conceda administrativamente a um partido com maioria relativa a maioria absoluta de vereadores nos executivos municipais.

Como não vemos, por exemplo, que possa ser celebrado como factor de "clarificação e modernização" das "regras do jogo económico" as propostas em que — embora em grau muito diverso — PS e PSD estão envolvidos, visando dar cobertura e consagração constitucionais a uma economia de novo submetida ao domínio do grande capital (...)»

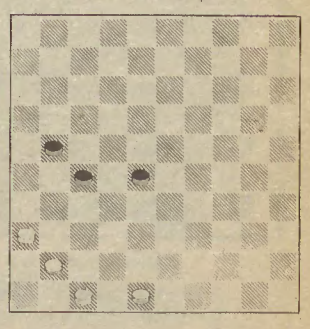
(Vasco Pinto de Morais, «o diário – Fim de Semana», 30 Julho)

Damas

CLXV — 4 de Agosto de 1988
Proposição N.º 165

Por: Tsirik
— URSS, 1951

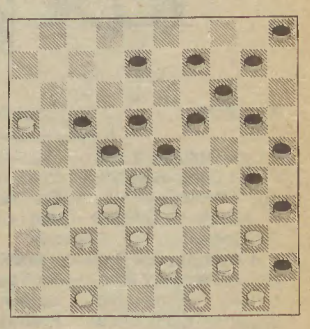
Pr.: [3]: 21-27-28



Br.: [4]: 36-41-47-48
Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 165
Por: S. Pellé
— 1980

Pr.: [15]: 5-8-9-10-14-17-18-19--20-22-23-25-30-35-45



Br.: [14]: 16-28-31-32-33-34-37--38-40-43-44-47-49-50

Jogam as brancas e ganham

Solução do N.º CLXV

N.º 165 (T.): 41-37 (28-33); 48--42! (21-26*); 42--38 (33x31); 48-42+

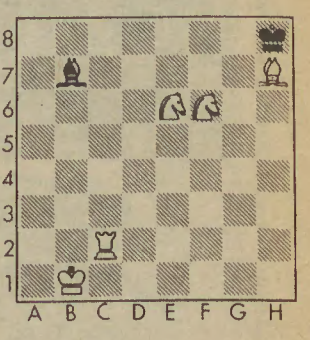
Golpe N.º 165 (S.P.): 16-11 (30X48); 31-27 (22x42); 11x2 [«come» 7 peões] (45x34); 28x10 (5x14); 44-39 (34x43); 50-44 e 2--7+

A. de M. M.

Xadrez

CLXV – 4 de Agosto de 1988
Preposição N.º 165
Por: H. Weenink
«O. Prechte Haarlemsche», 1926
Pr.: [2]: Bb7 – Rh8

Br.: [5]: Cs.e6,f6-Bh7-Tç2-Rb1



Mate em dois lances

***

Jogo N.º 165

Taça do Mundo/Belfort, 1988
Br.: A. Beliavsky
Pr.: G. Kasparov

1. d4,Cf6; **2.** ç4,g6; **3.** Cç3,d5; **4.** Cf3,Bg7; **5.** Db3,d:ç4; **6.** D:ç4,0-0; **7.** é4,Ca6; **8.** Bé2,ç5; **9.** d5,é6; **10.** Bg5,é: d5; **11.** C:d5,Bé6; **12.** 0-0-0, B:d5; **13.** T:d5,Db6; **14.** B:f6,D:f6; **15.** é5,Df5; **16.** Bd3, Dç8; **17.** Td1,b5; **18.** Dh4, Cb4; **19.** B:g6,f:g6; **20.** Td7, Dé8; **21.** Té7,Bh6+; **22.** Rb1,Td8; **23.** Td6,Dç6; **24.** a3,T:d6; **25.** é:d6,D:d6; **26.** a:b4, ç:b4; **27.** Dé4,b3 **0-1**

***

Solução do N.º 165

CHAVE: **1.** Bd3! (ameaça: **2.** Th2++)
1. ..., Bg2; **2.** Tç8++

A. de M. M.

A festa!

LOURES • 9, 10, E 11 SETEMBRO

Avante!

Director
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO **N.º 4**
4 de Agosto de 1988
Não pode ser vendido separadamente

Daniel Viglietti

A música da América Latina

Silly–RDA

Iron Angel–RFA

Paradox–RFA

«Non-sense» no solar Cor-de-Rosa

A importância do nosso teatro e a da nossa Festa fizeram nascer um espaço exclusivamente dedicado a este tipo de manifestação artística e que pelas actuações então registadas alcançou um prestígio que impõe este ano a sua continuação e o seu aperfeiçoamento. Aperfeiçoamento antes de mais pela sala que este ano oferecerá melhores garantias aos que fazem o espectáculo. É do Avanteatro que vos estamos a falar. Este ano com um espaço próprio. O velho solar cor de rosa existente nos terrenos da Festa.

O non-sense vai aterrar no páteo do velho solar cor de rosa da Quinta do Infantado em Loures, depois de um percurso que o levou aos Estados Unidos, Japão, Canadá, América do Sul e Europa.

Os «Non-Sense» vão ser espectáculo a não perder na 12.ª edição da Festa do «Avante!». São mimos e têm sede em Praga. Como a linguagem gestual é universal, os membros deste grupo são checoslovacos mas também oriundos de outros países europeus e uniram-se em 1981.

De então para cá, o êxito sem parar do «Non-Sense» e a sua participação nos Festivais de Teatro e Pantomina de Londres, Dublin, Viena, Gand e Berlim. A Portugal ainda não vieram. Chegarão agora pela mão da Festa, como aliás aconteceu a muitos outros artistas. E o conselho que se repete. Não os percam. Não percam este espectáculo onde o humor negro e a ternura se interlaçam.

Grotescos pés nus

No páteo do solar cor-de-rosa, os «Non-Sense» vão apresentar dois espectáculos. O primeiro tem o título deste subtítulo que aqui pusemos.

«Grotescos Pés Nus» é uma combinação de *gags*, situações estravagantes e humor negro, em que se torna notório o referencial do cinema mudo.

O outro espectáculo dos «Non-Sense» chama-se Histórias de Palhaços e fala-nos de dois palhaços que lutam contra o proprietário do circo onde trabalham e que os obriga a representar a velha cena de Pierrot, única e exclusivamente.

Como contornar o problema, é a questão que se coloca a estes dois palhaços que conseguem uma outra representação dentro das amarras impostas e surge uma pantomina de nova qualidade e de ideias mais fortes.

Uma situação criada que nos faz lembrar outros tempos. Quando as festas do «Avante!» eram outras. ★

II FESTIVAL DA CANÇÃO JUVENIL

Cada vez mais perto da final

O apuramento para a grande final do 2.º Festival Nacional da Canção Juvenil – Festa do «Avante!» 88 está a entrar na sua recta final. Até dia 18 conhecer-se-ão todos os intérpretes que cantarão de sua justiça no palco da Juventude.

Até lá, vão-se sucedendo as finais distritais e este fim-de-semana houve mais duas, em Castelo Branco e Évora.

Em Castelo Branco, o vencedor foi o grupo Im-pacto com a canção «Ser».

Em Évora, os vencedores foram Vítor Manuel, na categoria de solistas, «Voz da Terra», em música popular e «Grupo Codaga» em Rock.

Nomes que se vêm juntar aos que já tinham sido apurados nas anteriores finais distritais, e aos quais se juntarão outros que vão ser conhecidos nas próximas semanas.

Próximas finais

O Festival continua a mexer e já este fim-de-semana, no sábado, dia 6, realiza-se a final do **distrito de Setúbal**, uma final que tem como palco a vila de **Sines**.

Depois, no fim-de-semana de 13 e 14, tempo para duas outras finais, a de **Aveiro**, no domingo, que se realiza na **Praia de Espinho**, e a de **Coimbra**, que se realiza no sábado na **Figueira da Foz**. Nestes dois espectáculos, actuará Samuel. E falando de Coimbra, a notícia, que nos chegou tardia, acerca da participação na final concelhia. Mais de 700 jovens assistiram ao desfilar das 45 canções concorrentes.

Quanto a Lisboa, realizaram-se este fim-de-semana as finais concelhias, estando tudo a postos para a final distrital que se realiza no dia 18 de Agosto na sala do Rock Rendez-vous. ★

Regulamento

«Tomar a iniciativa» é uma exposição anual através da qual a organização pretende dar voz e espaço aos novos valores da arte portuguesa. É uma exposição com carácter festivo, que visa a convivência, durante os três dias da Festa, das várias opções estéticas, poéticas e artísticas dos jovens. Está aberta à participação de autores nacionais e estrangeiros residentes em Portugal, com mais de 18 anos e menos de 35 de idade.

1. **«Tomar a iniciativa 88»** terá lugar na **Cidade da Juventude da Festa do «Avante!»**, de 9 a 11 de Setembro.

2. Cada autor poderá participar com até duas obras por área considerada — **Pintura, Desenho, Escultura, Fotografia, Banda Desenhada** (neste caso entenda-se por obra um conjunto máximo de 6 pranchas ou 1 cartoon).

3. As obras participantes deverão ser identificadas com título, dimensões, peso.

4. Todos os concorrentes deverão proceder à entrega das suas peças das 11 às 19 horas dos dias úteis, entre 18 de Julho e 31 de Agosto, fazendo-as acompanhar de um currículo de cerca de 10 linhas e dados biográficos para efeitos de divulgação na **Festa**, bem como do boletim de inscrição.

As peças deverão ser entregues na **Rua Sousa Martins, n.º 8, Lisboa**, ou na **Rua António Serpa, n.º 26, 2.º Esq., Lisboa**, ou na **Avenida da Boavista, 931, Porto** (neste caso só serão aceites até ao dia 28 de Agosto).

5. Um júri de selecção e premiação constituído por um crítico de arte, um professor da ESBAL, e por um elemento da organização da Festa, procederá à escolha das obras a expor e a premiar. Das suas decisões não haverá recurso.

6. Serão encargos do participante o emolduramento e transporte dos trabalhos concorrentes, não se responsabilizando a organização por danos causados às obras não levantadas nos 15 dias seguintes à reunião do júri (autores recusados) e 15 dias imediatos ao encerramento da **Festa** (peças não vendidas).

7. Será atribuído 1 prémio por área — **Pintura, Escultura, Desenho, Fotografia, Banda Desenhada** — um cheque livro da **Editorial Caminho** no valor de 10 000 escudos.

8. O júri poderá atribuir menções honrosas, como entender.

9. Os autores concorrentes, após a assinatura do Boletim de Inscrição, comprometem-se a não retirar as suas obras seleccionadas antes do termo da Exposição.

10. A organização não se reserva qualquer percentagem sobre as obras vendidas.

11. Qualquer omissão deste regulamento será resolvida pela organização. ★

Juventude Comunista Portuguesa

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Área _____

Título do Trabalho _____

_____

Observações _____

_____

_____

_____

_____

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

Nome do autor ou do grupo (no caso de se tratar de um grupo, indicar o nome do responsável e, em anexo, o nome dos demais elementos, segundo os requisitos de identificação abaixo exigidos)

_____

Idade _____

Morada _____

_____

Código Postal _____ Telef. _____

NOTA: Ao tratar-se de grupos, indicar o número de elementos

Não é usual um boletim de inscrição vir no meio de uma página. Também não é usual um jornal editar durante semanas seguidas um suplemento de oito páginas exclusivamente dedicado à Festa que leva o seu nome. Também não é usual que corridas onde o fundamental é o convívio tenham nomes tão importantes como o de Armando Aldegalega. O boletim vai em cima e a fotografia em baixo, porque se trata de uma soma e a ordem dos factores é arbitrária

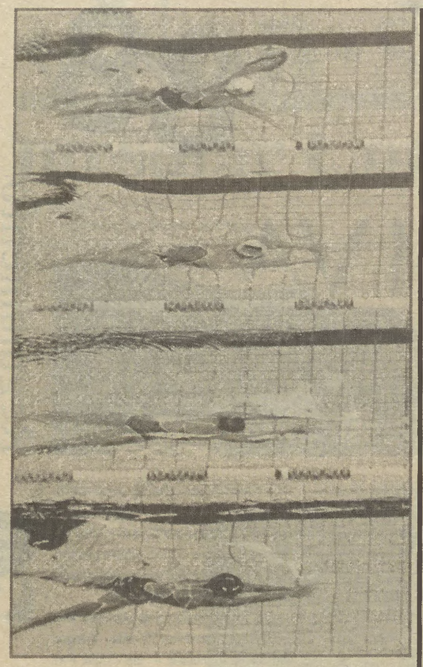
Aldegalega na Corrida da Festa

Continuam em ritmo crescente as inscrições de atletas federados e não federados na corrida da Festa do «Avante!» (Loures-Odivelas-Loures), com um percurso de 16 800 metros, a realizar no dia 11 de Setembro, a partir das 9.30 horas.

O veterano Armando Aldegalega e, Óscar Santos, também do Sporting Clube de Portugal, já se encontram inscritos, a exemplo de outros tantos nomes conhecidos do atletismo: António Antunes, José Dias, Eduardo Santos, Umbelina Nunes.

Facto significativo também a participação de equipas com numerosos elementos, como é o caso do Clube Recreativo do Atlético de Algés (40), do Clube Recreativo da Cruz de Pau (24), do Núcleo de Atletismo de Odivelas (18) ou de participações curiosas como a do British Council com 5 elementos.

As inscrições são gratuitas e continuam abertas até ao dia 6 de Setembro, podendo ser efectuadas pessoalmente na Av. António Serpa, 26 — 2.º Esq. — 1000 Lisboa, das 9,30 às 13 h. e das 14 às 18,30 h., ou pelo correio, para a mesma morada, dirigido a Corrida da Festa do «Avante!» ★



Natação

Campeões da RDA em Portugal
• 4 festivais internacionais nos próximos dias

Uma equipa de nadadores da República Democrática Alemã chega este fim-de-semana ao nosso país para participar numa série de Festivais Internacionais de Natação em que colabora a Festa do «Avante!».

A equipa alemã é constituída por quatro jovens nadadores e apresentará as suas potencialidades ao público de Vila Franca de Xira, Seixal, Évora, Alcácer do Sal, Amadora e Cova da Piedade.

Com a supervisão da treinadora Knuth Kempa, a delegação é composta por Kathleen Buck, de 15 anos, primeiro lugar nos Campeonatos Internacionais da Polónia e da Checoslováquia em 1987 e 1988 e vencedora nos 100 metros mariposa e segunda classificada nos 100 metros livres dos campeonatos internacionais da Dinamarca disputados este ano.

Faz parte ainda da delegação de nadadores Christian Eger, de 16 anos, cinco vezes vencedor das Espartaquíadas de 1985, 3.º lugar nos campeonato juvenis da Amizade de 1986, e 5 vezes vencedor nas Espartaquíadas de 1987.

Bjorn Friedrich, que completa 16 anos este mês, obteve dois segundos lugares e um terceiro nos campeonatos da RDA de 1986, foi o vencedor dos 400 metros estilos em 1987 na mesma competição, onde ainda alcançou cinco segundos lugares e saiu vencedor nos campeonatos internacionais da Polónia e da Checoslováquia em 1987/88.

Completa a delegação, sendo a reserva da equipa, Alexandra Hofler, de 15 anos, vencedora das Espartaquíadas de 1985 e 1987.

São estes jovens atletas de alta competição que será possível ver nos Festivais Internacionais, onde ainda participarão nadadores da Associação de Bombeiros Voluntários da Agualva-Cacém, da Associação de Bombeiros Voluntários dos Estoris, Sport Algés e Dafundo, SFUAP, Aminata e Amadora.

O objectivo destas organizações é promover o intercâmbio e o convívio de jovens nadadores e técnicos nacionais com os da República Democrática Alemã e, ainda, divulgar a modalidade.

Uma semana em cheio. Na segunda-feira (8) Festival Internacional de Natação na Piscina Municipal de Vila Franca de Xira.

Na terça-qfeira (9) treino-demonstração aberto à população na Piscina Municipal da Torre da Marinha, Seixal.

Na quarta-feira (10) Festival Internacional na Piscina Municipal de Évora.

Na quinta-feira (11) treino-demonstração aberto à população na Piscina Municipal de Alcácer do Sal.

Na sexta-feira (12) Festival Internacional na Piscina Municipal da Amadora.

E, por último, no sábado (13) Festival Internacional na piscina da SFUAP, na Cova da Piedade.

Um programa aliciante e a oportunidade quase única de se assistir ao vivo ao esforço de atletas de alta competição estrangeiros. Não perca!

Daniel Viglietti

A música da América Latina

Biografia. Daniel Viglietti nasceu a 24 de Julho de 1939 na capital do Uruguai, Montevideu. A sua excelente formação musical começou na própria casa: sua mãe era pianista clássica e seu pai guitarrista folclórico, havendo ainda a acrescentar um tio pianista de clubes nocturnos, hóteis, estúdios de rádio.

Só com 20 anos, em 1960, aparece em público como músico. Entretanto, frequentara o Conservatório de Montevideu, ouvira longamente discos antigos, tocara guitarra e piano em casa.

Este aparecimento público faz-se através de canções interpretadas em recitais nos quais começa a actuar, mas a sólida cultura musical permite-lhe outras incursões. Faz música para teatro (Brecht, Lope de Vega, Ben Johnson, Saint-Exupery) e também para cinema.

Durante os anos 60 escreve ainda para jornais, dirige um Núcleo de Educação Musical. Aparece na rádio e televisão uruguaias, em festivais no seu país e noutros da América Latina.

Tal como hoje, os seus recitais incluem composições próprias (música e letra), canções compostas para versos de poetas como Guillen e Lorca, Benedetti e Alberti, e ainda canções de outros compositores: Violeta Parra, Chico Buarque, Ramón, Pablo Milanés, Edu Lobo.

Influências. Em 1968, quando surge a edição uruguaia do disco «Canciones para el hombre nuevo», escreve Viglietti:

«Admirava profundamente Stravinsky, mas também naturalmente Yupanqui. Apercebo-me agora porquê: não existem fronteiras valorativas entre ambos. Isto continua a acontecer-me com a música concreta e com os Beatles, com Gardel e Victoria de Los Angeles. O próprio Igor Stravinsky não encontrava outra classificação para a música se não a boa e a má. Acho que tinha razão».

Alambrado *Alambrado* pode traduzir-se em português por aramado: é a vedação que tradicionalmente separa as grandes propriedades fundiárias do Uruguai.

«A desalambrar», a canção que constitui um verdadeiro hino de Reforma Agrária, é talvez a mais conhecida composição de Daniel Viglietti. Composta em 1967, antecede significativamente uma viagem que teria para o cantor uma influência determinante: Cuba, território livre das Américas, onde esteve nesse ano.

Em 1969, «A desalambrar» entra na história ao ser a protagonista de um acto de censura que decorre frente a milhares e milhares de telespectadores. Após o disco que a incluía ter sido retirado na programação das rádios uruguaias, em 30 de Janeiro daquele ano a direcção da televisão uruguaia interrompe abruptamente o programa «Musicanto 69» em que Viglietti actuava no momento em que iniciava os primeiros versos de «A desalambrar».

Silenciada ali, a melodia e os seus versos entraram contudo já na história de um tempo que marca o fim de aramados e o florescer de poemas.

Entrevista. «É claro que não vamos fazer a revolução com uma canção, nem com danças, nem com poemas, nem com teatro. Mas também não a iremos fazer com um discurso, uma declaração, um voto, um grito, uma barricada, uma greve ou um tiro. Em geral, as revoluções são uma grande soma em que tudo serve, nada é inútil. O segredo é que o grande risco que temos de correr para enfrentar definitivamente uma pátria nova tem de ser a soma de todos os pequenos riscos, de todos os riscos modestos que cada um está disposto a correr. Num dos seus aspectos essenciais, a revolução é a participação. Por isso, quando se assiste numa praça a um encontro de jovens, de donas de casa, de reformados, de estudantes e operários, de militantes ou simples moradores em torno de uma canção de que se gosta, que diverte, que informa, que festeja, que denuncia, que combate, que mobiliza, estamos conscientes de que alguma coisa mudou nas leis da nossa convivência. (...) Há algumas semanas dizia a amigos que, nas canções, muitas vezes o autor põe as linhas e a realidade as entrelinhas».

Prisão. Em 1972 Daniel Viglietti foi encarcerado no Uruguai. A prisão desencadeou uma onda de protestos no país e em todo o mundo e que forçou a sua libertação.

Depoimento Do poeta argentino Mario Benedetti: «A voz de Daniel Viglietti não é a de um profeta, nem a de um *leader*, mas muito menos é a de um automarginalizado ou de um pusilânime; a sua voz é a de alguém que, com modéstia e sinceridade, com paixão e com riscos, participa (como pode e deve) na realidade em movimento. Essa atitude é que, antes ou depois do seu canto, é reconhecida pelos jovens. Por isso não o escutam só como uma voz, mas também como seu porta-voz.

Entrevista. «Uma última pergunta: que conselho darias aos jovens cantores?»

— «E por que não aos velhos?... A questão é que não sei dar conselhos. Talvez o único conselho que daria seria que tenham cuidado sempre que dão conselhos.»

Festa. Daniel Viglietti na Festa do «Avante!», 9 10 e 11 de Setembro. De 1988 ★

Inscrição exigindo a libertação do cantor (Montevideu, 1972)

Boas-vindas ao cantor, numa escola popular peruana

No palco da Juventude

Festival heavy metal

Novidade na Festa do «Avante!» 88 é a realização, pela primeira vez nos nossos palcos, de um Festival Heavy Metal.

Festival de um género musical que cada vez mais incondicionais encontra no nosso país, onde as bandas que o executam têm vindo a conquistar um espaço próprio no mercado discográfico e do espectáculo.

Daí a razão de ser deste Festival que decorrerá durante os três dias no Palco da Juventude com a presença já confirmada de quatro bandas. Duas portuguesas e duas da República Federal Alemã.

Os concertos — na sexta às 22 horas e no sábado e domingo às 15 — terão a forma tradicional com uma banda convidada e uma banda de suporte.

Mas quem são os executantes já confirmados para este festival? Dois são portugueses, os Tarântula e Web, e dois da RFA, os Iron Angel e Paradox.

Tarântula

A banda nasceu em 1981 — a 1 de Outubro — mas o seu nome definitivo apenas chegou em 1985. Durante estes quatro anos, os Mac Zac, como se chamavam, actuaram essencialmente no norte do país e deslocaram-se à República Federal da Alemanha para dois espectáculos que constituiram outros tantos êxitos.

Mas 1985 não é apenas marcado pela mudança de nome como pela primeira gravação dos Tarântula e pelo início da conquista do público da capital, o que aconteceria definitivamente em 86 com o seu segundo concerto da sala do Rock Rendez-vous. É também em 1986, que têm direito a artigo num fanzine Hard-/Heavy Metal francês de grande renome tornando-se assim na primeira banda portuguesa a ser falada além fronteiras ao mesmo tempo que gravaram o seu segundo disco.

Hoje, o hit do grupo constituído por Luís de Barros (bateria/voz), Paulo de Barros (guitarra/voz), José Baltazar (baixo/guitarra acústica) e João Wolf (guitarra) é a canção forte daquele que é o primeiro LP de uma banda Heavy gravado no nosso país e que tem o nome do próprio grupo. Chama-se esse tema «Battle of the Victory».

Web

Sendo uma das mais recentes bandas da cena Heavy portuguesa, os Web são, por assim dizer, filhos dos Tarântula.

Tudo começou quando há cerca de dois anos, os roadies dos Tarântula começaram a aprender alguns instrumentos num esforço ligado ao seu próprio trabalho técnico. Incentivados pelos membros da mais conhecida banda Heavy portuguesa nasceram com o nome que ainda hoje é o deles; Web (teia).

A 8 de Novembro de 1987 fazem a sua primeira aparição pública, assegurando a primeira parte de um concerto dos seus mestres. Disseram então as críticas que «foram 30 minutos de death metal devastador que deixou os fans por terra».

Os Web são formados por Vítor Matos (guitarra) David Duartey (voz e guitarra), Carlos Pereira (baixo) e Jorge Marques (bateria).

Paradox

Os Paradox formaram-se em Wurzburg (RFA) em 1986 quando Charly Steinhauer (voz e guitarra) e Axel Blaha (bateria) abandonaram o seu grupo de então, os Warhead, a fim de formarem a sua própria banda.

Tendo como grupos favoritos os Metallica, Flotsam e Anthrax, depressa desenvolveram o seu próprio estilo na área do thrash-metal-melódico, tendo a sua primeira demo-tape recebido críticas muito favoráveis. Em Outubro de 1986 entraram em estúdio para gravarem o tema «Pray to the God of Wrath» destinado a ser incluido na compilação da Roadrunner «Teutonic Invasion – Part 1».

Após isto a formação estabilizou-se com a inclusão de Markus Spyth (guitarra) e Roland Stahl (baixo), tendo os Paradox dado o seu concerto de estreia em 6 de Dezembro de 1986, confirmando-se como um excelente grupo ao vivo.

Em princípios de 1987 a Roadrunner contratou o grupo, tendo editado o álbum de estreia «Product of Imagination». Em Novembro deste ano será editado o segundo álbum com o título «The Burning».

Iron Angel

A história dos Iron Angel começou em Abril de 83 quando Mike (o bateria) e Thorsten (baixo) decidiram deixar a sua banda de então — os Metal Gods — para procurarem um som mais rápido e contundente. Em Maio juntaram-se-lhes os dois guitarristas, Sven e Peter. O grupo estava quase completo, faltando porém o vocalista que acabou por surgir durante um ensaio do grupo: Dirk que, entusiasmado com o que ouvia, resolveu fazer uma experiência — e ficou!

Em finais de 83 a banda conseguiu arranjar o seu primeiro contrato para um concerto na sua cidade natal de Hamburgo e que se saldou por um êxito. O speed-black-metal do grupo conquistava o público.

Após duas gravações de demonstração e de diversos concertos já noutras cidades da RFA, os Iron Angel gravaram o seu primeiro LP em Berlim em 1985 encontrando-se hoje entre as bandas mais conhecidas da cena heavy metal europeia. ★

Iron Angel

Paradox

O **Heavy Metal** pode ser definido como o *rock* dominado por uma bombástica guitarra eléctrica pesadamente amplificada, tendo sido introduzido por bandas como os Led Zeppelin, Black Sabbath, Deep Purple, Grand Funk Railroad e Blue Cheer que o tornaram bastante popular, não obstante o facto de raramente um single **heavy metal** se ter tornado num *hit* («Smoke on the Water» é um raro exemplo).

Geralmente menos melódico do que o OAR — Album Oriented Radio — o **heavy metal** surgiu um pouco como a sua antítese. Às bandas que gravavam música suave e adocicada, destinada essencialmente a passar nas emissoras FM (que adquiriram a sua grande importância no princípio dos anos 70), os músicos de estrada responderam com um *rock* mais agressivo, conquistando uma audiência preponderantemente adolescente.

Era o início do **Heavy Metal**. Uma expressão pela primeira vez utilizada pelo escritor *beat* William Burroughs e repegado pelo grupo Steppenwolf no seu «Born to Be Wild».

Tido várias vezes como uma forma limitada, o **heavy metal** viu o seu ressurgimento no final dos anos 70 com o surgimento de grupos como os Def Leppard, Iron Maiden, Krokus, AC/DC, Scorpions e Van Halen.

Silly é sinónimo de rock

Os Silly são um caso. Nascidos em 1978, quando romperam com uma ordenação estilística ainda simples e criaram assim um estilo próprio, tornaram-se numa das mais importantes bandas rock da República Democrática Alemã.

De 1983 para cá, tiveram três discos do ano no seu país — «Mont Klamott» (1983), «Liebswalzer» (1985) e «Bataillon d'Amour» (1986).

Aquando da sua formação, a preferência do grupo ia para o funk, o ska e o Reggae, e dentro destes estilos construíam a sua música.

Depois, foram ganhando experiência e rodagem e começaram a libertar-se das imposições dos diversos estilos, criando uma música própria que não se pode enquadrar, com as imagens musicais tornando-se mais variadas e a forma dos sons mais perfeitas, num caminho artístico que impulsionou os Silly para uma carreira de sucesso, não só no seu país mas também no estrangeiro.

A solista e as letras

Mas não foram apenas os seus novos sons a guindarem os Silly para o topo. Particularmente importantes neste caminho são as qualidades artísticas da sua solista, Tamara Danz.

A sua forte presença em palco, o vigor das suas interpretações e a sua grande voz, tornaram-na na melhor cantora Rock da RDA, segundo a resposta dos jovens aos inquéritos sucessivos que foram sendo realizados ao longo destes anos 80.

Mas não só a existência de Tamara Danz. Também as letras de Werner Karma contribuíram para o grande salto qualitativo da carreira desta banda. Um salto que teve no álbum «Mont Klamontt» a sua primeira expressão.

Êxito europeu

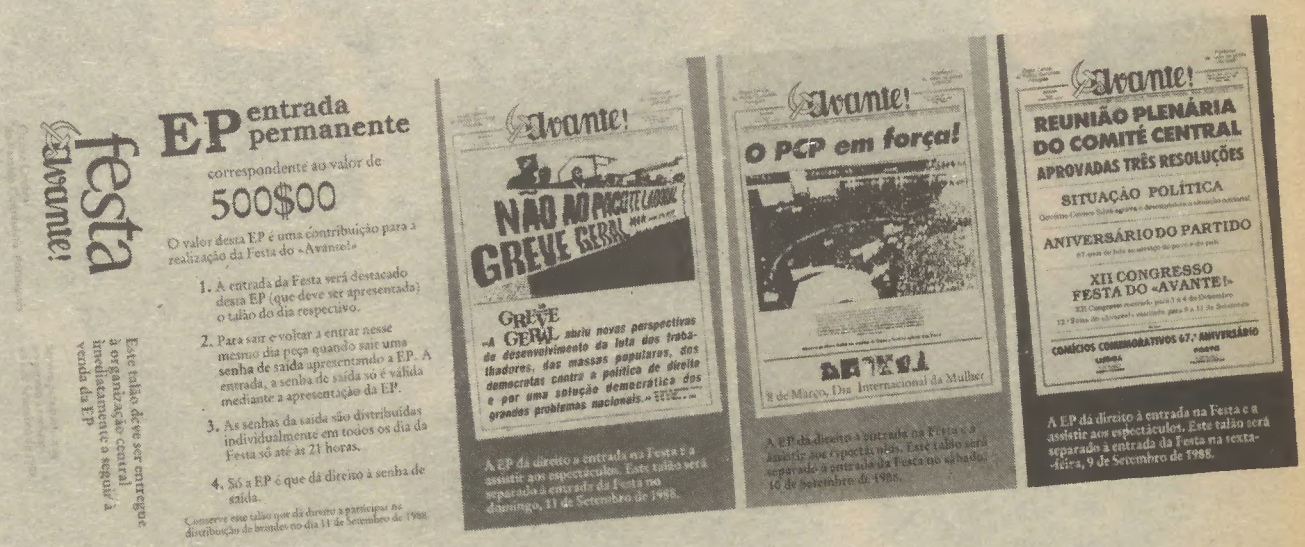
Uma qualidade que explode nas suas representações ao vivo. Aí, à magia dos sons e das letras, junta-se uma apurada concepção cénica, onde a coreografia, as luzes e a presença de cada um dos músicos fazem dos espectáculos dos Silly ocasiões únicas de se apreciar a variedade que a qualidade pode ter.

Compostos desde 1986 por Tamara Danz (vocalista), Thomas Fritzching (guitarra), Rudiger Barton (keyboard), Herbert Junck (bateria), Uwe Hassbecker (guitarra) e Jackie Reznicek (baixo), os Silly criaram uma sonoridade que foi já êxito nas suas actuações ao vivo em países tão diversos como a União Soviética, Bulgária, Polónia, Checoslováquia, Suíça, Noruega, Finlândia, França e RFA e ainda em Berlim Oeste.

Interpretação, texto e sonoridade. Uma receita de sucesso que este ano poderá também ser vista pela primeira vez no nosso país. Na Festa, claro. ★

* **Três discos do ano**
* **melhor cantora rock**
* **êxito ao vivo na Europa**

A Festa e o automóvel



Pois é. Você queria um automóvel, mas em Setembro há a Festa do «Avante!» e também não a quer perder. O pior é que...

Contra factos não há argumentos e isto de assistir a três dias de espectáculo leva o coiro e o cabelo, se outros há que apenas duas horas nos deixam de tanga.

É isso. Mas há que optar. Ou o balúrdio da Festa ou o balúrdio do automóvel. E a escolha é difícil uma vez que tanto com a Festa como com a viatura, há lugar para a família inteira e ainda a possibilidade de levar os tarecos. Na Festa acampa-se, no carro, o porta-bagagens.

Qual o conselho que lhe damos? Não somos de dar conselhos e muito menos alinhamos em mercados paralelos, mas temos uma proposta a fazer-lhe.

Vá à Festa, leve a família e, olhe... faça figas!

Quer isto dizer que temos uma carta da na manga? Sim e não. Sim porque a temos. Definitivamente. Não, porque não está na manga, que não somos de esconder o jogo.

O caso é o seguinte e desde já o passamos a explicar. Você pode ir à Festa e ainda ter o automóvel.

Han?

Não fique boquiaberto que a coisa não é nova. Este ano, e uma vez mais, a EP — ou seja a Entrada Permanente — dá-lhe um automóvel.

Um automóvel?, exacto. Para tal basta-lhe comprar a EP. Mas não só. Há que aguardar e estar atento ao sorteio que se realiza no terreno da Festa no dia 11 de Setembro.

E aí, se o número sorteado coincidir com o número da sua EP, ou da do seu filho, você fez um bom negócio. Foi à Festa e ficou com um automóvel.

Pois é, mas e se não sair o automóvel? Quererá isso dizer que fez um mau negócio?

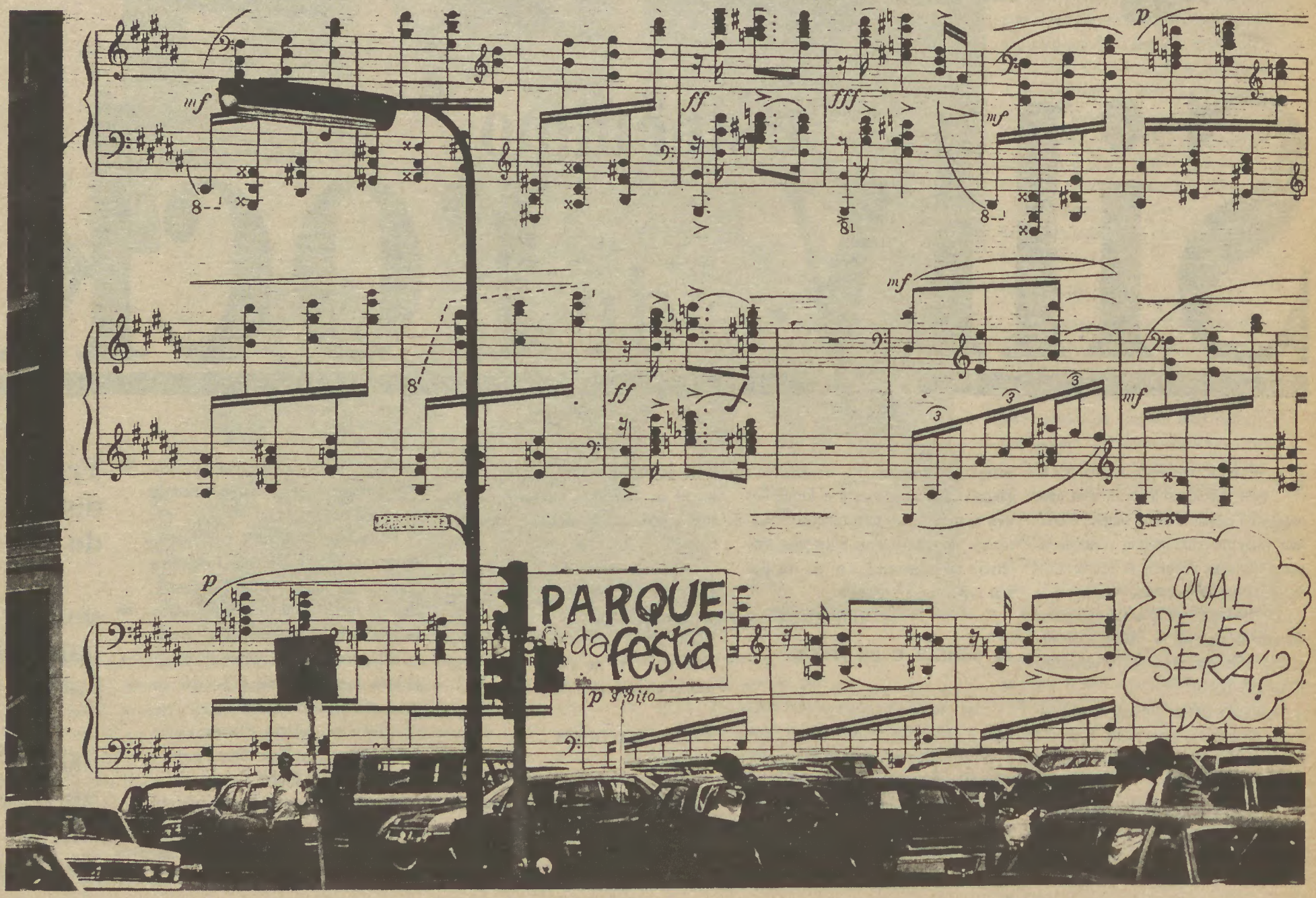
Não pense nisso! Comprar a EP é sempre um bom negócio. Veja bem! Com a EP, você poderá entrar e sair, sempre que lhe apetecer, da Festa. Poderá comer, beber, passear, conhecer o mundo, o futuro e a nossa história, saber dos amigos, ouvir música, comprar artesanato, completar mais um pouco a sua colecção de selos e assistir aos inúmeros espectáculos. E tudo isto por apenas 500 escudos.

Quinhentos escudos que é quanto em 1988 lhe custa uma entrada permanente para três dias de espectáculo, diversão e futuro; é, ou não, um bom negócio?

Dizemos que sim e não adianta vir desmentir-nos que não estamos a falar-vos de um produto inteiramente novo. Ele já foi inventado há 13 anos e tem provado na experiência de 11 Festas do «Avante!» que já realizámos.

Vamos agora na 12.ª e a opção continua a ser a mesma. EP! A forma mais barata e eficaz de assistir a três dias de Festa. A mais eficaz, note bem no que lhe dizemos, porque evita as filas. Isto, claro está, se a comprar já, que já está à venda.

Não. Não pense que nos esquecemos da viatura. Tal não nos passou pela cabeça e desde já lhe adiantamos que será um automóvel com pelo menos duas portas e quatro rodas.

Sim! Que o automóvel terá quatro rodas. Se tivesse duas seria uma motoreta ou uma bicicleta, e se tivesse três um triciclo.

Mas o fundamental, é que comprando a EP, você fará sempre um bom negócio. Com ou sem viatura. ☆